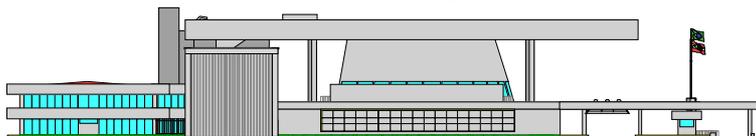


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 15 DE MARÇO DE 2012

NÚMERO 6.391

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Dado Cherem - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Seráfim Venzon
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Sílvio Dreveck
Elizeu Mattos

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider
Pe. Pedro Baldissera - Presidente

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Aldo Schneider
Narcizo Parisotto
José Milton Scheffer
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Ângela Albino
Altair Guidi
Sílvio Dreveck
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Manoel Mota
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dado Cherem
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Ângela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Darci de Matos - Vice-Presidente
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Maurício Eskudlark
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Ângela Albino
Sílvio Dreveck
Ismael dos Santos
Romildo Titon
Luciane Carminatti

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Ângela Albino - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Seráfim Venzon
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
Maurício Eskudlark
Dado Cherem

DIRETORIA LEGISLATIVA**Coordenadoria de Publicação:**

Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição.

Coordenador: Roberto Katumi Oda

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:

Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.

Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi

DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES**Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:**

Responsável pela impressão.

Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE



Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI
NESTA EDIÇÃO: 56 PÁGINAS
TIRAGEM: 5 EXEMPLARES

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 013ª Sessão Ordinária realizada em 07/03/2012..... 2
Ata da 014ª Sessão Ordinária realizada em 08/03/2012..... 15
Ata da 003ª Sessão Solene realizada em 09/03/2012, às 19 Horas, no Município de Tubarão 23

Atos da Mesa

Atos da Mesa 29

Publicações Diversas

Ata das Comissões Permanentes 30
Aviso de Licitação..... 31
Avisos de Resultado 31
Extratos..... 31
Ofícios 32
Portarias..... 33
Projetos de Lei..... 34
Projeto de Lei Complementar 36
Redação Final 56
Requerimento..... 56

P L E N Á R I O

ATA DA 013ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 2012 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherech - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se à votação do Código Florestal Brasileiro; rende homenagem às mulheres pelo seu dia.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Faz referência aos secretários de Saúde do estado; aborda a situação da habitação em Blumenau.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Congratula-se com o deputado Jean Kuhlmann.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Condena a Adin apresentada pelo Ministério Público.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Relata ida a Brasília.

Partidos Políticos

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Discute a PEC n. 0001/2012.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Homenageia o Dia Internacional da Mulher.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Faz uma reflexão por conta do sistema de saúde no Brasil.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Comunica o início dos seus trabalhos na comissão de Segurança Pública.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Solidariza-se com o deputado Gilmar Knaesel.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Discorre sobre a alteração na liderança do PMDB.

DEPUTADO ROMILDO TITON (aparte) - Solidariza-se com os deputados Aldo Schneider e Manoel Mota.

DEPUTADO DADO CHEREM (aparte) - Solidariza-se com os deputados Aldo Schneider e Manoel Mota.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Relata a audiência que teve com o governador Raimundo Colombo; cumprimenta o deputado José Nei Ascari pelas ações da

comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Relata audiência com o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Defende os bombeiros voluntários.

DEPUTADO CIRO ROZA - Registra quinquentenário do Colégio Honório Miranda.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Evidencia a revitalização do FIA.

DEPUTADO CIRO ROZA (aparte) - Congratula-se com o deputado Serafim Venzon.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, é uma alegria poder dizer hoje que participei, ontem à noite, da sessão de homenagem às mulheres. Mas antes de falar sobre esse tema, sr. presidente, quero ressaltar aqui também o debate importante que está sendo feito na Câmara dos Deputados, no Senado, junto ao governo, com relação à votação do Código Florestal Brasileiro.

Tenho uma posição muito firme de que não se pode mudar mais o que se mudou, o que se acertou e construiu no Senado, depois de um amplo debate com os ministérios, com o governo, antes na Câmara e agora no Senado, deputado Maurício Eskudlark.

Entendemos que está muito bom o texto que saiu do Senado, que é o que a Câmara deve aprovar. A própria presidente Dilma Rousseff já declarou que não concorda com mudanças porque o esforço concentrado que se fez na Câmara e no Senado resultou num grande texto que, posso afirmar para todos os catarinenses que nos acompanham nesta sessão, aos srs. deputados e às sras. deputadas, para a agricultura familiar não precisa ser melhor.

Alguns estão fazendo um debate distorcido, queremos deixar isso muito claro, em nome da pequena propriedade, buscando benefícios para a grande propriedade no Brasil, mas não podemos aceitar isso! Não podemos aceitar que se distorça o debate, iluda a agricultura familiar, os pequenos agricultores, para apoiar uma pauta que não é da agricultura familiar. O programa Mais Ambiente que foi incluído no Código Florestal Brasileiro é extremamente positivo para a pequena propriedade, porque muda radicalmente a forma de fazer a averbação da reserva legal, sem custo para a agricultura familiar, é desburocratizado, como foi o do alto vale do Itajaí, em que por cerca de dez a 12 minutos o agricultor sai com a sua reserva ambiental consolidada, sem custo.

A questão da redução da APP, Área de Preservação Permanente, de 30m para 15m, está consolidada. Quinze metros não é demais para a pequena propriedade. Além disso, o texto que saiu do Senado contempla o pagamento pelos serviços ambientais. É outra luta da agricultura familiar, acordada por todos os movimentos sociais do campo, do meio rural brasileiro.

Concordo com o texto que saiu do Senado, que inclusive não estava incluído na Câmara, o Senado incluiu, que é o pagamento, a remuneração por serviços ambientais.

Então, sr. presidente e srs. deputados, vamos trabalhar para que esse texto que saiu do Senado seja aprovado.

A outra questão fundamental, que é uma das divergências da bancada ruralista, é a questão das multas ambientais. Sempre gosto de reafirmar que 85% das multas ambientais estão na Amazônia e não na agricultura familiar. E para a agricultura familiar a multa ambiental pode ser compensada em recuperação ambiental.

Portanto, o agricultor familiar não precisa pagar multa, e existe um programa bem

prático em que o agricultor faz a reconversão da multa, com compromisso de recuperação ambiental, principalmente das APPs.

Então, esse discurso de que o texto não contempla a pequena propriedade não é verdadeiro! Estamos acompanhando passo a passo toda a construção do texto no Congresso, depois no Senado, e agora o que saiu do Senado, que está na Câmara tramitando.

Por isso, sras. deputadas e srs. deputados, fiquem tranquilos. Se alguém falar que a pequena propriedade não está contemplada nesse texto do Código Florestal Brasileiro, não é verdadeiro, posso afirmar-lhe isso.

Vamos trabalhar para que o texto que saiu no Senado, que contempla a pequena propriedade, seja aprovado na íntegra. Inclusive, estamos estudando a possibilidade de acompanhar esse debate na próxima semana, em Brasília, deslocando-nos na quarta-feira para lá, a fim de acompanharmos essa discussão do Código Florestal, se de fato aconteceu o debate, a votação na Câmara Federal, porque é um tema que nos envolve muito, eis que temos um grande compromisso com a sustentabilidade ambiental, principalmente com a combinação da sustentabilidade ambiental e da produção da nossa agricultura familiar.

Quem diz que a preservação ambiental não pode trazer renda para a nossa agricultura familiar está cometendo um equívoco, tem uma visão errada de que a preservação não pode nos ajudar. Mas ela pode, sim. Aí é que está o grande desafio em discutirmos alternativas de renda nessas áreas de preservação.

O segundo tema que quero trazer aqui presente diz respeito à comemoração hoje, nesta quinta-feira, do Dia Internacional da Mulher, fazendo um reconhecimento de luta e do papel que as mulheres têm desenvolvido na sociedade brasileira e no mundo.

Além de as mulheres serem mães, serem grandes lutadoras, jamais durante a história ficaram caladas, desafiando-se a buscar a liberdade, a democracia, a luta pela justiça, pelos seus direitos. E essa história bonita tem que ser reconhecida desde o início, que foi a luta das mulheres nos Estados Unidos, as quais acabaram sendo queimadas dentro de uma fábrica por se mobilizarem, lutarem e fazerem greve.

Até os dias de hoje o Brasil continua com um sério traço de machismo, mas nem por isso as companheiras estão deixando de se mobilizar, de se articular por terem, muitas vezes, mesmo dentro da família, sofrido violência no lar, na política, no sindicalismo, nos movimentos sociais, em todos os espaços em que se possa imaginar.

Nas áreas sociais as mulheres têm feito um trabalho extraordinário, têm assumido um grande papel para melhorar a vida da nossa população, a vida da nossa juventude, dos negros, enfim, do conjunto das pessoas que são discriminadas historicamente em nosso país.

O dia 8 de março, srs. deputados, é mais um dia de luta, de reflexão e de assumir novos desafios. E nesta Casa há quatro companheiras parlamentares que se

estão articulando e organizando, estão discutindo temas relacionados à mulher, e não somente à mulher, temas que dizem respeito ao conjunto da sociedade.

Então, como líder da bancada do PT - temos sete deputados, sendo que duas são mulheres -, quero render uma homenagem, hoje, às mulheres pelo seu dia, que será comemorado amanhã, dia 8 de março.

Para terminar, gostaria de parabenizar todas as mulheres por essa história maravilhosa de resistência, luta, compromissos assumidos em prol desse povo maravilhoso, que é o povo catarinense e brasileiro.

Muito obrigado, sr. presidente, e parabéns a todas as mulheres que lutam, incansavelmente, para construir cada dia um novo Brasil.

Nós, como Partido dos Trabalhadores, estamos muito felizes - e neste momento estão aqui no plenário os deputados Jailson Lima, Neodi Saretta, Padre Pedro Baldissera - por termos uma presidente da República mulher, filiada ao nosso partido, que tem uma história extraordinária de luta e resistência, inclusive no pior dos momentos, que foi a ditadura militar no nosso país. E a própria presidente foi presa e torturada nos porões da perseguição da ditadura militar brasileira.

Então, fica aqui essa nossa homenagem, neste dia especial, a todas as mulheres brasileiras.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sras. parlamentares, srs. parlamentares, sr. presidente, quero aqui, primeiramente, cumprimentar todos e, de forma muito especial, aqueles que, na sua residência, acompanham de perto o trabalho do Parlamento catarinense pela TV Legislativa e Rádio Alesc Digital, vou dividir o meu pronunciamento em dois assuntos. Primeiro, gostaria de parabenizar o secretário municipal de saúde de Blumenau por ter recebido um prêmio nacional. E aqui, na pessoa dele, quero fazer uma referência a todos os secretários de Saúde do estado que procuram inovar, que procuram trazer novas iniciativas e que procuram buscar o atendimento com qualidade ao cidadão.

O secretário Marcelo Lanzarin acabou recebendo para o município de Blumenau um prêmio destaque nacional do ministério da Saúde, pelos trabalhos desenvolvidos no setor público da saúde. A secretaria de Saúde de Blumenau foi destaque num programa chamado Inova SUS, realmente, por estabelecer novas práticas dentro da secretaria municipal de Saúde, atendendo melhor as pessoas.

É tão bom quando vimos um gestor municipal receber um prêmio por tentar inovar e fazer algo de novo para a população, rompendo com a velha barreira da burocracia e com os paradigmas existentes dentro da administração pública. Realmente temos que premiar os bons exemplos, e se um secretário de Saúde tem uma ideia boa, consegue levar à frente e é premiado, isso tem que ser dividido com os

servidores da secretaria. Ninguém constrói uma boa ideia e tem êxito nessa boa ideia, se ela não tiver o apoio dos servidores da casa, dos servidores daquela secretaria, e dos servidores do município. E graças ao trabalho conjunto entre os servidores, a secretaria municipal, o secretário e a prefeitura é que Blumenau recebeu esse prêmio de destaque nacional, que é algo realmente muito importante e tem que ser comemorado.

Por isso, quero aqui iniciar o meu pronunciamento, na sua primeira parte, parabenizando o secretário Marcelo Lanzarin. Espero que esse projeto, que foi o 6º colocado em nível nacional, possa ser referência e exemplo dos demais municípios de Santa Catarina.

Já que estou falando de secretaria municipal, quero aproveitar para fazer uma referência também a uma pessoa que, no município de Blumenau, é secretário municipal de Habitação e vice-prefeito, deputado Ismael dos Santos, que é o nosso ex-vereador e companheiro - e eu e o deputado Ismael dos Santos fomos vereador com ele -, Rufinus Seibt.

Aqui foi muito questionada a situação da habitação no município de Blumenau. E em vez de eu ficar na tribuna falando, falando, falando, na semana passada tive a oportunidade de visitar a secretaria e conhecer de perto as políticas públicas estabelecidas. Fui verificar de perto que o município de Blumenau, nos últimos três anos, teve a oportunidade de entregar mais de dois mil apartamentos e casas novas para a população. Somando os apartamentos novos com as novas casas, são mais de duas mil unidades habitacionais entregues em três anos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Jean Kuhlmann, quero me somar também a esse discurso, porque conheci de perto o vereador Rufinus Seibt na época, hoje nosso vice-prefeito, como nosso companheiro no Parlamento blumenauense. E gostaria de parabenizá-lo, sim, pela forma como vem gestando a administração da questão habitacional em Blumenau.

Nós tivemos, na tragédia de 2008, quase três mil residências destruídas naquela calamidade, e, felizmente, conseguimos dar a volta por cima, praticamente 80%, porque já entregamos duas mil residências ou apartamentos. É claro que em parceria com o governo federal, e queremos aqui reconhecer a belíssima disposição e acolhida da presidente Dilma Rousseff no projeto, e em parceria com o governo do estado, em especial na questão da aquisição dos terrenos vindos da Defesa Civil. Mas não dá para omitirmos o trabalho da prefeitura de Blumenau, com todo o seu aparato técnico da secretaria de Assistência Social muito bem conduzida pelo vereador Mário Hildebrandt. Enfim, é um trabalho que, hoje, traz resultados e orgulha todos nós, blumenauenses.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Com certeza, deputado Ismael dos Santos.

Eu estive lá conversando com o vice-prefeito, Rufinus Seibt, e também secretário, e a primeira coisa que ele me disse foi a seguinte: "Deputado, se não fosse o trabalho da equipe, o apoio do governo federal e da Caixa Econômica Federal, através de seus técnicos e funcionários, e se a população brasileira não tivesse contribuído naquele momento da catástrofe com recursos para a compra dos terrenos, não existiria esse todo, hoje: mais de duas mil casas e apartamentos entregues no município de Blumenau".

Quando perguntei ao secretário Rufinus Seibt se havia algum material, ele veio com um livro contendo todas as ações feitas, de uma forma muito organizada, muito consciente das obrigações, muito consciente daquilo que foi feito, mas, principalmente, consciente daquilo que há de ser feito para atender à população.

Eu comecei a questioná-lo sobre quais programas existem na área habitacional no município de Blumenau, e fiz questão de trazer isso à tribuna, primeiro, para mostrar a eficiência dele como secretário, a eficiência da equipe dele e a eficiência dessa parceria feita entre governo do estado, governo federal, Caixa Econômica Federal, prefeitura municipal e população brasileira, mostrando que quanto todos fazem a sua parte, não importa de que partido é, não importa quem defendeu na eleição, mas o mais importante é que se vai atender à comunidade. Esse é o grande princípio!

E aí o secretário Rufinus Seibt mostrou a questão das políticas públicas na área da habitação, colocando várias questões. E ele colocou um assunto, deputado Ismael dos Santos, que eu reputo ser da maior importância, dizendo o seguinte: "Além das casas, dos apartamentos, da regularização dos imóveis, existe uma ação feita que acho muito importante e que seria interessante que cada município de Santa Catarina fizesse isso, ou seja, criasse um plano municipal de habitação de interesse social". Eu achei a ideia magnífica, uma vez que nesse plano existe um projeto de fazer com que exista realmente um planejamento habitacional de regularização de imóveis a serem construídos, de áreas a serem ocupadas para os próximos 10 ou 15 anos.

O grande legado do vice-prefeito Rufinus Seibt não é apenas o legado dos apartamentos e as casas que foram entregues, mas também o legado do planejamento, o legado da organização, o legado de que se a pessoa quer fazer com comprometimento e compromisso, planeja para o futuro da sua cidade.

Eu acho que este é o grande ensinamento que Rufinus Seibt deixa na secretaria, através desse plano municipal de habitação de interesse social, que tem por interesse principal atender à demanda de novas unidades habitacionais e criar uma linha de apoio financeiro às pessoas. Enfim, buscar realmente uma política na área habitacional, porque além do programa Minha Casa, Minha Vida 1, que atendeu a mais de 1.800 famílias com novos apartamentos, a prefeitura também tem o programa Nossa Casa, que busca recursos

justamente para que a pessoa possa construir uma casa nova no terreno que ela já possui. Porque algumas pessoas já têm um terreno e não precisam adquirir um terreno novo para construir uma casa. Basta a prefeitura acessar o recurso e permitir que a pessoa tenha condições de ter os recursos nas mãos, seja de forma financiada, seja uma parte a fundo perdido. Há pessoas que já têm um terreno, e, se a prefeitura facilitar os recursos para esses cidadãos, vai ser muito mais fácil construírem as suas casas. E a prefeitura de Blumenau tem, sim, este programa chamado Nossa Casa, que é um programa muito interessante em que foram construídas, aproximadamente, 50 novas casas, além dos apartamentos do programa Minha Casa, Minha Vida.

Existe outro projeto, srs. parlamentares, que também achei muito interessante, chamado projeto Pró-Moradia, que é uma parceria do município com a Caixa Econômica Federal e o governo federal. A presidente Dilma Rousseff também tem esse compromisso e o Pró-Moradia vai atender diretamente a algumas áreas de interesse social, áreas que precisam ser reurbanizadas e regularizadas.

Esse projeto pretende atender a muitas famílias e envolve muitos recursos financiados através da Caixa Econômica Federal, mas vai atender diretamente as famílias mais humildes da cidade de Blumenau também.

Por isso, a importância desse trabalho através do programa Pró-Moradia.

Além do Pró-Moradia, do Nossa Casa, do Minha Casa, Minha Vida e do plano municipal de habitação, existe também um trabalho em cima das zonas de interesse social, em que a prefeitura vai trabalhar diretamente a regularização fundiária.

E aí quero dar uma sugestão a todos os prefeitos do estado para que criem, principalmente aqueles que têm problemas nessa área, em cada prefeitura uma área específica para regularização fundiária.

Nós temos várias áreas ocupadas irregularmente, e é importante que as prefeituras e os municípios considerem essas áreas ocupadas irregularmente como áreas de interesse social, para que possa haver uma interferência direta do Poder Público, junto com o Ministério Público, junto com o Registro de Imóveis, baseado no Estatuto das Cidades, para que essas pessoas possam ter direito à sua pavimentação, à energia, à água, ou seja, para que possam ter direito à dignidade. E é por estar fazendo essa política que eu quero parabenizar o vice-prefeito Rufinus Seibt.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar os colegas deputados e o deputado Jean Kuhlmann, que, ao abordar o Minha Casa, Minha Vida, e que em Blumenau tem outro nome... E quem tem terreno não precisa nem ir à prefeitura. Basta ir direto ao correspondente fiscal da Caixa Econômica Federal, padre Padre Baldissera, apresentar a sua folha salarial e

já encaminhar. E o Plano Diretor da cidade de Blumenau já tinha que ter regularização fundiária há muito tempo! E se não tem desde o prefeito Décio Lima...

Então, faço as referências, mas está no bom caminho, porque ao dizer que as dois mil casas são consequência da administração de Blumenau, logicamente que eu, como membro do Partido dos Trabalhadores, que acompanhei tanto isso como os recursos que vieram da Defesa Civil para a aquisição de terrenos, deputado Padre Pedro Baldissera...

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede uma aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado, eu vou conceder 30 segundos a v.exa., porque quero falar sobre Ministério Público aqui nesta tribuna.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Somente quero dizer, deputado Jailson Lima, que eu fiz questão de afirmar junto ao deputado Ismael dos Santos que se cada um não tivesse feito a sua parte, não teria tido sucesso. Tudo foi conseguido graças à participação de todos no processo, inclusive da população brasileira, que ajudou com recursos para a compra dos terrenos. Cada um, do seu jeito, foi importante no processo.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Valeu, deputado! Mas faremos esse debate em outra hora.

Gostaria de me manifestar, deputado Dirceu Dresch, porque, pasmem, enquanto a sociedade brasileira discute a transparência dos órgãos públicos; enquanto nesta Casa temos dado exemplos com o nosso portal; enquanto o Conselho Nacional de Justiça, que quase foi derrubado lá no Supremo, manteve a sua autonomia, exigindo que os Tribunais de Justiça tenham a sua transparência, nós, aqui, aprovamos no ano passado um projeto de lei de transparência para todos os órgãos: Ministério Público, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Assembleia, que já tem, e Executivo, que até então não era tão transparente em alguns segmentos.

Esse projeto de lei foi vetado pelo governador, a pedido do Ministério Público e do próprio Tribunal de Contas, e aqui derrubamos o veto.

Na data de ontem, às 17h15, saiu quentinha uma liminar de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade feita pelo Ministério Público dizendo que esse projeto de lei não vale para o Tribunal de Contas, não vale para o Tribunal de Justiça e não vale para o Ministério Público.

As características dessa Ação Direta de Inconstitucionalidade são as mesmas que já são aplicadas na cidade de São Paulo e já têm parecer do Supremo dizendo que são legais. O Supremo Tribunal Federal diz que aquilo que fizemos aqui está correto e é de direito deste Parlamento, desta Casa.

A Adin, para a qual foi dada uma liminar pelo desembargador, tira a essência da transparência quando cancela alguns itens. O portal da transparência, como tínhamos colocado, agruparia as informações referentes a salários. A Assembleia tem, mas eles não precisam ter, informação sobre o pagamento de diárias. Aqui tem, lá não precisa, os valores referentes a verbas

indenizatórias e de gabinete, reembolsáveis, de qualquer natureza. Ou seja, os R\$ 8,5 milhões que estão pedindo naquele "mistério público" do Tribunal de Contas não entram na transparência. Até hoje não está no portal do Ministério Público do estado de Santa Catarina a transparência efetiva sobre a compra de um prédio, sem licitação, em caráter de urgência.

Nós fazemos aqui pedidos de informação, eles levam cinco ou seis meses e não respondem. E o Tribunal de Contas do Estado é um órgão auxiliar da Assembleia Legislativa!

Então, ficamos extremamente surpresos com essa liminar, porque quem deveria dar o maior exemplo é quem quer negar ao povo catarinense, deputado Antônio Aguiar, as informações devidas. Imaginem um sindicato entrar aqui com uma liminar, uma Adin, dizendo que temos que fechar o portal da transparência da Assembleia. Lógica e eticamente que defendemos isso, e por isso o projeto de lei para que todos prestem contas.

Essa liminar concedida nos pega de surpresa, exatamente porque quem tinha que dar o exemplo ao povo catarinense, quem tinha que mostrar por que temos que ser transparentes em órgão público, como um mecanismo de coibir a corrupção, o desvio de recursos públicos, a malversação desses recursos, a aplicação de forma indevida em todos os órgãos, os custos em cada construção de obra pública que se tem neste estado...

Então, logicamente que esperamos, e já conversamos com o presidente Gelson Merisio, que a Assembleia vá recorrer, porque é inconcebível que neste século da transparência, em que o governo federal cada vez mais trabalha pela autonomia nos órgãos públicos no sentido de mostrar veracidade dos fatos, aqui em Santa Catarina, em pleno sul desenvolvido, nós nos deparemos com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade advinda do Ministério Público para não ser transparente.

Isso é de uma incoerência inconcebível nos dias de hoje, até mesmo porque o nosso embate aqui continuará existindo. Vamos continuar fazendo pedidos de informação e daqui para frente atuar com ações jurídicas também, porque se não fizermos defesa dessas Adins vamos esperar cinco, seis, oito ou dez anos para termos um resultado, a exemplo da Adin que já diz que o procurador que atua no Ministério Público do Tribunal de Contas do estado, na verdade, não é procurador e, portanto, não poderia estar dirigindo aquele órgão. Isso foi feito em 1998, há mais de dez anos, e sobre isso o Ministério Público não se manifestou cobrando a efetiva inconstitucionalidade desse fato. E aqui em menos de 30 dias já sai o resultado.

Há coisas que, às vezes, andam numa velocidade muito grande, ao passo que outras, de acordo com os interesses escusos, permanecem no encaminhamento, no atraso e, principalmente, sem mostrar, efetivamente, ao povo catarinense o porquê de estendermos uma lei de transparência para todos os órgãos e não apenas para a Assembleia Legislativa e para o governo do estado.

Vejam os senhores que, não fosse o Portal de Transparência do estado, eu não teria denunciado aqui, deputado

Ismael dos Santos, que na secretaria da Educação houve a contratação de um *software* de forma irregular, cujo empenho foi feito num dia, a nota fiscal apresentada no outro e o pagamento apresentado no terceiro dia, com R\$ 745 mil de gordura em detrimento de um *software* catarinense que faz exatamente a mesma coisa.

Então, sr. presidente, quero deixar claro ao povo catarinense, ao Ministério Público, ao Ministério Público do Tribunal de Contas, ao Tribunal de Contas do Estado, que não é essa Ação Direta de Inconstitucionalidade que vai mudar o nosso embate pela transparência no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Mauro de Nadal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados, na verdade tenho a grata satisfação de relatar a nossa ida a Brasília, no dia de ontem, para tratar de assuntos importantes do estado de Santa Catarina, referentes às rodovias federais que cortam o extremo oeste catarinense.

Também tive a grata satisfação de contar com a participação efetiva e com o acompanhamento do deputado Padre Pedro Baldissera, que esteve conosco em audiência com o ministro dos Transportes. Esse encontro foi fruto de um trabalho que elaboramos através da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, no mês de novembro do ano passado, quando fizemos duas audiências públicas nos municípios de Maravilha e São Miguel d'Oeste e conseguimos colher da população, das lideranças que se fizeram presentes, dos parlamentares que estiveram acompanhando e principalmente dos prefeitos, dos vereadores, das associações comerciais e empresariais da região, os pontos importantes para melhorar o trânsito, para darmos mais segurança para o escoamento da produção e para continuar mantendo esse modelo que se apresenta no oeste do estado de Santa Catarina, um modelo produtivo da pequena propriedade rural que se utiliza dessas rodovias para o escoamento da sua rica produção e de toda aquela região servindo de corredor para o turismo catarinense do sul do nosso país.

Saí muito surpreso daquela audiência até pela simplicidade do ministro e, acima de tudo, pela vontade que o ministro tem em resolver problemas, a exemplo dos problemas que levamos ao seu conhecimento.

Também saí muito satisfeito em saber que a BR-161, que já estava em processo licitatório, que acabou sendo suspenso em virtude da troca de ministros, terá, agora, neste mês de março, a sua retomada, ou seja, a sua continuidade, e segundo a palavra do próprio ministro, teremos ainda em meados do mês de junho o início das obras, se tudo ocorrer a contento e não houver nenhum recurso que faça prorrogar o período normal.

Então, isso é importante porque aquela rodovia possui um tráfego muito grande, ela faz a ligação do sul de

Santa Catarina com o estado do Paraná, e os ônibus de turismo passam por lá com muita frequência. Isso sem citar a importância daquela rodovia para a ligação turística ao nosso país vizinho, nossos irmãos argentinos que vêm no verão para o litoral catarinense usufruir dessa beleza natural que Santa Catarina oferece como atrativo turístico.

Também solicitamos naquela ocasião ao DNIT catarinense que fosse colocado neste mesmo processo licitatório a construção de um contorno viário no município de São Miguel d'Oeste, permitindo com isso a retirada do tráfego pesado que hoje acontece por dentro daquele município.

Então, esse contorno viário dará mais segurança, mais agilidade também para os caminhões de carga que transitam pela cidade de São Miguel d'Oeste.

Naquela ocasião também levamos ao ministro várias reivindicações que ouvimos na audiência feita em São Miguel d'Oeste e, dentre elas, citamos a possibilidade de acompanhar todo o processo de discussão para a implementação dos projetos de construção das ferrovias que vão ligar Dionísio Cerqueira até o porto de Santa Catarina.

Temos a ideia de que essa rodovia precisa ser estendida até Itapiranga ou Palmitos para permitir que aquela região mais próxima do vizinho estado do Rio Grande do Sul também possa ser contemplada com esse sistema de diminuir custos para o escoamento de insumos e produção.

Da audiência que realizamos em Maravilha vários foram também os quesitos elencados, e tivemos a oportunidade de apresentá-los ao ministro, mas o mais importante deles, não desmerecendo todos os outros que apresentamos, foi justamente a questão que envolve a insegurança das BRs-158 e 282. Essas rodovias em apenas três anos, segundo dados levantados pela Polícia Rodoviária Federal, ocasionaram em torno de 80 acidentes num mesmo ponto.

Então, apelamos para a sensibilidade do ministro para que gestione junto ao DNIT catarinense e busque a possibilidade de construir um elevado naquele entroncamento, porque é a única forma que temos para dar segurança a quem precisa dessas duas rodovias. Poderíamos até construir uma rótula, mas pela localização daquele ponto crítico, por ser uma baixada com dificuldades enormes no inverno, por causa da cerração que toma conta de todo aquele perímetro, entendemos que assim não resolveremos esse problema. E com a construção de um elevado no formato caracol, dando possibilidade a duas pistas de rolamento, com certeza, vamos dar segurança, vamos dar conforto e eliminar essa mancha triste que assola o extremo oeste de Santa Catarina, onde a cada dez ou 15 dias presenciamos acidentes naquele mesmo ponto.

Também solicitamos a construção de dois trevos de acesso em Pinhalzinho. Um que dará acesso à Unoesc e outro que dará acesso à Udesc - Universidade do Estado de Santa Catarina. São duas universidades lá estabelecidas e que precisam dar segurança aos alunos que vêm de outros municípios e que, na grande

maioria das vezes, deslocam-se de ônibus e não têm acesso seguro para poder chegar até o educandário.

Solicitamos também ao ministro que desse continuidade ao trabalho de estruturação do trevo principal do município de Chapecó, esse trevo que já está em fase de execução das obras, mas de forma rápida, de forma urgente, e que fosse retomado o processo de construção das melhorias em Xanxerê.

Estamos, basicamente, há 150 dias com essas obras suspensas, o que está trazendo um transtorno enorme, principalmente agora, pois estamos vivenciando mais porque estamos passando quase todos os finais de semana naquela região e percebemos o quanto essas obras são importantes, o quanto precisamos que, de forma rápida e urgente, sejam retomados esses trabalhos.

E para concluir, pedimos ainda a melhoria dos acessos às duas áreas industriais no município de Cunha Porã, os trevos de acesso ao município de Caibi e de Palmitos, e que o ministério dos Transportes comece logo um trabalho de estudos, de elaboração de projetos, para que possamos duplicar o trevo de Irani até São Miguel d'Oeste. A nossa região do oeste do estado tem se desenvolvido muito, as agroindústrias estão investindo muito naquela região, da mesma forma o ramo moveleiro, eis que a indústria da região do extremo oeste catarinense tem crescido de forma significativa. E todo o reflexo desse crescimento, obviamente, vai desencadear um meio seguro para que possamos transportar toda essa riqueza, toda essa produção.

Então, é necessário começar a pensar em duplicar aquele trecho de Irani até São Miguel d'Oeste, começando, primeiramente, pelos perímetros urbanos, que são pontos de maior estrangulamento hoje e, em seguida alcançamos os outros pontos críticos que a BR-282 apresenta, que trazem muita insegurança e que ocasionaram por várias oportunidades acidentes de grande envergadura, que acabaram ceifando a vida de muitas pessoas.

Vale salientar também, sr. presidente, que referente a todas essas reivindicações das BRs-158 e 282 de pronto, o ministro dos Transportes já solicitou ao DNIT do estado do estado de Santa Catarina um estudo de viabilidade técnica para fazer uma análise daquilo que ele consegue atender de forma rápida, de forma urgente, para tentarmos amenizar as dificuldades que essas duas rodovias estão oferecendo ao escoamento da produção e às pessoas que transitam pela região do extremo oeste de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAI, pela Rádio AleSC Digital, os nossos seguidores pelo *Twitter* e pelo *Facebook*, eu

gostaria de começar a falar em relação a algo que acho extremamente importante. Hoje, na comissão de Segurança Pública, sob a presidência do deputado Gilmar Knaesel, aprovamos um requerimento de minha autoria que tenta trazer para o âmbito da segurança pública a discussão com bandeiras, estandartes, escudos e espadas todos baixados para tentarmos ouvir não a questão legal, pois isso a comissão de Constituição e Justiça está tratando, mas o mérito da PEC n. 0001/2012, que dá aos Bombeiros Voluntários a possibilidade de realizar vistorias nas questões de incêndio.

Então, vamos levar para a reunião da comissão de Segurança Pública - e sei que v.exa. participará dessa reunião -, presidida pelo deputado Gilmar Knaesel, um representante do Bombeiro Militar, do Bombeiro Comunitário e do Bombeiro Voluntário, um representante da Fecam, um da secretaria de Segurança Pública e um do Ministério Público, tentando colocar à mesa algumas questões relativas ao mérito da PEC, deputado Neodi Saretta, que tramita nesta Casa.

E hoje, sr. presidente, fizemos um trato lá na comissão, deputado Neodi Saretta, ou seja, não vamos falar absolutamente nada. Nós queremos ouvir todas essas entidades, para ficar claro não apenas para nós, mas também para a sociedade catarinense, que se vê num embate ideológico em relação a essa questão, que a nossa intenção é ajudar.

Já coloquei a minha posição ontem aqui, mas acho interessante repetir porque não se trata de uma audiência pública, mas de uma reunião da comissão de Segurança Pública, quando tentaremos colocar na mesma mesa essas entidades. Entendo que a Fecam é uma entidade extremamente importante nessa questão, e o deputado Neodi Saretta sabe disso porque já foi prefeito duas vezes e sabe que no final das contas a responsabilidade da liberação do habite-se do prédio cabe à prefeitura.

Eu acho que é interessante ouvirmos o Ministério Público, a Fecam, os Bombeiros Voluntários, os Bombeiros Comunitários e os Bombeiros Militares, a fim de que possamos tratar desse assunto sem qualquer tipo de vaidade, de disputa de poder ou de ideologia, pensando somente no mérito da questão, porque a minha preocupação é como isso beneficiará o catarinense, deputado Dirceu Dresch. É nisso que temos que pensar! O foco principal das nossas ações nesta Casa tem que ser o catarinense; se não for assim, não há por que estarmos aqui.

Também quero falar em nome do nosso partido, o PSD, pois tanto eu como o deputado Darci de Matos começamos, sr. presidente, lá em Joinville, na semana passada, um seminário que além de levar as bandeiras do nosso partido, que é novo, além de buscarmos filiações partidárias, todas as semanas estamos nos bairros levantando os números. Essa tem sido uma experiência espetacular nosso sempre deputado Dieter Janssen, que se faz presente e que é de Jaraguá do Sul, um grande companheiro e ex-colega partidário.

Nós fizemos, lá em Joinville, nos 43 bairros, juntamente com os professores universitários, uma radiografia

detalhada, impressionante. Por exemplo, no bairro Vila Nova, região oeste da cidade, fizemos o levantamento do número de casas existentes, do número de pessoas que lá moram, do número de pessoas que trabalham no próprio bairro, do número de pessoas que saem para trabalhar. E sobre essas que saem do bairro, como elas vão, se vão de ônibus, de carro, de bicicleta ou de moto. Depois de levantarmos o número de indústrias, de empresas de serviços, de estabelecimentos comerciais, chega-se ao requinte de detalhes de saber quantos pães aquele bairro consome todos os dias, quantos litros de leite são consumidos e quantas toneladas de lixo são geradas.

Ficamos sabendo, deputados Neodi Saretta e Padre Pedro Baldissera, que 234 cidades de Santa Catarina são menores do que o bairro Vila Nova, um bairro de Joinville! Se colocarmos os carros, deputado Silvio Dreveck, do referido bairro que v.exa. conhece, porque quando vai para São Bento do Sul passa e vê Vila Nova à esquerda, um atrás do outro, resultará uma fila de Joinville até São Francisco do Sul.

O bairro Vila Nova consome 3.300kg de pães e dois caminhões *trucks* de leite todos os dias - e v.exas que são do oeste sabem que é muito leite - e produz oito caminhões de lixo diariamente.

Quando começamos a analisar esses números e a detalhar o bairro de forma tão real, conseguimos fazer a projeção de qual será o seu tamanho em cinco ou em dez anos; quanto a população aumentará; quantas casas terá a mais; quantos carros terá; quantos empregos o próprio bairro precisará gerar para manter seus moradores lá. Tem sido uma experiência extraordinária!

Hoje, por exemplo, estaremos no bairro Paranaguamirim, zona sul da cidade, que é maior do que 245 municípios. É impressionante quando começamos a ver um bairro dessa forma. Ao estudarmos esses dados chegamos à conclusão de que a força da cidade está nos bairros.

Joinville hoje é a terceira maior cidade do sul do Brasil, perdendo somente para Porto Alegre e Curitiba, e toda essa força vem dos bairros. Cada um dos 43 bairros da nossa cidade é uma cidade!

O comércio é local, possui lojas para venda de roupas, material de construção, insumos agrícolas, supermercados. E aqui abro parênteses para mostrar como o povo de Joinville é empreendedor. Falo com muito carinho da cidade onde tive a honra de nascer no dia 16 de janeiro de 1970, às 15h15; 15 e 15, para alegrar v.exa., deputado Moacir Sopelsa.

Estou falando da minha cidade porque na próxima sexta-feira estará comemorando 161 anos. Então, como cada bairro tem vida própria, alguns donos de pequenos supermercados, quando lá chegaram o Angeloni, o BIG e o Giassi e as pessoas começaram a sair do bairro para fazer compras no centro, sabe o que fizeram, deputado Moacir Sopelsa? Os pequenos supermercadistas dos bairros se reuniram, criaram um grupo e começaram a fazer suas compras todos juntos, na mesma mesa, pois só assim conseguiam comprar em quantidade e competir no preço com as grandes potências. Se não fizessem isso

seriam engolidos, porque o povo está atrás de preço; é o preço que chama as pessoas para comprar.

Pena que o setor público ainda não tenha valorizado a questão do investimento nos bairros. O setor público continua com aquela visão de cuidar do centro, como se a cidade fosse a menina dos olhos da administração e os bairros as outras coisas.

Lembro-me que o bispo diocesano de Joinville, dom Orlando, quando eu era vereador na cidade, foi um dia na Câmara Municipal num aniversário de Joinville e fez a seguinte analogia de Joinville com Cristo: o centro de Joinville é o rosto de Cristo e os bairros são a coroa de espinhos. E essa é a verdade, pois eles não recebem o investimento que precisam para fomentar, para fortalecer o comércio local, para fazer com que mais indústrias se instalem, assim como estabelecimentos comerciais e de serviços, para que as pessoas que moram no bairro possam também trabalhar e não sair do seu *habitat*.

Imaginem que fui visitar uma empresa próxima à Pirabeiraba, região norte da cidade. Lá há pessoas que trabalham no setor metalmeccânico, que moram no bairro Itinga, zona sul, e saem às 4h de casa, de ônibus, para começar a trabalhar às 7h. Olhem o tempo que essa pessoa perde no traslado, no transbordo. É longe, tem que atravessar toda a cidade, ou seja, quase 30km. Por quê? Porque precisa trabalhar.

Nós precisamos pensar um planejamento em que no próprio bairro a pessoa possa viver e trabalhar. Quando se trata de uma cidade com o porte de Joinville, com 161 anos completados na próxima sexta-feira, é preciso pensar numa maneira de fortalecer os bairros, porque o centro será uma consequência disso.

Nós precisamos pensar. E o PSD pensa exatamente isso. Essa é a razão do seminário que o nosso partido está realizando todas as semanas em Joinville e que tem como tema "Meu bairro faz Joinville", com o intuito de despertar no morador de cada bairro essa paixão, esse comprometimento com sua comunidade.

Entendo que quando conhecemos os números é que percebemos o tamanho de Joinville e dos seus bairros e o quanto o poder público tem que investir para melhorar a qualidade de vida, a mobilidade urbana e o tratamento do lixo.

Essas são as soluções que o nosso partido defende e que estamos pregando em Joinville. Por isso, tanto eu como o deputado Darci de Matos estamos muito felizes e convidando todos os que são de Joinville a participarem do nosso seminário no bairro Paranaguamirim.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu gostaria de registrar a presença do prefeito Jorge Antônio Comumelo, da cidade de Formosa do Sul, e do Leonir Bigolin, prefeito do município de Quilombo, que estão nos visitando no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Sejam bem-vindos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, amanhã é o Dia Internacional da Mulher. Os direitos da mulher são direitos humanos e os direitos humanos são direitos das mulheres.

Uso este espaço destinado à bancada do Partido dos Trabalhadores nesta tarde para homenagear o Dia Internacional da Mulher, mas também e principalmente para refletir sobre esse tema.

(Passa a ler.)

"Hoje existe um florescimento de idéias de todos os tipos de possibilidades onde nada havia sido sonhado antes. Organizações não governamentais e grupos de defesa foram incentivados a fazerem um importante papel de ajudar as mulheres a mudar suas vidas.

Elas têm sido as linhas de frente nas batalhas pelos direitos humanos e pela dignidade individual por um tempo muito longo. Finalmente ouvimos suas vozes. Muitas mulheres ao redor do mundo estão encontrando a sua voz em novas formas. E temos que fazer tudo o que pudermos para termos certeza de que essas vozes são amplificadas, suas histórias ouvidas e contadas.

Temos de olhar para o passado com olhos muito abertos, reconhecendo a tragédia, a violência, o terror, mas também apreciar os avanços, as descobertas científicas, as novas maneiras que as mulheres e homens têm sido capazes de criar uma nova vida e oportunidades.

Uma das mais poderosas lições que aprendemos com a experiência e história, é que o progresso de uma nação não depende apenas em proteger direitos humanos, mas em garantir que homens e mulheres tenham acesso ao que chamamos de ferramentas de oportunidade.

Há tantos caminhos de vida diferentes para as mulheres como existem para os homens. Mas o que devemos fazer é nos esforçar para criar as condições em que mulheres tenham o direito de fazer as escolhas em suas vidas para si mesmas. E algumas delas podem escolher caminhos muito tradicionais, devemos respeitar isso e apoiá-las, mas outras mulheres podem querer fazer algo totalmente sem precedentes em sua família e sua cultura e da mesma forma nós devemos estar dispostos a apoiar isso também.

Sabemos que, em função da recente crise financeira global, muitos países têm enfrentado algumas decisões difíceis. E muitas mulheres têm sido as primeiras a ser demitidas, a perder seus empregos, a perder sua posição, a perder a oportunidade para tentar avançar além dos seus próprios pais. Sabemos que em países envolvidos em conflitos armados, mulheres e crianças compõem o vasto movimento da humanidade que foge da violência como refugiados.

Podemos apontar muitos problemas no mundo de hoje, no qual as mulheres, por razões históricas, cultura, de

discriminação e preconceito, são usadas ??para levantar o patriarcado.

Devemos ficar felizes com todas as conquistas das mulheres, mas é preciso mais. É preciso levar a informação sobre os seus direitos para todos os cantos, para todos os públicos. Mostrar ao jovem que a igualdade deve fazer parte do dia a dia das pessoas é uma forma de garantir os direitos que as mulheres já conquistaram. E, como diz o velho ditado, é desde cedo que se aprende, porque é nas escolas que podemos formar e transformar as mentes para as mudanças que se almejam para o futuro.

Apresentei a esta Casa Legislativa um projeto de lei instituindo o Dia Estadual de Debates sobre o Bem-Estar da Mulher, a ser celebrado, anualmente, no dia 8 de março, juntamente com o Dia Internacional da Mulher. Nessa data as escolas estaduais promoverão a divulgação de informações sobre os direitos da mulher através de palestras, seminários, orientações e debates a respeito de temas como preconceito, violência e inserção no mercado de trabalho, bem como outros temas relacionados ao bem-estar feminino. O jovem precisa aprender desde cedo que o mundo está mudando e que a sociedade não deve mais calar perante as injustiças cometidas há séculos contra as mulheres.

Minha esperança é que, num futuro próximo, não continuemos apenas a ver o progresso, mas também os avanços e as conquistas das mulheres em todas as partes do mundo. Vamos ver um mundo no qual todos os cidadãos, homens e mulheres, sejam valorizados e com oportunidades iguais, no qual cada cidadão possa viver com dignidade, livre do medo e cheio de esperança.

Oito de março oferece uma oportunidade para homenagear as conquistas das mulheres e para destacar as necessidades e preocupações nas agendas regionais, nacionais e globais. O Dia Internacional da Mulher é motivo para celebração, razão para parar, reavaliar uma lembrança, uma inspiração, um momento de honra, amado e admirado.

Ainda há muito para avançar e muito a ser alcançado. Mas com certeza a voz da mulher, nos últimos anos, passou a ser mais ouvida. A sua presença é cada vez mais constante, inclusive nas decisões nacionais. E exemplo disso é nosso país, que oitenta e poucos anos depois de conceder o direito do voto à mulher, pela primeira vez tem uma mulher a presidir-lo.

Portanto, que esse 8 de março seja de reflexão e de ações, no sentido de que homens e mulheres lutem juntos para construir uma sociedade justa, fraterna e igualitária."

Parabéns a todas as mulheres pelo seu dia.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. Deputados, o assunto que me traz a esta tribuna, sr. presidente, é um momento de fazer uma reflexão por conta do nosso sistema de saúde no Brasil.

Em 1988 foi promulgada a nossa Constituição Federal, depois de um debate amplo, e é bem verdade que tivemos grandes avanços na Constituição Federal de 1988. Mas também, nesta mesma carta, colocaram-se muitos direitos sem ter consistência ou sem ter a condição financeira de fazer com que essas inserções na Constituição Federal possam ser alcançadas. Entre outras, vou me ater à questão da saúde no Brasil.

Pude aqui citar o exemplo da determinação, através da Constituição, de que os juros no Brasil não poderiam ser superiores a 12% ao ano. Lamentavelmente, quem determina os juros não é a Constituição e sim o mercado. Tanto é que até hoje não se alcançou este número, 12% ao ano, porque todas as taxas e indicadores, não só os indicadores, mas os fatores que determinam os juros estão muito superiores, diga-se de passagem, a exemplo do cheque especial, para não ir mais longe.

No que diz respeito à saúde, eu penso que foi um grande avanço colocar que é um direito de todos e dever do estado. Apesar de ser o único país que estabeleceu isso na Constituição, porque nenhum país consegue, por mais rico que possa ser, dar 100% em saúde para a sua população.

Obviamente que temos que priorizar a saúde pública, principalmente para as pessoas que têm menos poder aquisitivo. Uma vez que está estabelecido na Constituição, vale para aquele que ganha um salário mínimo e para aquele que ganha 50, 100 salários mínimos. Mas com isso o que aconteceu? Desde 1988, já passaram vários presidentes da República, de vários partidos, e não é uma questão somente atual, do presidente "a", "b", "c" ou do partido "a", "b", "c", mas, sim, é um histórico, até pela nossa vivência como ex-secretário da Saúde, como prefeito e hoje como deputado.

Esse drama na saúde continua, ou seja, o financiamento público é insuficiente para atender à demanda do Brasil. Os hospitais estão cada vez com mais dificuldades, fazendo apelo à comunidade local, às prefeituras. O sistema público por sua vez não tem recurso suficiente. E precisamos ressaltar, sem exceção, que todas as prefeituras cumprem o que determina a Constituição. Se há exceções, são punidas. Mas os 15% determinados pela Constituição Federal todos os municípios estão cumprindo. E muitos municípios estão superando essa determinação de 15% prevista na Constituição.

No que cabe aos estados não é diferente, a Constituição determina no mínimo 12%. A grande maioria tem superado esse percentual. E os municípios por sua vez estão perdendo espaço no que diz respeito à sua receita. Nos estados não é diferente. A grande concentração de receita está na União, e volto a repetir que não é deste mandato, isso está ocorrendo desde 1988.

No entanto não há receita para o prestador de serviço, o profissional médico, o odontólogo, os prestadores de

serviços dos exames laboratoriais, dos exames de média complexidade e de alta complexidade, as Autorizações de Internação Hospitalar - AIHs, e as diárias que são pagas, hoje, mal dão para um café.

Então, estou fazendo essa constatação porque precisamos refletir sobre a situação da saúde no Brasil, para que principalmente os municípios possam ter uma condição melhor de fazer frente a esse grave problema, porque é no município que as pessoas vão procurar os serviços de saúde pública, nos hospitais, nas unidades ambulatoriais.

Portanto, fica aqui a minha manifestação. E se depender do meu propósito, estaremos batalhando muito para que os municípios e a saúde recebam mais recursos.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Saúdo todos os catarinenses e a imprensa que acompanha esta sessão.

Na verdade, o horário seria ocupado pelo deputado Serafim Venzon, mas na sua ausência aproveito para dar conhecimento ao plenário, a todos os srs. deputados e às sras. deputadas de que, na parte da manhã de hoje, iniciamos oficialmente os nossos trabalhos no âmbito da comissão de Segurança Pública.

Fui indicado pela minha bancada para presidir essa importante comissão permanente. Aceitei o desafio contando com a colaboração dos deputados que já faziam parte dela, e nós iniciamos hoje as primeiras discussões.

Dentro desse grande cenário da segurança pública, que tem inúmeras vertentes, inúmeros problemas, queremos fazer um trabalho extremamente propositivo no sentido de aproximar os deputados membros da comissão com as entidades que têm a responsabilidade de estar à frente das decisões administrativas dessa área, como a secretaria da Segurança, a secretaria da Justiça e também o comando da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros, enfim, todas as entidades que compõem a estrutura de segurança pública. Mas o objetivo maior é fazermos com que a comissão circule, faça audiências públicas ou realize as suas reuniões ordinárias nas regiões de Santa Catarina.

Dentro disso, propusemos um calendário para este ano e vamos iniciar a primeira audiência pública, por solicitação do eminente deputado Maurício Eskudlark, que agora também compõe a comissão, na regional de São Miguel d'Oeste, deputado Dirceu Dresch. Já marcamos a data. Será no dia 29 de março, quinta-feira.

Nós pretendemos, então, através da reunião em São Miguel d'Oeste, iniciar os trabalhos. E, nesse objetivo, vamos percorrer nove ou dez macrorregiões em Santa Catarina, para ouvir as reivindicações, tentar levar junto às audiências públicas a representação da Polícia Militar, Civil, das

secretarias afins, no sentido de fazer um trabalho extremamente preventivo, propositivo, para que as demandas não cheguem nesta Casa ou na comissão quando o problema já estiver na fase crítica.

O eminente deputado Kennedy Nunes propôs também uma discussão a respeito da questão do bombeiro voluntário e militar, em nome da comissão de Constituição e Justiça. E nós já estamos designando para a próxima quarta-feira uma reunião na comissão para entrarmos também no mérito dessa discussão.

Afinal de contas, volto a dizer o que falei hoje pela manhã - e o deputado Serafim Venzon estava presente -, a questão da comissão de Constituição e Justiça é discutir apenas a legalidade e admissibilidade da medida provisória. Mas, mais uma vez, deputado Dóia Guglielmi, como é de praxe, também já se está avançando a discussão do mérito que cabe à comissão permanente de Segurança Pública. Esta, sim, é que deverá debater sobre essa questão.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Gilmar Knaesel, quero apenas apartear-lo sobre esse assunto tão importante que a comissão de Segurança Pública presidida por v.exa. discute agora.

Primeiramente, sobre a questão da PEC 001, cabe ao Corpo de Bombeiros militar, hoje, dar a liberação e fiscalizar todas as ações preventivas nas construções novas e antigas para fazer algumas adequações e assegurar as pessoas especialmente contra incêndios.

V.Exa. tem tratado disso com muita sabedoria, justamente valorizando os dois lados. Hoje, temos dois mil bombeiros militares e oito mil bombeiros voluntários. Os bombeiros voluntários não são militares, mas eles pertencem a uma corporação e prestam serviços da mesma maneira que os militares, e existe um grande número de municípios que têm apenas o serviço dos bombeiros voluntários.

Há também um grande número de municípios em que o Corpo de Bombeiros nasceu de iniciativas privadas como em Concórdia, em Brusque e em diversas cidades, ou seja, aquele Corpo de Bombeiros que era de empresa passou a atender à necessidade emergencial da população como se fosse um serviço público. E v.exa. está tratando com sabedoria a questão justamente para valorizar tanto o bombeiro militar quanto o bombeiro voluntário. Os dois lados possuem suas razões, mas tenho certeza de que ouvindo os dois lados poderemos buscar um ponto de convergência.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Deputado Serafim Venzon, v.exa. participou da nossa reunião, substituindo o deputado Marcos Vieira, e fez uma brilhante explanação sobre o seu pensamento, o seu conhecimento do momento atual...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputado Gilmar Knaesel, vou lhe conceder um minuto para a sua

conclusão em deferimento a seu discurso e depoimento.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, v.exa. tem agido como um democrata, e agradeço. Mas o que nós, na verdade, queremos imprimir, em nome da comissão de Segurança Pública, é exatamente essa movimentação, essa mobilização por parte de todos os srs. deputados com experiência, conhecimento - deputado Sargento Amauri Soares, deputado Mauricio Eskudlark, deputado Kennedy Nunes, deputado Marcos Vieira e deputado Volnei Morastoni -, no sentido de fazer um trabalho itinerante nas 11 macrorregiões de Santa Catarina, para nos aproximarmos do problema, junto à sociedade.

Sr. presidente, agradeço o minuto que v.exa. me concedeu.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Aldo Schneider, novo líder de bancada, e aproveite a oportunidade para parabenizá-lo pela sua representação a partir deste momento nesta Casa.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Obrigado, deputado Jailson Lima!

Gostaria inicialmente de cumprimentar o presidente da Mesa Diretora, os nobres deputados e deputadas, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

É com satisfação que ocupamos, neste momento, a tribuna para falar em nome do nosso glorioso PMDB e, em consequência, vou falar em nome de todos os colegas deputados e deputadas que representam o partido neste Parlamento.

Inicialmente gostaria de discorrer sobre a alteração na liderança partidária. E quero enaltecer o trabalho que o deputado Manoel Mota fez e está fazendo pelo engrandecimento do nosso partido, em especial na condição de liderança da bancada.

Quero, aqui, fazer o registro da forma transparente com que ele conduziu esse processo, até agora. Um deputado, extremamente experiente, com muitas legislaturas. Mas, por um entendimento da bancada, a partir da próxima terça-feira, nós assumiremos essa missão e essa função, para que, através da experiência dos deputados com mais mandatos neste Parlamento e da juventude trazida por mim e por mais alguns parlamentares que estão no primeiro mandato, possamos unir nossas forças, e o PMDB, através da liderança, realize um trabalho do interesse de toda Santa Catarina, deste Parlamento e, acima de tudo, do maior partido de Santa Catarina, também o principal sócio do governo Raimundo Colombo/Eduardo Pinho Moreira, no sentido de que a atuação peemedebista ao longo da campanha, deputado Ciro Roza, em 2010, foi determinante para que o atual governo, para que a atual composição tivesse êxito nas urnas.

Então, a minha missão a partir da próxima terça-feira é fazer valer a vontade do PMDB, junto a esta Casa Legislativa, através da mesa diretora, das

demais lideranças, das comissões técnicas, e também fazer valer a vontade do nosso glorioso PMDB, junto às hostes governamentais tanto no gabinete do governador, como do vice-governador e em todas as secretarias.

O papel que exerceremos a partir da próxima terça-feira é um papel importantíssimo, que nos deixa muito satisfeito. E acima de tudo temos a grande responsabilidade de cobrar a implantação daquilo que está escrito no estatuto do PMDB por parte do governo, porque nós fizemos parte na condição da vice-governança.

Então, gostaria, neste momento, de dizer a todos os parlamentares que compõem esta Casa Legislativa que a experiência de v.exas. vai fazer com que nós, que estamos neste primeiro momento, aprendamos muito. E, evidentemente, somente fazemos as coisas com o aprendizado do dia a dia.

O Sr. Deputado Romildo Titon - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Romildo Titon - Sr. deputado, quero apenas enaltecer o seu pronunciamento com relação ao deputado que deixará de exercer a liderança, o veterano, deputado Manoel Mota, que já cumpriu por longos anos essa missão importante no partido, liderando por diversas vezes a maior bancada que tem nesta Casa.

Deputado Manoel Mota, v.exa. tem feito um grande trabalho, esforçando-se bastante. E estamos quase no mesmo ritmo de todas as bancadas desta Casa, no sentido de dar a oportunidade para que todos os parlamentares a cada ano renovem a liderança.

V.Exa. colocou o seu nome e por unanimidade, na terça-feira, deve estar sendo referendado por todos os companheiros da bancada. E, realmente, traz consigo uma renovação para esta Casa, porque veio com espírito de juventude, com vontade de fazer com que a bancada se fortaleça mais.

Temos a absoluta certeza de que dará uma grande contribuição para a bancada e para o partido, pela forma cordial que tem tratado todos os parlamentares porque o diálogo é bastante importante e necessário para um líder de bancada.

Estaremos com v.exa. nessa luta.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço a manifestação do eminente deputado.

O Sr. Deputado Dado Cherm - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Dado Cherm - Deputado, quero, em nome da bancada do PSDB, dizer a v.exa. que estamos torcendo por v.exa. e que desejamos sucesso na sua liderança.

Eu conheço o seu trabalho como secretário regional, o qual exerceu com muito êxito, no município de Ibirama e na região. Tenho certeza de que a sua experiência e o seu trabalho foi o que o trouxeram para cá. E agora mais do que nunca esse grande desafio que é liderar uma bancada tão forte, tão grande, que é a

bancada do PMDB, uma bancada tradicional de luta guerrida, e hoje v.exa. vai verbalizar as necessidades da referida bancada.

Então nós, que fazemos parte da base do governo, queremos dizer que o PSDB também está junto para o seu engrandecimento, para que possa fazer seu bom trabalho, como fez até hoje o deputado Manoel Mota e o deputado Elizeu Mattos. Nós queremos estar juntos, de mãos dadas, para que possamos continuar nesse trabalho de fortalecer e fazer com que este governo possa cada vez mais atender todos os catarinenses.

Portanto, boa-sorte e pode contar também com o PSDB.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço a manifestação de v.exa., eminente deputado Dado Cherem, líder do PSDB, que tem demonstrado, através de sua liderança, a unidade da bancada do PSDB, e as suas palavras generosas. Acredito, deputados Dado Cherem e Romildo Títon, que através do bom-senso, da boa vontade, da cordialidade e, acima de tudo, do espírito público tenhamos condições de reproduzir tanto na esfera governamental quanto na esfera legislativa essa deferência do meu partido, que é o PMDB.

Logicamente que temos essa missão de liderar a maior bancada, que é composta pelo líder do governo, deputado Elizeu Mattos, e de que através da experiência de todos esses companheiros possamos ser aqui a bancada e a porta de entrada da segurança do governo do estado, principalmente nas questões que dependem de legislação.

Evidentemente que não poderia deixar de citar aqui o trabalho de muitos deputados do PMDB, os quais me instigaram, me propuseram e até me desafiaram a aceitar esse desafio, neste momento, de liderar a bancada desse partido, composto por dez deputados. São pessoas extremamente dedicadas à sua região e através das regiões que representam na Casa do Povo de Santa Catarina, esses parlamentares contribuem no sentido de levar, juntamente com o governo e as secretarias, à sociedade catarinense aquilo que o governo deve fazer, que é a ação e a atuação nas nossas bases partidárias e comunitárias.

Também tivemos a missão, como deputado estadual, de representar esse partido, um partido com uma história vibrante no Brasil, até porque nós, ao longo da história, representamos esse partido nas grandes massas, deputado Moacir Sopelsa. Nós, a partir do regime de 1964, tivemos a missão de dar alento e esperança à sociedade brasileira. E hoje se passaram alguns anos e no decorrer desses anos a evolução que a comunidade brasileira teve contou com o DNA e a participação do PMDB nas grandes conquistas a partir da democracia e dos direitos sociais, trabalhistas, previdenciários e políticos, inclusive.

Então, quero aqui expressar de que através do bom senso e da liderança que a partir da próxima terça-feira exercerei nessa grande bancada, possa de fato reproduzir o interesse de cada deputado, de cada região e, acima de tudo, reproduzir o interesse do Parlamento de Santa Catarina,

para que possamos fazer um grande trabalho, juntamente com os demais 30 parlamentares, porque ao quando adentrei neste Plenário, no dia 1º de fevereiro do ano passado, a primeira experiência legislativa que tive na condição de deputado estadual é de que aqui existe a grande nação por toda Santa Catarina. Isso é o mais importante.

Nós podemos e devemos divergir neste ou naquele projeto, mas a nossa presença neste plenário significa que todos nós temos como base, como bandeira e como missão fazer o melhor pela nossa região e por Santa Catarina. Para isso e por isso somos detentores de mandatos eletivos. E isso vamos aprendendo com o dia a dia.

A partir do dia 1º de fevereiro, último passado, ou seja, a partir do dia 1º de fevereiro de 2011, tivemos essa experiência, que é enriquecedora. Eu, que já tive a oportunidade de exercer tantos cargos eletivos como vereador, prefeito, secretário de estado, nunca tive essa oportunidade e esse sentimento de estar nesta tribuna falando para toda Santa Catarina, pois sempre procuro me revestir de muita humildade, para que através dela possamos servir Santa Catarina.

E agora, com a missão de líder da bancada do PMDB, quero dizer a toda Santa Catarina de que estamos preocupados em fazer um ótimo serviço, para que o nosso partido efetivamente tenha representatividade eleitoral e parlamentar. E que o nosso partido, indistintamente, seja o grande parceiro do governo Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira, para que possamos fazer com que esse trabalho que o PMDB faz nas nossas bases possa se reverter em obras, serviços e em ações patrocinadas por todo governo, mas em especial pela bancada do PMDB.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado Aldo Schneider, quero dizer a v.exa. que tenho absoluta certeza do trabalho sério que realiza na liderança da nossa bancada. Também tenho convicção do trabalho que fez o deputado Manoel Mota e os líderes que lhe antecederam. E não tenho nenhuma dúvida de que a liderança irá para boas mãos, irá para um companheiro que tem um espírito, acima de tudo, de coletividade, um espírito de trabalhar para o estado de Santa Catarina.

O nosso partido é um partido com essa formação; é um partido que sempre caminhou na direção da democracia. Tenho certeza de que v.exa. será esse nosso líder e saberemos ser os seus liderados, caminhando juntos com todas as bancadas, de acordo com o nosso pensamento, com a nossa intenção.

Quero também cumprimentar todas as mulheres, porque o dia 8 de março, amanhã, será o Dia Internacional da Mulher. Vi muitos parlamentares aqui se manifestar sobre essa data, sobre o avanço que teve a mulher nas conquistas do seu dia a dia, do seu trabalho, das suas políticas, do reconhecimento do trabalho delas em todo o mundo.

Quero deixar aqui registrado este nosso reconhecimento e desejar que

elas possam cada vez mais buscar seus objetivos participando da sociedade em todos os setores, sejam eles empresariais, na política, sejam eles modestos, em casa ou na agricultura, pois temos um vínculo muito forte com a agricultura, papel esse importantíssimo da mulher que muitas vezes a sociedade não reconhece.

Muito obrigado, deputado Aldo Schneider. Parabéns a v.exa.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço a v.exa. a manifestação.

V.Exa frisou com perfeição o trabalho de todas as pessoas que nos antecederam na liderança desse glorioso partido.

Em nome da deputada Ada De Luca e da deputada Dirce Heiderscheidt, quero cumprimentar todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher dizendo que elas, hoje, são peça fundamental ao desenvolvimento dos nossos lares.

A mulher tem possibilidade de ser mãe, de ser profissional, de ser gestora. Então, em nome da bancada do PMDB e das deputadas Dirce Heiderscheidt e Ada De Luca, quero parabenizar todas as mulheres catarinenses por esse dia, por essa data, pois, de uma forma muito aguerrida, elas conquistaram esse dia como uma forma de expressão do valor da mulher.

No que tange à bancada do PMDB, a partir da próxima terça-feira estarei à disposição de todas as bancadas para juntos construirmos uma grande Santa Catarina.

Agradeço, sr. presidente, pela manifestação, como também aos srs. deputados e às sras. deputadas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Levando em conta o entendimento feito com os srs. líderes, não vamos deliberar os vetos no dia de hoje, serão postergados para quando houver quórum qualificado, com um prévio acordo com os srs. líderes.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0030/2011, de autoria da deputada Ada De Luca, que obriga o Poder Executivo, por intermédio da secretaria de estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, a registrar e divulgar os índices de violência contra as mulheres, no âmbito do estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n.

0560/2011, de autoria do deputado Volnei Morastoni, que autoriza o governo do estado de Santa Catarina a criar o memorial dos mortos e desaparecidos políticos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. deputados, temos dois projetos fora da pauta, de autoria do Tribunal de Justiça, que já passaram por todas as comissões. Um é o Projeto de Lei n. 0327/2012, que estabelece requisito temporal para remoção, a pedido da magistratura estadual, e o segundo altera a redação n. 3 da tabela da Lei Complementar n. 156, alterada pela Lei Complementar n. 218, que dispõe sob o valor dos atos do Tribunal de Justiça.

Como este último projeto é mais complexo, entendo que devemos deixar para a semana que vem. E o primeiro projeto citado, que se refere à evolução da magistratura, se houver acordo com os srs. líderes, poderemos votar. Ele não está na Ordem do Dia.

Assim sendo, quero saber se todos os líderes concordam, porque senão ficará para a Ordem do Dia de terça-feira.

(Os líderes não aquiescem.)

Como não houve acordo entre os srs. líderes, as duas matérias ficarão para a pauta da Ordem do Dia de terça-feira.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0053/2012, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0054/2012 e 0073/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0055/2012, 0056/2012, 0057/2012, 0061/2012, 0062/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0058/2012, 0059/2012 e 0074/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0060/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0063/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0064/2012 e 0071/2012, de autoria do deputado Darci de Matos; 0065/2012, 0066/2012 e 0067/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0068/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0069/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; 0070/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini e 0072/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, conforme determina o art. 206, do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 0111/2012 e 0138/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0113/2012, 0121/2012, 0130/2012, 0130/2012, 0143/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0114/2012 e 0144/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0115/2012 e 0131/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0116/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0117/2012, de autoria do deputado Padre

Pedro Baldissera; 0119/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0120/2012, 0124/2012, 0127/2012, 0128/2012, de autoria de deputado Jean Kuhlmann; 0123/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; 0125/2012 e 0126/2012, de autoria de deputado Moacir Sopelsa; 0129/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti, 0132/2012, 0133/2012, 0134/2012, 0135/2012, 0136/2012 e 0137/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0139/2012 e 0140/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0141/2012 e 0142/2012, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0145/2012, de autoria do deputado Ciro Roza, e 0146/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal.

Submetemos à deliberação do plenário o seguinte requerimento e a seguinte moção:

Requerimento n. 0112/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita apoio à comunidade de São Francisco do Sul, no protocolo de intenções firmado entre a Petrobrás e o governo do estado do Rio Grande do Sul, para a contratação dos estudos de viabilidade para a implantação de uma unidade regaseificadora naquele município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0002/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviada ao governador do estado, manifestando agradecimento pela assinatura do convênio com o Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0008/2012, de autoria do deputado Pedro Baldissera, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre o valor da reforma e o prazo para a reabertura da Escola de Educação Básica Aristiliano Ramos, no município de Lages.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0009/2012, de autoria do deputado Silvio Dreveck, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre a transferência de recursos para o Hospital e Maternidade Sagrada Família de São Bento do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0010/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de estado da Fazenda, solicitando informações sobre os devedores do estado de Santa Catarina que quitaram suas dívidas até o final de fevereiro de 2012, bem como as empresas beneficiadas pelo Programa Catarinense de Revigramento Econômico.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0011/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao governador do estado e ao secretário da Casa Civil, pedindo informações sobre os impostos que compõem a base de cálculo para os recursos a serem aplicados na manutenção e no desenvolvimento do sistema de ensino.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0012/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari, a ser enviado ao secretário da Administração, solicitando informações sobre o cumprimento das Leis ns. 15.221, de 2010, e 15.282, de 2001.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0013/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao secretário da Fazenda, solicitando informações sobre qual o índice de participação dos municípios, nominando suas respectivas associações no produto de arrecadação do ICMS nos exercícios de 1990 e 2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0014/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao Secretário da Assistência Social, Trabalho e Habitação, solicitando informações sobre quantas casas populares foram construídas pela COHAB, no meio urbano e rural, no período entre 2000 e 2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente desta Casa, eminente deputado Gelson Merisio, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, queremos, através da tribuna desta Casa, agradecer e relatar a audiência que tivemos, hoje pela manhã, com o governador Raimundo Colombo, o secretário da Agricultura, João Rodrigues, os prefeitos municipais de Forquilha, no sul do estado, de Nova Veneza e com todos os deputados que integram a região sul de Santa Catarina, para tratarmos de catástrofe causada pelo vendaval que atingiu esses dois municípios, causando um transtorno muito significativo na agricultura, no meio urbano, destruindo equipamentos urbanos, destruindo residências de pessoas e, acima de tudo, atingindo empresas, principalmente a nossa agricultura, os produtores de arroz e de frango daquela região que tiveram as suas colheitas totalmente perdidas pela ação do vento.

Imaginem um produtor, ao realizar a sua colheita no dia seguinte, ver o vento debulhar, degranar todas as panículas do arroz, deixando a sua família praticamente desabrigada. São prejuízos que levarão anos para ser refeitos.

O sr. governador, atendendo o pedido de um grupo de deputados da região, acolheu prontamente a solicitação dos prefeitos, das lideranças que se comprometeram a encaminhar soluções na medida do possível, através de estudos, de acordo com a legislação.

Nós queremos aqui, em nome da região sul, agradecer ao governador Raimundo Colombo o atendimento nessa ação, principalmente o envolvimento do deputado e secretário da Agricultura, João Rodrigues, que tem acompanhado todos os eventos da questão da agricultura.

Continua ainda nesse quesito a preocupação com os atingidos pela estiagem no oeste de Santa Catarina, que vem sofrendo bastante.

Gostaria de cumprimentar agora o deputado José Nei Ascari, presidente da comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que hoje reabriu os trabalhos com a participação de muitas lideranças e com muitas inovações.

Quero dizer, deputado José Nei Ascari, aquilo que tenho ouvido pelo estado acerca da importância dessa comissão na vida das pessoas e das famílias que têm crianças portadoras de deficiência e da esperança que a criação desta comissão nesta Casa gerou no seio de muitas famílias, na perspectiva de conhecermos toda a legislação pertinente e aquilo que pode ser melhorado. Mas, como disse v.exa. hoje,

primeiramente vamos conhecer as leis já existentes e a sua aplicabilidade, para depois vermos o que poderá ser feito.

Foi aprovada por essa comissão a realização de seminário de inclusão das pessoas portadoras de deficiência no sistema educacional, que acontecerá nos próximos dias, em Blumenau, e reunirá todas as instituições de educação e outras, a fim de debater a maneira como nós, catarinenses, estamos agindo na inclusão dessas pessoas na escola, porque será através dela que poderemos mudar a realidade social.

Então, quero cumprimentar o deputado José Nei Ascari pelo trabalho que vem fazendo à frente da comissão e aproveitar para fazer um convite a todos os deputados para acompanharem o ato comemorativo que acontecerá nesta Casa, no dia 21, ocasião em pretendemos debater a síndrome de Down, porque esse é o Dia Estadual da Síndrome de Down, deficiência que atinge mais de 300 mil pessoas no Brasil. Segundo informações de pediatras e de geneticistas, o Hospital Darcy Vargas, no estado, é responsável pelo tratamento de mais de 20% da população com síndrome de Down do país.

No Brasil, cerca de cinco mil crianças nascem com síndrome de Down a cada ano; na América do Sul, a cada 600 crianças nascidas vivas, um bebê tem síndrome de Down. Nos idos de 1959, a expectativa de vida das pessoas com síndrome de Down era de apenas 15 anos. Graças à evolução da ciência, graças também à nova visão que a sociedade passou a dessa doença, o avanço foi muito grande. Hoje essas pessoas possuem uma expectativa de vida de cerca de 80 anos, o que mostra a evolução que há no tratamento, na inclusão e na atenção que lhes é dispensada.

O Brasil tem evoluído bastante, mas ainda temos um caminho muito grande pela frente e esta Casa pode ajudar. É preciso criar oportunidades para as pessoas, são inúmeros os exemplos de portadores de Down que têm capacidade. Nos últimos anos os exemplos têm-se multiplicado e um deles gostaria de citar aqui.

Um jovem de 21 anos, que é portador da síndrome de Down foi aprovado no vestibular para o curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás. O estudante não teve nenhum benefício na correção de sua prova, a não ser alguém que teve que o acompanhar para ler as perguntas a fim de que ele pudesse respondê-las, porque devido a sua deficiência de visão tinha as dificuldades para tanto.

Eu conheço muitos portadores de síndrome de Down que têm habilidades superiores a muitas pessoas da nossa sociedade.

Por isso, realizaremos, no próximo dia 21, um ato comemorativo ao Dia Estadual da Síndrome de Down, ocasião em que traremos um palestrante que escreveu um livro, e ele é portador de Down, e vai relatar a sua experiência para todos nós.

Fica aqui o convite aos srs. deputados para se fazerem presentes no dia 21, a partir das 9h, para debater com a sociedade catarinense, nesta Casa, os

caminhos que devemos ter de apoio e inclusão para as crianças, os jovens e os adultos portadores de Down na nossa sociedade. E dessa forma a Assembleia Legislativa também passa a desenvolver o seu papel nessa área.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Deputado José Nei Ascari, eu gostaria de ouvir o seu aparte.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Eu somente gostaria de cumprimentá-lo, deputado, pelo pronunciamento.

Quero registrar que de fato hoje pela manhã realizamos uma produtiva reunião na comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e da qual v.exa. participou, definindo algumas ações para este ano de 2012.

A nossa constatação, e tenho certeza de que também é a sua, é que essa comissão tem um caminho interessante pela frente. Temos um terreno fértil. Acho que a Assembleia Legislativa sai na frente com a criação dessa comissão, verificada no ano passado por unanimidade, e teremos, com toda certeza, a oportunidade de proceder no âmbito da comissão debates importantes, dando também a Santa Catarina uma contribuição, em parcerias com as demais entidades, para que, de uma forma ou de outra, possamos desenvolver ações que possam melhorar a vida dessas pessoas.

Parabéns pelo pronunciamento, na expectativa de que estaremos irmanados no futuro para que as ações efetivamente possam acontecer.

Meus cumprimentos pelo evento que acontecerá no próximo dia 21. É uma bela iniciativa.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Agradeço, deputado José Nei Ascari, e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para reforçar o convite a todas as instituições de Santa Catarina para participarem deste ato comemorativo da síndrome de Down em Santa Catarina, no dia 21.

Fica aqui o convite e agradeço, sr. presidente, a oportunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria, na tarde de hoje, de retomar, na tribuna, aquilo que abordamos no dia de ontem, e aqui muito bem mencionado pelo deputado Mauro de Nadal, ou seja, a audiência que tivemos com o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos. E, aliás, quero fazer aqui um elogio merecido pela determinação e, ao mesmo tempo também, pelas decisões positivas, fortes e constantes que o ministro está tendo à frente desse importante ministério que atende a todos os nossos estados.

Daqui da nossa Assembleia, da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, o deputado Mauro de Nadal e eu estivemos representando a comissão nas duas audiências que aconteceram no oeste e extremo oeste do nosso estado, chamadas e coordenadas pelo deputado Mauro de Nadal, para tratar sobre as BRs-158, 282 e 163, rodovias extremamente importantes e essenciais para o desenvolvimento de toda aquela região. E, ao mesmo tempo, também contribuem enormemente para o desenvolvimento do nosso estado e dos estados do Rio Grande do Sul e Paraná e, como consequência, para o desenvolvimento do nosso país.

Estiveram presentes várias lideranças; prefeitos; vereadores de toda a região; os nossos deputados federais: Pedro Uczai, Celso Maldaner, Onofre Santo Agostini e Jorginho Mello; o senador Casildo Maldaner; e o ex-deputado Cláudio Vignatti, que acompanhou, atentamente, os encaminhamentos dados naquela audiência, na tarde de ontem, no ministério dos Transportes.

Portanto, é preciso ressaltar que a audiência veio exatamente para reforçar aquilo que já se havia definido como encaminhamento de melhorias, ampliação e manutenção dessas três rodovias. Mas serviu também para que, na oportunidade, se pudesse pontuar os grandes gargalos e problemas que se fazem presentes naquela região. E, ao mesmo tempo, também realçar o empenho que o DNIT de Santa Catarina vem fazendo na pessoa do nosso superintendente José dos Santos.

O governo federal estará, nos próximos meses, dando início a todo processo licitatório, retomando-o. Estipulou uma meta - e é claro que poderá haver alguns transtornos no percurso - e as obras da BR-163, que liga São Miguel d'Oeste e Dionísio Cerqueira ao estado do Paraná, deverão ter o início a partir do segundo semestre. Para nós isso é importante, pela importância que a rodovia tem para o estado e o país.

É preciso que se faça toda a reestruturação da rodovia, ampliação em algumas partes, como o próprio projeto já aponta, melhorias nos acessos aos diferentes municípios ao longo dessa rodovia. E estão previstos para a BR-163 R\$ 120 milhões, podendo até ser acrescido esse valor em mais R\$ 70 milhões. E aí, sim, poderá estar incluso o entorno de São Miguel d'Oeste, município polo de toda a nossa região do extremo oeste.

Outro trabalho que será retomado agora, e que já está em processo de licitação, esperando no mês de abril já esteja concluído, é o dos vários acessos dos municípios, desde a região de Campos Novos até Maravilha, percorrendo todo esse trecho da BR-282 que tem recebido vários investimentos. E não temos dúvida nenhuma de que esses novos investimentos são de uma importância extraordinária para a segurança e, ao mesmo tempo também, para o desenvolvimento de toda essa nossa grande região oeste de Santa Catarina.

A BR-282, que liga o Oceano Atlântico ao Pacífico, é de uma importância vital. Quando se fala em desenvolvimento e inclusão, passa por essa importante rodovia.

Levantamos a necessidade da duplicação do trecho de São Miguel d'Oeste ao entroncamento com a BR-153, onde essa mesma BR faz a ligação com os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. É preciso que se pense e que se possa possibilitar a duplicação desse trecho, tendo em vista a importância que representa a região em todos os aspectos: humanos, econômicos e sociais.

Então, faço um pouco esse relato, sr. presidente, dessa nossa audiência com o ministro dos Transportes...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

O próximo orador inscrito é o deputado Nilson Gonçalves, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, vou utilizar esses dez minutos que tenho aqui na tribuna no horário de Explicação Pessoal para trazer um tema que tem polarizado especialmente as comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e também os deputados que têm compromissos com sua região e estão vendo de uma forma diferente a questão da PEC que está, hoje, tramitando na comissão de Finanças e Tributação e que dá aos bombeiros voluntários de Santa Catarina a possibilidade de sobrevivência.

Nós estamos vivendo um momento na Casa muito interessante, e eu diria bastante democrático, porque o exercício da democracia é justamente o exercício da controvérsia. Se tudo mundo pensasse somente de uma forma, não seria democracia. Então, temos aqui deputados que pensam de uma forma e deputados que pensam de outra forma em relação à questão da PEC relativa aos bombeiros voluntários de Santa Catarina.

Eu tenho recebido no meu gabinete uma verdadeira avalanche de ofícios e manifestos por parte de associações e sindicatos ligados aos bombeiros militares. E algumas bastante interessantes, outras que não condizem com a verdade, essa que é a grande realidade. Alguns ofícios, ou manifestos, que tenho recebido dizem que se a PEC for aprovada nesta Casa significará o extermínio do bombeiro militar em Santa Catarina, e que nós, com esta PEC, estamos querendo acabar com o bombeiro militar em Santa Catarina, e isto não corresponde com a verdade!

Quem está acompanhando *pari passu* esse problema e conhece a PEC que está para ser votada nesta Casa, sabe que não é essa a realidade. Ninguém nesta Casa, em sã consciência, está querendo acabar com o bombeiro militar em Santa Catarina. Na verdade, todos nós queremos que o bombeiro militar exerça dignamente, como vem fazendo, a sua função em Santa Catarina. Hoje são cerca de 90 municípios de Santa Catarina que são atendidos pelos bombeiros militares.

O que queremos, na verdade; o que nós insistimos, na verdade; o que nós temos pregado, na verdade, é a votação e aprovação dessa PEC para que tenhamos a

sobrevivência do bombeiro voluntário em Santa Catarina. O que queremos é a sobrevivência do honrado bombeiro voluntário em Santa Catarina, que há mais de 100 anos está atuando neste estado. E se não for aprovada essa PEC nesta Casa, certamente estaremos condenando o bombeiro voluntário de Santa Catarina ao seu extermínio. Esta é a grande verdade!

Ninguém está aqui querendo prejudicar ou acabar com o bombeiro militar. Pelo contrário, queremos, sim, que continue forte exercendo a sua função, mas queremos também que tenham o sagrado direito de trabalhar, de fazer o que vem fazendo o bombeiro voluntário em Santa Catarina há mais de 100 anos. Essa PEC vai dar o direito ao bombeiro voluntário de também exercer a sua função, como exerce, hoje, o militar, de poder fazer o convênio de fiscalização com a prefeitura. A prefeitura pode fazer, se quiser, o convênio com os dois bombeiros. Onde existir o bombeiro militar e o bombeiro voluntário, ela pode, se quiser, ou fazer com o militar, ou fazer com o voluntário, ou fazer com os dois. Mas a PEC não vai, de forma alguma, criar aqui um problema que venha a prejudicar o bombeiro militar. Esta é a grande verdade e este é o grande entendimento.

Criou-se uma celeuma na Casa e há um movimento no sentido de que se sente em cima desse projeto e não se vote essa PEC que atenda aos interesses dos bombeiros militares, porque acham que a votação dessa PEC vai prejudicá-los ou vai, em médio prazo, acabar com eles, e isso não é verdade! Ninguém vai acabar com o bombeiro militar em Santa Catarina, até porque estão respaldados em lei aprovada nesta Casa.

Mais uma vez volto a afirmar que o que queremos é a aprovação dessa PEC única e exclusivamente para manter vivos os bombeiros voluntários de Santa Catarina, que em momento algum vão prejudicar ou concorrer com o bombeiro militar. Nós temos 90 municípios servidos pelo bombeiro militar, mas temos quase 300 municípios em Santa Catarina. No norte do estado temos o bombeiro centenário, em Joinville, que é o bombeiro militar, com mais de 100 anos, e é um exemplo para o país inteiro. Nós temos bombeiros voluntários em Araquari, Barra do Sul, São Francisco do Sul, Itapoá, Garuva, Guarimirim e Jaraguá do Sul. Enfim, temos bombeiros voluntários em todos os cantos. Por que vamos acabar com essa gente que somente vem fazendo o bem para Santa Catarina há mais de 100 anos? E com essa PEC apenas e tão-somente vamos dar-lhes o oxigênio necessário para que possam sobreviver. É somente isso. Mas está empacada na comissão de Constituição e Justiça, porque os srs. deputados até certo momento estavam mais ou menos equilibrando a votação e de repente, não sei por que, já não temos votos suficientes para que o projeto seja aprovado naquela comissão, por conta dos ofícios, por conta de pressão.

Os srs. deputados agora vão trabalhar aqui de acordo com a pressão que recebem ou de acordo com a coerência? Essa é a pergunta que fica no ar.

Era isso que eu tinha para dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

O próximo orador inscrito é o deputado Ciro Roza, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - Sr. presidente, srs. deputados, ocupo este espaço na tribuna para homenagear e deixar registrado que, no próximo dia 08 de março, deputado Serafim Venzon, o curso ginásial Professor Honório Miranda, hoje colégio Honório Miranda, estará completando 50 anos de existência.

Sr. presidente, naquela oportunidade para fazer o curso ginásial havia toda uma preparação, era como se fosse um vestibular, havia o pré-ginásial, um exame de admissão para conseguir uma vaga e concluir aquele curso. E na nossa cidade existiam dois, que era o Cônsul Carlos Renaux e o Ginásio São Luiz, um mantido pela comunidade evangélica luterana e outro pela comunidade católica. Não era um estudo gratuito, era pago. E vejamos que naquela oportunidade, o principal ou o maior movimento comunitário dos 150 anos de história de nossa cidade foi criado, e naquela época houve um apelo, uma campanha nacional para a criação de educandários gratuitos através da CNEC, em nível nacional.

É claro, houve dificuldades, foi uma luta voluntária da própria sociedade para criar essas condições de levar a todos os jovens brusquenses, àqueles que quisessem ter a garantia de cursar o ginásial, que era patrocinado, naturalmente, através dessa entidade, que seria a CNEC em nível nacional.

É claro que no momento, os que ali estavam a servir e oferecer esses cursos do Ginásial Professor Honório Miranda, que passou a ser colégio, houve toda uma preocupação que talvez os cursos que já estivessem oferecendo essas oportunidades deixassem de existir em função da gratuidade do ensino, mas, na prática, ocorreu o contrário, ampliaram-se os números de vagas nos cursos privados e criou-se a oportunidade para aqueles que não tinham condições de pagar os seus estudos de cursar o ginásio. Houve uma dificuldade muito grande no seu início em função de termos que buscar o credenciamento junto ao ministério da Educação, mas felizmente uma luta pela boa causa acaba sempre vencendo.

Eu não poderia deixar, neste momento, de registrar o nome das pessoas que, graças a Deus, contribuíram com os seus idealismos, pessoas como Euclides Viscont, Oli Rodrigues, Aldo Ramos, Padre Osmar Muller, Julia de Oliveira, Laudelino Manerich, Darci Diego, Derci Zimmermann, Carlos Eugênio de Alencar, Azambuja, professor Celso Westrupp, padre Orlando Maria Murphy, Maria Regina Caviquioli Pereira e tantos outros que contribuíram para tornar realidade aquilo que se buscava através daquele movimento voluntário.

É claro, iniciou-se o curso usando as instalações de uma estrutura educacional do governo do estado, no período noturno, porque não existia, naquele momento, nem condições para pagar o

aluguel nem para a contratação de professores, diretores, que se dedicaram a ministrar aulas gratuitamente, oferecendo essa possibilidade à juventude brusquense.

Passou então a existir uma campanha em que participou toda a comunidade brusquense, e o corpo docente já implantado no Honório Miranda passou a trabalhar no sistema de mutirão, como o professor Celso Westrupp e o professor Euclides Viscont. Aliás, Celso Westrupp foi diretor por tantos e tantos anos, uma pessoa com uma grande experiência dentro do setor da Educação. Ele é um vocacionado, um homem inteligente, um homem que busca, através das suas ações e das suas decisões, com capacidade de envolver voluntariamente pessoas da comunidade, que se engajam em prol de uma causa tão importante, como foi a construção do Curso Ginásial Honório Miranda.

Vejam, senhores deputados, quantos jovens, durante esses 50 anos, tiveram naquele colégio a sua formação do ensino médio, quantos hoje se formaram nas faculdades através daquela oportunidade, daquele movimento voluntário que acabei de registrar, foi tão importante no início do ensino gratuito em nossa cidade.

Eu queria, neste momento, além de parabenizar, agradecer em nome do povo brusquense a todas as pessoas, infelizmente uns já se foram, mas alguns ainda estão em nosso convívio, por esse trabalho prestado, por ter como meta e objetivo principal levar o conhecimento àqueles que o desejavam, mas que não tinham condições financeiras para frequentar os bancos escolares.

Aliás, a cidade de Brusque se destacou e se destaca graças à nossa sociedade que sempre busca meios e formas, independentemente do governo municipal, estadual ou federal, o envolvimento coletivo da comunidade e a promoção do bem-estar para levar conhecimento ao povo.

É claro, gostaria também de dar os parabéns à atual diretora, Maria Regina Caviquioli Pereira, a todos os professores e servidores daquele educandário, aos alunos do Colégio Honório Miranda, que representaram e continuam representando um papel importante e fundamental na preparação da nossa juventude.

Desejo que a população de Brusque possa sempre ter, através dessas iniciativas, os seus filhos preparados e qualificados para enfrentar com igualdade esse mercado competitivo e que possam estar preparados para as dificuldades não apenas em nível de estado, mas em nível de Brasil e até de mundo.

Portanto, deixo aqui, além desse registro, agradecimentos a todos que iniciaram esse processo e que continuam dando a sua colaboração, através de uma dedicação especial na preparação da nossa juventude, àqueles que buscam os bancos escolares para o conhecimento.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Ciro Roza.

O próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, deputado Moacir Sopelsa, muito obrigado pela oportunidade. Quero cumprimentar, de forma muito carinhosa, o gestor do Fundo Estadual da Infância e da Adolescência, padre Luís Antônio Caon, o consultor-geral da secretaria de Assistência Social e de Combate à Fome, ex-deputado Marcondes Marchetti, bem como o presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, dr. Leonardo Floriani Thieves.

Do total da população de Santa Catarina, 20% passam o mês com menos de meio salário mínimo. Isso representa, entre as pessoas de 0 a 18 anos, mais de 500 mil pessoas, que, colocadas numa fila, dariam 500km de crianças que passam o mês com apenas meio salário mínimo.

Cada um dos senhores e senhoras que acompanham a TVAL imagina como faria para cobrir todas as despesas de uma criança com o equivalente a, no máximo, R\$ 310,00?

Essas crianças, então, estão em situação de vulnerabilidade e acabam perdendo oportunidades de se formar, de se qualificar para quando forem adultas terem capacidade de disputar, em todas as áreas sociais, seja no trabalho, no esporte ou no lazer, alguma oportunidade, mas terão mais dificuldades para disputar todas as ofertas.

Neste ano aconteceu algo extremamente importante, que era uma das minhas metas do ano passado como secretário da Assistência Social, que foi a revitalização desse fundo, do FIA, para o qual criamos, inclusive, uma conta especial n. 800500-1, para todos os catarinenses que quiserem colaborar.

Mas alertamos que as pessoas que pagam Imposto de Renda podem contribuir para esse fundo, fazer o bem para entidades religiosas, educacionais, privadas, enfim, para todas aquelas instituições que desenvolvem projetos destinados à criança e ao adolescente, a fim de lhes garantir uma complementação orçamentária.

Há 20, 30 anos, o pai trabalhava na fábrica e a mãe, com sete, oito filhos, educava as crianças, sendo que os filhos, às vezes, adaptavam-se muito ao jeito da mãe, porque ela era a que mais estava perto deles.

Hoje, o pai e a mãe trabalham fora, principalmente o pai e a mãe desses 20% que passam o mês com menos de meio salário mínimo. Se forem quatro salários que somados representam dois, divididos por quatro dá meio salário mínimo. Trabalha o pai, trabalha a mãe, e as crianças aprendem com quem? Na rua, com os outros, sendo que a criança tem habilidade para aprender o que lhe é ensinado. Quando são ensinadas coisas boas, as crianças aprendem coisas boas, mas se alguém ensinar coisas ruins, elas vão aprender também.

Então, precisamos nos adiantar para garantir o futuro das próximas gerações e temos oportunidade para isso. Todos nós, todas as pessoas que pagam Imposto de Renda e que a partir do dia 1º de março até o dia 30 de abril vão fazer a sua declaração, falem com o seu contador! Manifestem o desejo de participar.

Na hora em que você calcula o Imposto de Renda, ao final das contas você vai encontrar um valor "x" de 3% do

valor total, e esse valor devido você pode doar para esse fundo.

Deputado **Ciro Roza**, v.exa. que, assim como os 40 deputados desta Casa e os funcionários, paga Imposto de Renda. E podemos dizer que, por exemplo, se a soma totalizar R\$ 60 mil, mesmo que já tenha sido pago, já descontado da folha, a conta total do imposto, se nunca foi retido, seria R\$ 60 mil, e 3% de R\$ 60 mil corresponde a R\$ 1.800,00.

Então, 97% cada um de nós paga para ao leão e 3% vai pagar para o rei leão, o amigo da criança.

O Sr. Deputado **Ciro Roza** - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO **SERAFIM VENZON** - Concedo um aparte a v.exa., deputado **Ciro Roza**.

O Sr. Deputado **Ciro Roza** - Deputado **Serafim Venzon**, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. Realmente é importante trazer esse assunto ao conhecimento da sociedade porque muitos estados, inclusive, nem sabem como podem tomar essa posição. É interessante que todos saibam também como é importante destinar recursos para essa entidade, para a criança e o adolescente.

Há necessidade, com certeza, da contratação de profissionais, ainda bem

que existe o corpo voluntário de profissionais, mas tudo se resume nas questões financeiras.

Não é pagar mais; é destinar parte daquilo que vocês estão pagando à criança e ao adolescente.

Quero parabenizar v.exa. pela importância deste seu pronunciamento em relação a essa causa.

Obrigado!

O SR. DEPUTADO **SERAFIM VENZON** - Muito obrigado, deputado **Ciro Roza**, foi muito esclarecedora a sua fala. E vejam que ninguém vai pagar mais.

Ora, tanto reclamamos que o imposto vai para Brasília e depois precisamos fazer um esforço muito grande para buscar! Pois bem, ontem, conversava com o presidente deputado **Gelson Merisio** que já se dispôs, além do contato que temos na Casa com os funcionários, com os deputados, com os amigos de cada um, de fazer um movimento entre os funcionários desta Casa para chamar a atenção dessa benevolência da Receita Federal.

Esse depósito até agora apenas poderia acontecer até o dia 31 de dezembro e a grande novidade é que na hora que você vai fazer a declaração, vai fazer as contas e perceber que pagou a mais, tem a restituição, não há problema. Vamos supor

que tenha que pagar R\$ 7 mil de Imposto de Renda, mas descontaram R\$ 8,5 mil em folha. Ora, então há R\$ 1,5 mil para receber. Três por cento de sete são R\$ 210,00.

Em vez de você restituir R\$ 1,5 mil, já que descontaram R\$ 8,5 mil, e o que teria que pagar era R\$ 7 mil, teria que retornar, então, R\$ 1,5 mil. Mas se você destinar R\$ 210,00 para o FIA, em vez de receber de volta, depois na devolução de R\$ 1,5 mil, vão devolver R\$ 1.710,00, ou seja, não estão pagando nada, apenas destinando. Para isso não precisa de nada mais do que ter coração, do que pensar que as nossas crianças precisam desse seu apoio.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado **Moacir Sopesa**) - Não há mais oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 014ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: **Aldo Schneider** - **Angela Albino** - **Antônio Aguiar** - **Dado Cherem** - **Dóia Guglielmi** - **Elizeu Mattos** - **Gelson Merisio** - **Jailson Lima** - **Jean Kuhlmann** - **Joares Ponticelli** - **José Milton Scheffer** - **José Nei Ascari** - **Kennedy Nunes** - **Marcos Vieira** - **Maurício Eskudlark** - **Mauro de Nadal** - **Moacir Sopesa** - **Neodi Saretta** - **Nilson Gonçalves** - **Reno Caramori** - **Romildo Titon** - **Sargento Amauri Soares** - **Serafim Venzon** - **Valmir Comin** - **Volnei Morastoni**.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Cumprimenta as mulheres pelo seu dia.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Ressalta a importância da mulher da vida política do país.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Parabeniza as mulheres pelo seu dia; analisa o SC Saúde.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Homenageia as mulheres; reporta-se ao lançamento de livro sobre a segurança pública.

Partidos Políticos

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Destaca a importância da mulher; lembra o aniversário de Joinville.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Homenageia

a mulher através das bombeiras voluntárias, militares e comunitárias.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Reconhece o trabalho realizado pela Polícia Rodoviária Federal.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Cumprimenta as mulheres pelo seu dia; reporta-se ao balanço do PAC 2; comemora a queda da taxa de juros pelo Banco Central.

Explicação Pessoal

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Faz uma ode à mulher.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Afirma que a luta por maior inserção feminina prossegue no país e no mundo; elogia a atuação do general **Jorge Fraxe** no DNIT.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Comemora a vinda de comitiva de empresários e investidores chineses a Santa Catarina.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Opina que a vinda da comitiva chinesa pode render parcerias na extração de carvão mineral com menor dano ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado **Gelson Merisio**) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado **Jean Kuhlmann**, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO **JEAN KUHLMANN** - Sr. presidente, sras. parlamentares e srs. parlamentares, hoje o objetivo de usar a tribuna destina-se, primeiramente, as servidoras desta Casa, todas as mulheres do Brasil e do mundo. E quero aqui fazer esse cumprimento em nome de minha esposa, que no próximo dia 10 faz aniversário. Cumprimento-as pelo Dia Internacional da Mulher, parabeno-as pela luta, pela garra, pois ajudam a construir um Brasil cada vez melhor.

Eu comecei a pensar como fazer para homenagear as mulheres da tribuna. E aqui quero dizer que talvez trazendo uma notícia do Senado Federal seja a melhor forma de parabenizar e de homenagear as mulheres nesse dia. O projeto aprovado no Senado Federal talvez seja o melhor presente que as brasileiras possam ganhar, pois prevê a punição financeira das empresas que pagarem salários menores às mulheres que realizam as mesmas funções que os homens.

Deputado **Neodi Saretta**, um projeto de lei para ter que punir uma empresa que paga um salário menor para a mulher do que

para um homem que fazem a mesma função talvez seja um presente para a mulher. Mas acho que esse projeto de lei também tem que servir para uma reflexão neste país que vivemos, pois um país que tem que fazer um projeto de lei garantindo igualdade de salário, um país que tem que estabelecer cotas nas universidades, que tem que tratar, através de lei, o respeito e a igualdade dos seres humanos é um país que tem que refletir muito.

As mulheres vêm conquistando os seus espaços não graças a esse tipo de projeto, mas ao trabalho que desempenham no dia a dia, graças ao seu empenho, graças a sua dedicação, graças à qualidade do seu trabalho e graças ao zelo que a mulher tem no seu dia a dia pelo trabalho que desempenha.

Esse projeto de lei pode, sim, ser uma homenagem às mulheres e uma promessa de uma sociedade mais justa, mas, com certeza, o que fará a igualdade cada vez maior é a raça, a fibra, a vontade de trabalhar da mulher.

Por isso, quero aproveitar este dia para parabenizar todas as mulheres e desejar-lhes muito sucesso, mas que continuem lutando e batalhando pelo seu espaço, porque a mulher, e digo isso com muita tranquilidade, quando vai desempenhar uma função normalmente o faz com mais vontade, mais garra e com mais qualidade do que o homem, porque a mulher sempre tem mais compromisso, mais vontade de cuidar da sua família e ela leva justamente esse lado da família para a sua vida.

Por isso, a união, o trabalho conjunto entre os homens e as mulheres é fundamental para o crescimento da sociedade.

Desejo que as mulheres continuem desempenhando com qualidade as suas atividades e que possamos ter cada vez mais a participação feminina na administração, nos governos, nas empresas, não exclusivamente, mas de forma conjunta com os homens, porque é através da diversidade, mas também através da união que construiremos uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais igualitária.

Por isso, parabéns a todas as mulheres pelo seu dia, apesar de, para nós, todos os dias serem dias das mulheres.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, nobre deputado, queremos fazer das suas palavras as do nosso Parlamento, porque realmente a mulher tem o seu direito adquirido, não só hoje, sempre teve. Mas elas podem ter demorado um pouquinho para exigir os seus direitos. Por isso, a modernidade, a democracia, devolveu para a mulher os seus direitos. Ainda há países nos quais a mulher é submissa a tudo e a todos.

O próximo orador em Breves Comunicações é o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, na mesma tônica, quero também parabenizar as nossas colaboradoras desta Casa, a

todas que nos ouvem, a todas as catarinenses, como também fez aqui o deputado Jean Kuhlmann.

Quero dizer que a participação da mulher sempre foi muito grande na sociedade, pois a nossa formação é feita principalmente pelas mães. Aliás, até 20 ou 30 anos o pai trabalhava fora e a mãe ficava essencialmente cuidando da casa e educando a família e muitos achavam que não estava fazendo nada. Mas essa sempre foi a grande contribuição que a mulher deu.

Recentemente, a mulher passou também a participar muito de outras atividades, e é importante que o faça. Levantei alguns números no IBGE e vi que 28% dos funcionários da indústria hoje são mulheres; 16,5% dos funcionários que trabalham no comércio são mulheres; 17,8% dos funcionários da saúde e serviço social são mulheres; na educação há um grande número de mulheres professoras; nos serviços domésticos, grande parte são mulheres; na agricultura, 16% das pessoas que coordenam os serviços agrícolas são mulheres e nos demais serviços temos 13%.

Então, a mulher cada vez mais vem aumentando a importância da sua participação na sociedade. E queremos destacar que é importante essa participação em todas as atividades, principalmente das decisões políticas.

De todo o dinheiro que existe, 40% viram imposto, praticamente a metade. E quem decide hoje o destino desse dinheiro são os políticos, os vereadores, os deputados, os governadores e todos os auxiliares que dão apoio às decisões políticas. Eles interferem e dão as suas opiniões nessas aplicações que devem voltar para a própria sociedade e virar benefício social para todos. Ocorre que apenas 10% dos políticos são mulheres. Nesta Casa, temos as deputadas Ana Paula Lima, Dirce Heiderscheidt, Luciane Carminatti e Angela Albino.

Ora os meninos, desde pequenos, brincam de caminhão, de revólver, nas suas brincadeiras fazem pontes, constroem casas. Quer dizer, os meninos brincam de uma maneira, as meninas de outra. A mulher é mais coração, mas não lhe falta razão, apesar de pensar muito mais com o coração para tomar suas decisões. Então, a participação da mulher nas decisões políticas vai ajudar a mudar a realidade global.

O problema da extrema pobreza, dos miseráveis não existe apenas no Brasil. Há no mundo inteiro 25% de excluídos e há que se fazer um esforço grande para que no conjunto das decisões políticas naturalmente reverta-se essa situação e mude-se essa realidade. A participação da mulher, a participação do lado emocional que a mulher tem nas decisões do destino de todo o dinheiro que vira imposto, naturalmente ajudará a converter isso em benefícios sociais.

E muitas coisas já estão sendo feitas. Em Santa Catarina, temos 6,2 milhões de habitantes. Isso corresponde a 1,8 milhão de famílias, quer dizer, 1,8 milhão de mulheres. E dessas famílias, 350 mil estão incluídas no Cadastro Único, pessoas que recebem menos de meio salário mínimo por mês. Das famílias que recebem o

Bolsa Família, a grande maioria dos recursos é depositada na conta da mulher.

Parabéns ao governo federal! Parabéns à estrutura governamental que tomou a decisão de transferir os recursos do Bolsa Família para a mulher, porque, com certeza, não que os homens não tenham responsabilidade, ninguém ganha da mãe em termos de responsabilidade e de compromisso com a sua prole. E esse dinheiro do Bolsa Família, que muita gente acha pouco, que corresponde em Santa Catarina a R\$ 173 milhões, é majoritariamente depositado na conta das mulheres e, sem dúvida nenhuma, gera uma qualidade de vida melhor.

No Dia Internacional da Mulher, quero cumprimentar todas as mulheres e dizer da importância, do compromisso que todos temos com a sociedade. O lado feminino, a sensibilidade, a natureza é feminina, a continuidade está relacionada à mulher e por isso chamo a atenção de que as mulheres precisam, sim, ter uma participação maior dentro das decisões políticas. Este é um ano de eleições para prefeitos e vereadores e está aí uma grande oportunidade para as mulheres aumentarem a sua participação no comando do país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital nesta manhã de quinta-feira.

Quero também, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, 8 de março, cumprimentar todas as mulheres, todas as servidoras da Casa, as trabalhadoras em geral. Quero cumprimentar de forma especial as mulheres que lutam por justiça, por dignidade, pela construção de um mundo novo. Um dia talvez para refletir a respeito disso tudo, como fez o deputado Serafim Venzon, e fazer uma autocrítica com respeito à sociedade machista na qual vivemos nos últimos milênios, para refletir que não foi sempre assim.

O ser humano que vive, na média brasileira, até os 70 anos, talvez não conheça episódios de séculos passados e muito menos de milênios passados, mas não foi sempre assim, a sociedade não foi sempre machista. Houve um período em que as mulheres determinavam as regras, deputado Reno Caramori.

O autor alemão Friedrich Engels, no século XIX, reflete essa questão no livro *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. A sociedade patriarcal passou a constituir-se junto com a acumulação de riquezas e com a propriedade privada. Quando o ser humano vivia em tribos, as mulheres determinavam as regras da sociedade, cuidavam das questões em geral e tinham muito mais liberdade do que na sociedade em que vivemos.

Então, este também é um dia para fazer reflexões e, inclusive, autocríticas. Nós, às vezes, até podemos ter um discurso bonito aqui e acolá, mas no cotidiano, no dia a dia, não temos uma relação de igualdade dentro de casa, da família e com as mulheres que nos cercam.

Dito isso, quero refletir sobre o plano de saúde dos servidores estaduais, que agora se chama SC Saúde.

Como os servidores sabem, esse plano de saúde, nessa modalidade, existe há uns seis, sete anos, e é preciso que a sociedade inteira saiba e que os meios de comunicação saibam que os servidores pagam pelo plano de saúde 4,5% do seu salário. Há a contrapartida do estado, de igual valor, mas o plano de saúde só existe se o servidor aderir, pagando 4,5% do salário.

Mas era diferente até a década de 90. Pagava-se de 8% a 11% ao Ipesc e isso já incluía o plano de saúde. De 2003 para cá, pagamos todos igualmente, ou seja, 11% de previdência para o Ipreve e ainda precisamos pagar mais 4,5% para o plano de saúde.

O ideal, o razoável seria que tivéssemos um Sistema Único de Saúde, que efetivamente tivesse recursos e não cortes. Mas ao Orçamento deste ano do governo federal houve R\$ 5 bilhões em cortes nos gastos com a saúde. O ideal seria que não existisse plano de saúde privado e que não existissem medicina e saúde particular, que o SUS conseguisse efetivamente se universalizar e a atender todas as pessoas com qualidade.

Não sendo assim, os servidores optam por pagar 4,5% do salário para ter um plano de saúde, que, como disse, tem uns seis, sete anos, funcionou de forma bastante satisfatória durante um tempo.

Foi criado, como eu disse, em 2005, era administrado pela Federação das Unimed do Estado de Santa Catarina, que cobrava uma taxa de administração, deputado Reno Caramori, de R\$ 35,00 por vida para administrar o plano de saúde, para gerenciar, para montar o esquema operacional administrativo do plano de saúde. O atendimento ainda era outro valor. E evidentemente cada servidor paga bem mais do que R\$ 35,00 por mês pelo plano de saúde. Mas para administrar eram R\$ 35,00.

O contrato com as Unimed foi encerrado no dia 31 de janeiro e desde o ano passado discute-se a autogestão do plano de saúde dos servidores estaduais. Mas o que era para ser uma autogestão, infelizmente, virou uma congestão, porque de autogestão não tem nada.

O conselho consultivo tem a presença de apenas dois servidores. São duas representações num conselho consultivo de sete ou nove membros, sei lá, mas a representação dos servidores é minoritária. Para ser autogestão, num plano de saúde que é pago pelos servidores e pelo governo do estado, a representação deveria ser de, pelo menos, 50%. Como essa regra continuou igual, as outras também continuaram iguais.

Então, desde o dia 31 de janeiro não é a Unimed que gerencia e que fica com

a taxa de administração de R\$ 35,00. Foi constituída outra empresa particular, aliás, foi criada há pouco tempo e debateu-se muito isso nos últimos meses. A taxa de administração é R\$ 21,00, não é mais de R\$ 35,00 como era para a Unimed. E o que é pior, srs. deputados, e quem mais nos acompanha: os médicos estão de um lado e do outro está essa empresa, as autoridades! E vou dizer que, de forma genérica, estão disputando, estão boicotando o plano de saúde para que ele não funcione. E não é pelo atendimento, deputado Romildo Titon, não é pelo valor que irão pagar, porque o SC Saúde já assinou o contrato, está de acordo em pagar pelo procedimento mais do que qualquer outro plano de saúde que atenda em Santa Catarina ou que exista no Brasil. Somente o SC Saúde paga o valor por procedimento, consulta, cirurgia e exames de todos os tipos. Fazendo uma média, o nosso plano de saúde é o que mais paga para o médico, para a clínica, para o hospital particular! Mas os médicos continuam não querendo atender, deputado Reno Caramori, por quê? Porque existe uma briga entre eles próprios. Não estou falando de um, individualmente. Estão boicotando o plano para que não funcione e o servidor está ficando sem atendimento, sendo que ele se compromete a pagar mais do que esse médico recebe de qualquer outro plano.

Na verdade, estão brigando pela taxa de administração. É preciso discutir tudo no atual plano de saúde, mas estão brigando pelos R\$ 21,00 por vida ou pelos R\$ 35,00 para administrar o plano e os servidores e seus dependentes estão ficando sem o atendimento.

Providências precisam ser tomadas, e nós, juntamente com as demais entidades representativas dos servidores públicos, vamos nos pronunciar junto às autoridades do governo para que medidas efetivas sejam tomadas e para que se faça uma autogestão, desmanchando essa congestão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Bom-dia, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas que participam desta sessão, público que nos acompanha pela TVAL, hoje, todos que assomarem à tribuna irão, por dever de consciência, de gratidão e de homenagem, reverenciar as mulheres, a mãe, a esposa, a filha, a namorada, enfim, as mulheres importantes na vida de todos nós.

É importante reverenciá-las hoje de uma forma especial, pelo dia especial, porque é um pecado não o fazer todos os dias de nossa vida.

Eu quero citar uma obra que foi lançada nesta semana, aqui na Assembleia Legislativa, sr. presidente: *Segurança Pública - Diálogo Permanente*.

Por coincidência, a grande responsável pela edição dessa obra é uma mulher, sra. Maria Helena Hoffmann. Trata-

se de uma migueloestina pós-graduada, doutora, que coordena vários cursos da secretaria da Segurança Pública em nosso estado, que, juntamente com Rodrigo Hammerschmidt, foi responsável pela elaboração, pela compilação e pelo lançamento desses assuntos tratados no curso de pós-graduação em segurança pública organizado pela secretaria da Segurança Pública, pela Polícia Civil e pela Polícia Militar.

Então, é uma obra muito importante, como disse no dia do lançamento, uma obra que é um manual para quem quer discutir e conhecer tudo sobre segurança pública, pois os concluintes da pós-graduação tiveram que elaborar suas monografias.

São profissionais, policiais civis e militares de larga experiência, que realmente conhecem da atividade da segurança pública. Felizmente, hoje a maioria já está convergindo para a importância do trabalho conjunto da Polícia Civil e Polícia Militar, porque o cidadão, quando quer segurança, quer que a Polícia, seja Civil ou Militar, esteja presente, quer ter tranquilidade.

Então, quero, nesta primeira homenagem às mulheres, fazer uma referência especial a Maria Helena Hoffmann e a Rodrigo Hammerschmidt, que foram os idealizadores da obra, e parabenizá-los pela forma como conduzem o trabalho e a formação dos nossos policiais. Graças a esse trabalho, temos buscado recursos federais, mais investimentos, e é bom que a sociedade catarinense saiba que a polícia, além de trabalhar no dia a dia no combate à criminalidade, também tem procurado formas de aprimorar e buscar alternativas.

São vários os autores que participam dessa obra: Enio Gentil Vieira Júnior; Francisco Osvanilson Dourado Veloso; Giovana Marques de Oliveira, agente da Polícia Civil desde 1996 e tecnóloga em segurança pública pela Unidavi; Jaqueline Debus, policial militar desde 1997, também tecnóloga em segurança pública pela Unidavi; Jean Paulo Cimolin, policial militar desde 1990; João Eduardo Schwabe Cardozo, policial militar desde 2008; Jorge Eduardo Tasca, policial militar desde 1992; Marcelo Augusto Severino, nosso Marcelinho, agente da Polícia Civil desde 1995, tecnólogo em segurança pública pela Unidavi; Marcos Érico Hoffmann, psicólogo da Polícia Civil; Maria Helena Hoffmann, que é a principal responsável pela obra, que é psicóloga da Polícia Civil de Santa Catarina, formada pela UFSC, doutora em Psicologia pela Universidade de Valência, na Espanha, que desenvolve suas atividades na diretoria de Formação e Capacitação Profissional da secretaria da Segurança Pública; Miguel Braga da Motta Júnior; Moisés José Lopes; Rafael Benfica Nicoleit; Roberto Moraes Cruz; Rodrigo Hammerschmidt, que é agente penitenciário desde 2010 e bacharel em Informática pela Unidavi; Rodrigo Lisboa Yasbek; Rubens Skowasch Filho; Sandra Beatriz Debortoli; Saulo Lisboa e Sidnei Lisboa, policiais militares; Tanira da Silva Cardinal, agente da Polícia Civil desde 1998, que desenvolve atividades na Deic; William Cezar Sales dos Santos, um grande policial

civil, tecnólogo, que desenvolve suas atividades na Diretoria de Informação e Inteligência da secretaria da Segurança Pública.

Então, quero parabenizar esses colegas policiais civis e militares pela edição dessa importante obra que trata de segurança pública, um verdadeiro manual de segurança pública em todas as áreas, ou seja, nas áreas operacional, administrativa, organizacional, recursos humanos.

Parabéns a Maria Helena Hoffmann, a Rodrigo Hammerschmidt e a toda a Segurança Pública pela edição dessa obra.

Quero também dizer que ontem levamos para a comissão de Segurança Pública um pedido da comunidade de Itapema, que chegou às nossas mãos e às de outras pessoas, da vereadora Nilza Simas, solicitando que seja realizada uma audiência pública para discutir a segurança pública naquele município em função da construção de uma nova delegacia, pois a que existe é muito acanhada, não faz o atendimento adequado, não oferece conforto, a fim de que seja agilizado o trabalho dos policiais, principalmente de atendimento ao público. Marcamos essa reunião, deputado Sargento Amauri Soares, provavelmente para o dia 12 de abril, mas a comissão deverá definir qual será realmente o dia.

Citamos esse pedido das mulheres, até porque foi da vereadora Nilza Simas, de Itapema. Cito também o nome da prefeita Luzia Vacari, de Cunha Porã, e da vereadora Nega Rampi, as quais estão hoje estão, inclusive, na Casan trazendo os pleitos daquele município muito bem administrado por aquela mulher.

Quero fazer, neste dia especial, uma referência também a todas as mulheres policiais do estado de Santa Catarina pela grande importância do seu trabalho, que mudou e melhorou muito após o ingresso delas na carreira policial, através da delegada Magali Ignácio Nunes, de Balneário Camboriú, que coordena com muito êxito toda a regional, que presta excelente atendimento ao público, pois tem preocupação em priorizar a qualidade no atendimento.

Finalmente, de forma especial e carinhosa, quero fazer uma homenagem à dona Juventina Rincon Eskudlark, minha mãe, que hoje cedo me ligou - quase todos os dias me liga - preocupada sempre com os filhos, para me convidar para participar, a partir de terça-feira, do Cerco de Jericó na igreja de Campinas, onde ela também é ministra, em apoio ao padre Hélio da Cunha.

Assim sendo, quero registrar a homenagem a todas essas mulheres trabalhadoras, mulheres de luta que citei, à minha mãe, às vereadoras, às prefeitas, às delegadas, às policiais, enfim, a todas que têm uma importância muito grande em nossa vida e no nosso dia a dia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, sr. deputado.

Passaremos ao horário reservado dos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, quero cumprimentar os telespectadores da TVAL e as demais pessoas que estão acompanhando a sessão e transmitir, aproveitando este espaço, a todas as mulheres os meus parabéns, em meu nome e em nome dos demais pares, pelo Dia Internacional da Mulher, que se comemora no dia 8 de março, mas que, na verdade, dia da mulher e todo dia.

O que seria de nós, homens, se não tivéssemos as mulheres como companheiras, como colegas de trabalho, como parceiras? E quero fazer essa homenagem citando o nome de uma mulher, minha esposa, Izabel, que além de ser minha esposa é minha parceira, minha companheira, minha amiga e a pessoa que norteia toda a minha vida através da minha Casa Amarela em Joinville, que não pode ser funcionária desta Casa porque caracterizaria nepotismo. Ela é a mulher que mais trabalha, que mais faz e não pode, de forma alguma, ser registrada ou receber salário da Assembleia porque seria nepotismo. Mas de todas que estão na minha Casa Amarela, que estão na minha vida funcional como político, como deputado, como apresentador de TV, como radialista, é Izabel quem norteia toda a minha vida com o seu trabalho. Mas não pode, por força de uma lei que muitos abusaram e atropelaram, fazer jus a um salário. Enfim, homenageando a minha esposa, homenageio todas as mulheres do nosso país.

Não posso deixar também de dar um abraço todo especial à minha referência de família, que é a minha filha Mayra. Essas duas mulheres são fundamentais na minha vida.

Um abraço a todas as funcionárias, moças que trabalham na Assembleia com tanto empenho, com tanta dedicação, como também as deputadas, que são as representantes femininas nesta Casa. Eu vislumbro aqui a deputada Angela Albino, de uma inteligência privilegiada, uma mulher que todos admiramos. Então, em nome dessa deputada, cumprimento as demais deputadas.

Quero, sr. presidente, deixar registrado o aniversário de Joinville no dia de amanhã. Se alguém tem algum negócio a fazer naquela cidade não vá porque estamos de feriado. Ou então, se for, vá para passear. Passe o dia conosco em Joinville, porque é um dia de comemoração, é um dia de descanso para aquela cidade, que a locomotiva de Santa Catarina.

Joinville tem amanhã mais um dia para se regozijar de tudo que já fez por Santa Catarina. Temos orgulho de fazer parte daquela comunidade. Em meu nome e em nome dos demais parlamentares de Joinville, deputados Kennedy Nunes e Darci de Matos, externo os parabéns à nossa querida Joinville por mais um aniversário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário

reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. deputados e srs. deputados, eu, com muito orgulho, faço questão de fazer uma homenagem à mulher catarinense, à mulher brasileira, às mulheres de todo o mundo, através da mulher bombeiro militar, da mulher bombeiro comunitário e da mulher bombeiro voluntário.

Faço essa referência, deputado Sargento Amauri Soares, porque conheço o trabalho que a mulher desempenha, além de todas as atividades que já foram repetidas várias vezes desta tribuna. Mas nem toda a sociedade sabe o quanto é importante o trabalho que a mulher presta nas comunidades através das corporações de bombeiro militar, bombeiro comunitário e bombeiro voluntário.

Deputado Romildo Titon, em Caçador há um número bastante expressivo de mulheres que participam da atividade de bombeiro voluntário e cumprem plantão nos finais de semana, à noite. Mas, particularmente, três bombeiras daquele município são professoras e exercem sua atividade profissional como professoras. Além disso, elas exercem a sua atividade na lida da casa, como comumente dizemos, e prestam seu trabalho como voluntárias na corporação, fazendo plantão dentro de horários predeterminados. Elas prestam trabalho nos finais de semana, durante o dia e a noite e têm que ser respeitadas.

Faço referência à mulher que se doa, que presta trabalho voluntário como bombeira, para dizer também que em Portugal não existe bombeiro militar, existe apenas bombeiro voluntário. Lá tivemos a oportunidade de visitar uma corporação de bombeiros, no qual 20% eram mulheres, inclusive aspirantes jovens, acima de 16 anos, já estão fazendo o treinamento como aspirante para futuras bombeiras oficiais.

Então, entendo que é dever desta Casa prestar uma homenagem a essas abnegadas mulheres.

Nós sabemos que há mulheres na Polícia Militar que fazem um trabalho fantástico em todas as áreas, seja no policiamento ostensivo ou no patrulhamento rodoviário; sabemos que há mulheres que exercem o seu trabalho dentro e fora de casa, e é uma atividade louvável, como há mulheres da PM que exercem suas atividades também nas corporações de bombeiros militares e de bombeiros comunitários. E essas mulheres têm que ser honradas, mas não num pedestal, porque no regime democrático tanto o homem quanto a mulher exercem as suas atividades e têm os mesmos direitos e as mesmas obrigações.

Mas é necessário que registremos essa atividade da mulher, porque o bombeiro não tem hora, não tem dia, não tem noite, não tem fim de semana e está à mercê da necessidade, que pode ocorrer a qualquer instante: um pedido de socorro num acidente de estrada, num sinistro, num incêndio, numa enchente. E até quando uma colmeia se aloja numa residência é o bombeiro, quer militar, quer comunitário, quer voluntário, que

vai até lá para, com precisão, treinamento e técnica, retirá-la. E quando um gato sobe numa árvore e espera socorro, é o bombeiro que também está lá.

Aproveito para homenagear todas as mulheres, assim como as mulheres da Casa, que trabalham na assessoria da Mesa, dos gabinetes, na limpeza do prédio e na organização deste Poder. Presto também uma homenagem às mulheres que fazem parte do quadro da Polícia Militar e mantêm a ordem, juntamente com os policiais nesta Casa.

Fazia-me sinal agora há pouco um policial nesta Casa, mostrando na lapela a imagem de Nossa Senhora Aparecida, que é uma mulher.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada Angela Albino, uma das homenageadas de hoje, queremos dizer que as mulheres têm que ser referenciadas todos os dias. Já fizemos aqui a nossa referência às mulheres policiais, no nosso pronunciamento anterior, assim como à minha mãe, dona Juventina. Inclusive, hoje cedo ela me ligou convidando-me para participar, na igreja de Campinas, na terça-feira da semana que vem, do Cerco de Jericó, tendo o padre Hélio como organizador, esse grande líder espiritual e carismático.

Mas, em nome do PSD, temos que fazer a nossa referência e o reconhecimento ao trabalho de todas as mulheres: as donas-de-casa, as mães, aquelas que se propõem a entrar na atividade política, uma atividade gostosa de ser exercida, mas difícil. A atividade política, muitas vezes, é incompreendida.

Mas, felizmente, temos visto que a participação da mulher tem sido importante e, principalmente, pode-se dizer que nos casos de denúncia de corrupção, deputado Kennedy Nunes, felizmente a participação das mulheres é muito pequena.

Então, é importante cada vez mais a participação das mulheres na vida pública do nosso país. Há homens políticos muito sérios e há também mulheres políticas que enobrecem o trabalho que é desenvolvido pela classe política em defesa do nosso país.

Anteriormente falei do trabalho importante que as mulheres policiais civis e militares fazem na Segurança Pública. Falei também do livro *Segurança Pública*, que foi escrito por um grupo de policiais civis e militares, homens e mulheres, coordenados por Maria Helena Hoffmann e Rodrigo Hammerschmidt. Realmente é um trabalho importante para mostrar que a polícia, além de atuar no dia a dia, estuda o que fazer para melhorar, a fim de que tenhamos uma sociedade mais tranquila e organizada.

Falei do requerimento enviado pela vereadora Nilza Nilda Simas Ribeiro, de Itapema, para a audiência pública; falei da

vereadora Nega Rampi e da prefeita Luzia Vacarin, de Cunha Porã, que hoje estão na Casan em busca de mais recursos para o município que têm sido muito bem administrado e conduzido por uma mulher.

Então, a nossa homenagem a todas as mulheres, em nome do PSD.

Quero fazer referência às estatísticas e notícias que têm sido divulgadas pela Polícia Rodoviária Federal, reconhecendo o trabalho do inspetor Silvinei Vasquez, superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina, que vem apresentando um planejamento visando à Copa do Mundo. Mesmo que Santa Catarina não seja sede de nenhum jogo da Copa do Mundo, as rodovias catarinenses serão utilizadas por catarinenses, brasileiros e estrangeiros nos seus deslocamentos. Inclusive, a Polícia Rodoviária Federal faz um planejamento para a ampliação do seu atendimento, da sua rede de delegacias e dos postos da Polícia Rodoviária Federal para investimentos com recursos da Copa do Mundo. Isso já foi exposto pelo inspetor numa reunião da comissão de Segurança Pública, inclusive com a mudança de algumas delegacias e alguns postos de atendimento.

Mas tivemos, neste mês de fevereiro, segundo dados divulgados pela Polícia Rodoviária Federal, o menor número de acidentes com vítimas fatais nos últimos 22 anos. Tivemos, ainda, 26 mortes nas rodovias federais de Santa Catarina. Nos 2.300km de rodovias federais em Santa Catarina, no mês de fevereiro, ainda tivemos, infelizmente, 26 mortes, mas esse foi o menor número dos últimos 22 anos. A média, desde 1990 até hoje, tem oscilado de 40 a 65 mortes por ano somente no mês de fevereiro. E neste ano, felizmente, esse número caiu para 26 vítimas fatais, mas ainda é um número elevadíssimo, pois são 26 seres humanos que foram vítimas das nossas rodovias federais.

Vejam que 94% dos acidentes foram provocados por imprudência e irresponsabilidade e não por falhas mecânicas ou por falta de sinalização. Normalmente, um acidente ocorre num local conhecido pelo motorista. Portanto, ele não pode alegar desconhecer alguma curva perigosa ou ter feito alguma ultrapassagem indevida, porque a imprudência é praticada normalmente em rodovias conhecidas pelo motorista.

Eu, inclusive, digo, em homenagem às mulheres, que a mulher até pode dar uma pequena encostada do carro na garagem, mas pouquíssimos acidentes violentos, por imprudência ou irresponsabilidade, têm mulheres no volante.

Então, quando estivermos no volante, temos que dirigir com o pensamento e com o cuidado das mulheres, com o respeito pelo trânsito que elas têm. Vejam que 94% dos acidentes registrados nas rodovias federais de Santa Catarina são provocados pela imprudência e pela irresponsabilidade de motoristas não preocupados com a vida humana.

Um dos principais motivos que a Polícia Rodoviária Federal entende que levaram à redução desses índices foi a intensificação da fiscalização e a utilização de radares fotográficos. Isso demonstra que quando há fiscalização, quando há rigor e

quando há penalização, as pessoas acabam tomando o devido cuidado e agindo com maior cautela. Todos reclamam quando há um radar, mas se não houver fatalmente teremos a ocorrência de acidentes. Então, o rigor provoca a redução dos índices de criminalidade. É assim na legislação penal, mas só que no Brasil vai-se sempre pela contra mão.

Os presídios estão superlotados e os governos não querem despender recursos para a construção de novas unidades prisionais. E o Congresso, na véspera do Carnaval, aprovou uma legislação estendendo alguns benefícios no cumprimento da pena para os pequenos traficantes. Mas quem é que define qual é o pequeno traficante? Ora, é uma irresponsabilidade! Quando deveria haver mais rigor na legislação, apertar o cerco ao tráfico de drogas, o Congresso Nacional muda a legislação trazendo mais benefícios.

Na exposição que fizemos sobre a questão dos acidentes de trânsito, vimos com clareza que a aplicação de penas severas, que a cassação das carteiras de motoristas, que a aplicação de multas levam, sim, à redução dos índices de acidentes, como também o rigor na aplicação das penas na questão criminal leva, sim, à redução da criminalidade.

Então, é importante fazer esse registro do trabalho da superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina.

Queremos parabenizar os inspetores e os agentes do trabalho que vem sendo feito, e isso é muito importante para que tenhamos uma sociedade cada vez mais tranquila.

Finalizando, gostaria de fazer o registro da presença, nesta Casa, do vereador Solmar Sibério Hubner, de Cunha Porã, que acompanha os pleitos do município, e da assessoria de imprensa da Câmara Municipal daquela cidade.

Como disse no início da minha fala, deixo aqui os parabéns às mulheres pelo seu dia. E seria injusto comemorá-lo somente hoje, porque as mulheres merecem que todos os dias seja comemorado o Dia Internacional da Mulher.

Muito obrigado pela oportunidade, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada Angela Albino, não me era destinado este horário, mas sendo o único deputado do PT presente na sessão no momento, vou utilizar este espaço para fazer alguns comentários que também julgo importantes.

Hoje é o Dia Internacional da Mulher. Ontem, nesta tribuna, fiz um pronunciamento sobre o tema, inclusive sobre um projeto de lei a que dei entrada nesta Casa. Mas não poderia deixar de fazer com que o meu primeiro comentário nesta sessão de hoje fosse dirigido às mulheres, em função deste dia de alegria,

comemorações e reflexões sobre os direitos da mulher e a igualdade, lembrando que neste país há pouco mais de 80 anos é que se instituiu o voto feminino. Até então nem sequer isso era possível no país, e hoje temos aí as mulheres lutando pelos seus direitos, galgando cargos importantes, inclusive o maior cargo do país, a presidência da República. E agora a ministra Carmem Lúcia assumiu também a presidência do TSE, deputada Angela Albino, e isso também é importante. Enfim, é um espaço que está sendo conquistado.

Então, desejamos a todas as mulheres catarinenses que este dia seja maravilhoso, bem como a todas as funcionárias da Casa.

Sr. presidente e srs. deputados, tivemos ontem, por parte do governo federal, a apresentação do balanço do chamado PAC 2, o Programa do Aceleração do Crescimento, através do qual o governo federal tem feito grandes investimentos neste país.

Chamou-nos a atenção o fato de que a maior fatia do dinheiro foi para financiamento habitacional, R\$ 75,1 bilhões, sendo que deste volume R\$ 10 bilhões são relativos ao programa Minha Casa, Minha Vida.

Destaco isso porque, historicamente, neste país um dos direitos menos cumpridos ao longo da história foi o direito à habitação. Milhões de famílias no Brasil não tiveram acesso à moradia. Às vezes saíam programas, como os famosos programas do BNH, em que o cidadão se inscrevia para comprar uma casa ou um apartamento com um custo, suponhamos, de R\$ 50 mil, pagava cinco, seis ou sete anos e quando ia ver o seu apartamento valia R\$ 80 mil e a sua dívida era de R\$ 250 mil.

A partir do programa Minha Casa, Minha Vida está-se possibilitando que milhares de pessoas tenham acesso à casa própria com financiamentos que efetivamente mostram que lá na frente as prestações irão gradativamente diminuir, possibilitando, ainda que com sacrifício das famílias, que milhões de pessoas possam ter acesso à moradia.

Portanto, do balanço do PAC 2, o que queremos destacar, realmente, é o volume de recursos para a habitação e torcer para que possamos ter ainda mais recursos aplicados nessa área, porque muitas pessoas ainda precisam ter acesso à sua moradia.

Mas estamos percebendo a influência do Programa de Aceleração do Crescimento também em outras áreas e setores. Agora, em menos de 30 dias, tive a oportunidade de participar de dois atos de dois ministérios que tiveram reflexos em Santa Catarina. Há cerca de 20 dias estávamos com o então ministro da Pesca, em Nova Erechim, onde 17 municípios foram contemplados com máquinas escavadeiras hidráulicas, exatamente num momento de dificuldade no oeste de Santa Catarina por causa da estiagem.

E na semana passada, mais precisamente na sexta-feira, estivemos em outro ato, desta feita promovido pelo MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário -, no qual mais de 20 municípios foram contemplados com equipamentos agrícolas, principalmente o oeste do estado em função

da estiagem, porque embora em alguns locais tenha amenizado, ainda persiste em diversos municípios.

Então, sr. presidente, srs. deputados, gostaria de fazer esse registro e, para finalizar essa minha intervenção, faço uma fala no sentido da satisfação de ver a redução da taxa de juros para um dígito, que há tempo não tínhamos. O Copom reduziu em 0,75% baixando, portanto, para 9,75% a taxa Selic, que ainda está alta, é verdade, mas esperamos que continue baixando porque com os juros menores poderemos aquecer a economia e com isso gerar mais empregos.

Era isso que tínhamos para hoje, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Neodi Saretta.

Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0083/2011, 0220/2011, 0341/2011, 0439/2011, 0446/2011 e 0464/2011, todos de entidade social apresentando relatório de atividades.

Esta Presidência comunica ainda que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0075/2012, 0076/2012, 0077/2012 e 0078/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

A Presidência comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0147/2012, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0148/2012 e 0149/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0150/2012 e 0151/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0152/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari; e 0158/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Pedido de Informação n. 0015/2012, de autoria da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, a ser enviado ao secretário da Infra-Estrutura, solicitando informações sobre quais os argumentos técnicos e/ou legais que embasaram a decisão do Deinfra de proibir o tráfego de bitrens em rodovias estaduais.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim das matérias constantes na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Obrigada, sr. presidente, e em seu nome cumprimento todos os integrantes desta Casa, destacando no dia hoje esta data importantíssima, o Dia Internacional da Mulher. É um dia no qual, senhores, gostamos de receber flores, afagos, carinhos; gostamos que os homens lavem a louça e recolham a roupa que usam.

Adoramos que façam tudo isso, mas hoje, para nós, é um dia para além disso.

Em 1910, num congresso de comunistas, Clara Zetkin levantou essa bandeira de termos um dia internacional de luta, que não é uma luta solitária ou de um país, mas uma luta internacional, em que todas as mulheres vêm dizer que esta metade do universo que pariu todo o planeta quer fazer parte também das garantias, do avanço da humanidade, do poder político, do poder econômico.

As mulheres são detentoras de 8% das riquezas do planeta; os homens, nossos amados, são detentores de 92%. Nós, mulheres, representamos 2/3 dos analfabetos do planeta. Somos 2/3 dos miseráveis do planeta. No entanto, as mulheres têm essa imensa habilidade de jamais deixar de lutar.

Nós vivemos sob o manto da invisibilidade, tanto que no livro dos heróis da pátria Brasil nenhum nome feminino está escrito, mas esta Casa apoiou o projeto que quer ter Anita Garibaldi como a primeira mulher heroína desta pátria. Nós, brasileiros, somos um dos países que possuem a pior representação política de mulheres, e Santa Catarina é o estado com a pior participação política das mulheres dentro do Brasil.

Portanto, estamos num dos piores lugares do planeta em termos de representação política de mulheres. Não por acaso também estamos no estado que tem a maior desigualdade salarial entre homens e mulheres. Uma mulher negra em Santa Catarina chega a ganhar 60% a menos do que um homem branco. É preciso lembrar que as mulheres também não são iguais entre si. As mulheres negras vivem em condições de desigualdade em relação às mulheres brancas. As mulheres não homossexuais vivem em condições de desigualdade em relação às mulheres heterossexuais, mas todas nós vivemos ainda numa brutal desigualdade em relação a essa outra metade do planeta: os homens.

Não queremos despojar os homens, queremos também ser donas do que nos pertence, das riquezas que construímos, tirar o manto da invisibilidade e ser copartícipes da construção de um mundo mais justo e mais fraterno, ter espaço e luz nesse novo momento.

Por isso, no dia de hoje quero homenagear as mulheres revolucionárias que foram à luta, como Anita Garibaldi, mas sem perder a disposição de amar, sem abrir mão de seus amores ao tempo em que enfrentou a luta pela libertação dos povos.

Gostaria também de homenagear a grande dama do estado de Santa Catarina, Antonieta de Barros, que na década de 30 fez um feito tão glorioso que até hoje nenhuma outra mulher repetiu: ocupar assento numa dessas cadeiras da Assembleia Legislativa.

Quero ainda homenagear mulheres como Ideli Salvatti, a primeira mulher senadora da história de Santa Catarina; Dilma Rousseff, a primeira mulher presidenta do nosso Brasil; Rosa de Luxemburgo que a exemplo de Anita Garibaldi sempre lutou para construir um mundo mais fraterno.

Podemos chamar de revolucionárias essas mulheres do cotidiano, que são pedreiras, mecânicas, que ocupam funções

historicamente masculinas, tendo em vista a necessidade de sustentar seus filhos e filhas. Hoje temos 47% dos lares de Florianópolis em que são apenas mulheres que estão cuidando de seus filhos e filhas.

Podemos chamar de revolucionárias as mulheres que irão estar hoje no vão do mercado público, às 14h30, para dizer: "Sim, somos feministas e compreendemos que a luta emancipacionista é cada dia mais urgente!"

Podemos chamar de revolucionárias as mulheres que abraçaram a disposição de cuidar dos outros, que mesmo dentro do lar sempre têm esse espírito abnegado. Mulheres como a minha mãe e certamente muitos de vocês recordam de suas mães, de suas avós, de suas tias que foram revolucionárias porque nos criaram e disseram-nos que o mundo podia ser diferente e que nós teríamos um lugar nesse novo mundo.

Gostaria de homenagear quem eu desconhecia, deputado Sargento Amauri Soares, como Lígia Doutel de Andrade, a primeira mulher deputada federal por Santa Catarina e que como tantas outras esquecemos.

Gostaria de homenagear a dona Uda, a grande dama dos morros de Florianópolis, que tanto ensinou milhares de crianças e que esteve nesta Casa e, chorando, pediu que não fechassem a escola onde por 38 anos foi diretora.

Quero também chamar de revolucionária cada mulher que diz quando amanhece o dia: "Hoje serei uma mulher inteira!"

Quero também chamar de revolucionária todas as mulheres que amam seus filhos, que amam seus maridos, seus companheiros, suas companheiras e mesmo assim desejam que esse amor não fique apenas nos seus laços de sangue, mas que ele possa invadir toda a sociedade e traduzir finalmente o significado do rosa, senhores, que nada mais é do que o vermelho da luta que está no cotidiano das mulheres que ocupam, depois de todos os dias de trabalho, os espaços dentro de casa, quando muitos dos nossos amados companheiros ainda não compreendem a necessidade de serem corresponsáveis pelas tarefas domésticas.

Essa luta cotidiana que as mulheres enfrentam, por exemplo, nos países árabes, um grande protagonismo para reconquistarmos a democracia também naqueles países. Esse vermelho da luta das mulheres no Brasil teve um papel extraordinário para superarmos a ditadura.

Deputado Sargento Amauri Soares, as mulheres tiveram um grande papel quando apoiaram, recentemente, os praças aqui do estado.

Quero chamar de revolucionárias, de lutadoras, as mulheres professoras, a imensa maioria que chorou neste plenário no ano passado, quando foram derrotadas num pedido apenas de cumprimento da legislação. As mulheres lutadoras que estão carregando o vermelho da luta, também são as mulheres que mais desejam a paz, porque somos nós que vemos nos olhos dos nossos filhos e filhas, dos nossos maridos, dos nossos companheiros, das nossas companheiras, a dor de perder para a droga, para a violência, para a desumanidade. Este

é significado do rosa, senhores! Juntamos o vermelho da luta e o branco da paz.

Nós, mulheres, carregamos duas cores muito fortes, o rosa e o lilás. O lilás, que foi escolhido por Clara Zetkin, em 1910, para ser a cor das mulheres porque quando as mulheres estavam reivindicando melhores condições de trabalho numa indústria cotoneira, o tecido que estava sendo tingido, naquele momento, era de cor lilás. O lilás nos pertence, o rosa nos pertence. E acredito que o futuro nos pertencerá também, não o futuro do empoderamento que exclui, mas o futuro do empoderamento que abraça, porque esses valores tidos, historicamente, e por isso relegados, são valores que vão fundar a nova sociedade, são valores da abnegação, da empatia, são valores da paixão. O ato de se apaixonar é típico das mulheres, e juntamente com o ato de abraçar, que também é tão típico das mulheres, há de invadir todos os corações e construir esse futuro justo, fraterno e luminoso que sonhamos para todos os nossos filhos e filhas, netos e netas.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, cuja postura como deputado me causa muita admiração, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL.

Nós, assim como muitos oradores que nos antecederam, queremos imantar-nos nas homenagens do dia 8 de março, quando o mundo inteiro para a fim de celebrar as mulheres.

Sabemos das lutas das mulheres na busca pela igualdade social, sexual, profissional e política na sociedade brasileira e mundial, a luta pela igualdade, que não é mais apenas das mulheres, mas de todos nós. Cada vez mais os homens também se livram da cultura machista dominante, e passam a fazer parte dessa luta pela igualdade entre os sexos e da liberdade em todo o mundo.

Muito já foi conquistado, mas há muito ainda por fazer. Leis foram criadas, realidades foram transformadas, desde o direito ao voto até o direito a ingressar nas forças armadas, conquistas que as mulheres devem celebrar no dia de hoje.

Foram criadas leis que funcionam e que visam proteger as mulheres, como a Lei Maria da Penha, que deve ser celebrada no dia de hoje, mas ainda não conseguimos proteger todas as mulheres como gostaríamos. Por isso, essa é uma bandeira que deve continuar para que a igualdade seja plena, para que as pessoas, independentemente de sexo, cor ou raça possam ter direito à igualdade. Nós parlamentares, cidadãos comuns ou não, devemos lutar permanentemente todos os dias, horas e minutos de nossas vidas porque essa é, sem dúvida nenhuma, uma bandeira que vale a pena continuar sendo empunhada por todos nós.

Hoje é um dia em que celebramos, mas devemos refletir cada vez mais sobre o papel da mulher na sociedade brasileira e em alguns países onde a mulher ainda é

discriminada de forma muito forte, porque tem a religião junto com o estado, o que tem criado dificuldades para a liberdade da mulher. Em alguns países há também, como vimos recentemente, episódios envolvendo o totalitarismo, como em Cuba e outros, em que mulheres tentam vir para o Brasil e não conseguem, mesmo tendo o convite, em função da falta de liberdade.

Então, gostaria que todos refletissem sobre isso, mas, acima de tudo, quero homenagear a mulher brasileira por tudo que ela tem proporcionado de bom na nossa sociedade, na família brasileira, na geração de oportunidades, na nossa economia, na política.

Gostaria de citar aqui, em nome do PP, a nossa grande líder, ex-deputada, ex-prefeita de Florianópolis, Angela Amin, que mostrou através de sua sensibilidade e competência um novo jeito de administrar a capital catarinense e que depois da sua gestão nunca mais voltou a ser a mesma. Angela Amin é uma mulher competente, preparada, que fez um grande trabalho em Santa Catarina, especificamente na capital, e merece, assim como todas as outras, nossas homenagens.

Gostaria também de citar a minha esposa, a minha mãe, que são mulheres que influenciam nossas vidas e podem, sim, influenciar cada vez mais as vidas dos homens para tornar a igualdade mais forte dentro dos lares. É lá que a legislação, a conduta deve ser mudada, como também nas empresas e em diversos órgãos públicos do país.

Dessa forma, prestamos aqui a nossa homenagem, o nosso respeito a todas as mulheres de Santa Catarina, do Brasil e do mundo neste dia 8 de março.

Gostaria também de lembrar, sr. presidente, deputado Reno Caramori, do grande papel que vem fazendo o general Jorge Fraxe, o atual diretor-geral do DNIT, que tem feito uma verdadeira faxina naquele órgão.

Nós, que somos de Santa Catarina, que temos obras importantes, como as BRs-282, 470 e 101, a temos que saber que a presença do general Jorge Fraxe em nosso estado é muito importante.

A presidente Dilma Rousseff teve que buscar um general para colocar ordem na casa, porque um tenente não dava mais conta, e o sr. Jorge Fraxe tem feito um trabalho que merece o nosso respeito e a nossa consideração. Gostaríamos de dizer aqui que a presença dele em Santa Catarina é muito bem-vinda neste momento em que o estado sofre, agoniza com as dificuldades na execução de obras, como a da BR-101, e sofre com a lentidão pela falta de projeto da BR-470. Nós não podemos mais mudar o projeto da ponte estaiada de Laguna. Trata-se de uma obra importante, não queremos que ela seja superfaturada, mas retroagir agora no seu projeto é algo que as lideranças do sul de Santa Catarina não vão aceitar.

Eu gostaria, como deputado da região, de deixar um pedido ao DNIT, aos órgãos federais, no sentido de que não mudem o projeto da ponte estaiada de Laguna. Sim, mudem o processo de contratação, refaçam o orçamento! Não aceitamos mais superfaturamentos nessa

obra, pois eles foram, sem dúvida, os grandes responsáveis pelo atraso da obra e pelo sofrimento da população do sul de Santa Catarina.

Nós, do sul catarinense, consideramos que trocar o projeto agora é um golpe que não aceitamos! É preciso acelerar o processo de licenciamento do túnel do Morro dos Cavalos. A solução de construir mais pistas é uma solução paliativa, que interessa para o momento, mas o túnel não pode ser abandonado, tem que ser feito.

E digo mais! Contamos com o apoio, com a competência e com o comprometimento do general Jorge Fraxe, do DNIT, para que de uma vez por todas as obras da BR-101 passem, a partir deste momento, a ser um exemplo de gerenciamento e de qualidade.

Gostaria de aproveitar o momento para registrar o trabalho que a Associação Comercial e Industrial do Vale do Araranguá vem fazendo em prol da BR-285. A audiência pública realizada em Imbituba nos últimos dias serviu para mostrar a importância dessa rodovia que vai ligar São Borja, no Rio Grande do Sul, ao porto de Imbituba, que deverá ser um dos mais importantes portos de Santa Catarina no futuro.

Pois bem. Daquela rodovia, que tem uma extensão de 740km, faltam apenas 30km na serra da Rocinha, em Timbé do Sul, a fim de que seja completada a ligação com um dos mais importantes corredores do Mercosul, que vai viabilizar o porto de Imbituba, que vai ligar Imbituba à Argentina.

O Ibama precisa agilizar a licença ambiental e o DNIT, através do general Jorge Fraxe, tem que preparar o projeto de licitação da obra, que é um sonho da população não apenas do vale do Araranguá, mas de todo o sul de Santa Catarina, porque vai atrair novos investimentos para aquela região e será, sem dúvida nenhuma, a sua redenção social e econômica.

Faltam apenas 30km de um total de 740km! Todo o estado do Rio Grande do Sul está comprometido com esse projeto e o estado de Santa Catarina quer a sua realização. E é agora a hora de fazermos pressão, para convenceremos o DNIT, o governo federal.

Esse é um apelo, deputado Reno Caramori, que nós queremos fazer em nome da população de Santa Catarina, para a redenção social e econômica do sul do estado.

Agradeço a oportunidade, desejo um grande final de semana a v.exa. e a todos os colegas deputados desta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado. V.Exa. mostrou, com muita propriedade, aos catarinenses o quanto é importante a organização. Tomara que venha um general desses para Santa Catarina. Pode ter certeza que aqui também há coisas para colocar em seu devido lugar.

Ainda dentro de Explicação Pessoal, com a palavra o deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, primeiramente gostaria de, através desta

tribuna, enaltecer, saudar e parabenizar todas as mulheres catarinenses e brasileiras pelo Dia Internacional da Mulher.

A todas as mulheres os nossos mais sinceros parabéns e cumprimentos!

Na mesma intensidade, é com muita satisfação e orgulho que este Parlamento recebe na manhã de hoje a comitiva chinesa da província de Henan, onde, no final do ano passado, juntamente com o deputado Jailson Lima, estivemos em missão internacional e fomos muito cordialmente recebidos, recebendo, inclusive, tratamento de chefe de estado.

Hoje, repito, temos a grata satisfação de receber essa comitiva de empresários, de investidores chineses, que está em Santa Catarina voltada à produção de carvão mineral.

Estivemos, na manhã desta quinta-feira, numa audiência na SC Parcerias, estamos agora no Parlamento, à tarde iremos à Universidade Federal de Santa Catarina e haveremos ainda de fazer uma visita no complexo Jorge Lacerda. Já no dia de amanhã estaremos visitando duas minas na região carbonífera, para fazer um debate frente a frente com os produtores e trabalhadores da extração mineral do carvão. Acompanhará a comitiva o diretor-presidente do DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral -, em Santa Catarina, nosso particular amigo Ricardo Peçanha.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Concedo um aparte ao deputado Jailson Lima que, inclusive, recebeu o título de Cidadão Honorário da província de Henan.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Quero, no dia de hoje, saudar as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, saudar todas as Anitas, todas as Marias Rosas, todas as Delícias, nome da minha mãe, por essa data importante.

Quero também cumprimentar a comitiva da província de Henan, que tem como expoente maior o sr. Chen Jianmin, da cidade de Pingdingshan, que trabalha com uma das mais modernas tecnologias na área de carvão.

Menos de 90 dias após a visita deste Parlamento a Henan, eles já estão em Santa Catarina e juntamente conosco e com o superintendente do DNPM, representando o governo federal, estarão visitando as minas de Criciúma para ver que tecnologia pode ser implementada, não apenas no sentido da exploração do carvão, mas também na redução de poluentes.

Por isso, sejam todos bem-vindos a este Parlamento! Nós, do estado de Santa Catarina, estado coirmão de Henan, sentimos privilegiados pela sua visita, que é coordenada pelo deputado Valmir Comin, que é da região sul e que conhece bem as características da produção de carvão.

Muito obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Também quero saudar o amigo Yan, que muito gentilmente conduziu toda a comitiva na China, sempre muito prestativo e competente. E agradecer à equipe da Casa, através da secretária de Relações Internacionais, Kátia Rezende, que com

muita competência desenvolveu seu trabalho para que fizéssemos todos os contatos necessários.

Fico muito satisfeito, mesmo porque anteriormente estava buscando alguns dados através dos técnicos chineses, uma vez que na China o carvão representa 80% da matriz energética, ao passo que no Brasil tão somente 1,2%.

Por isso temos o maior interesse na parceria, na integração entre chineses e catarinenses, para que possamos prospectar alguma projeção de investimento, troca de experiências, de tecnologias para agregação de valor ao nosso carvão mineral, não somente através da geração de energia, mas do sulfato de amônia a ser utilizado na agricultura e dos subprodutos que estão agregados à cadeia produtiva do carvão.

E faço aqui um comparativo de um subproduto que é extraído do carvão, que temos nas nossas jazidas e do qual um quilo equivale a uma tonelada, ou seja, a relação é de um para mil. Esse subproduto está agregado à cadeia produtiva do carvão, mas por falta de uma política federal de incentivo, de pesquisa e de desenvolvimento, tem um custo altíssimo quando se faz a destinação adequada dos seus rejeitos, a fim de não contaminar o meio ambiente.

No entanto, poderíamos, através da moderna tecnologia que a China utiliza, que respeita as questões ambientais, dentro da nova concepção da legislação, utilizar essa matéria-prima em Santa Catarina.

Por isso, sr. presidente, é uma satisfação receber essa comitiva e a partir deste momento conduzi-la à Universidade Federal de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, aproveito a oportunidade para cumprimentar a missão chinesa que visita a nossa terra e mais uma vez cumprimento a mulher catarinense e brasileira.

Esta Presidência, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes as matérias destinadas à Ordem do Dia da 15ª Sessão Ordinária, de 13 de março de 2012.

Discussão e votação em turno único das Mensagens de Veto n.s.: 0376/2011, 0445/2012, 0446/2012, 0465/2012, 0475/2012, 0477/2012, 0478/2012 e 0493/2012;

Discussão e votação em segundo turno dos Projetos de Lei n.s 0030/2011 e 0560/2011; e

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0020/2011 e dos Projetos de Lei n.s 0059/2011; 0175/2011; 0277/2011 e 0327/2010.

A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para amanhã, às 19hs, em Tubarão, em comemoração aos 60 anos da Acit.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 003ª SESSÃO SOLENE
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2012, ÀS 19 HORAS, NO
MUNICÍPIO DE TUBARÃO
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO
HOMENAGEM À ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE TUBARÃO - ACIT -
PELA PASSAGEM DOS SEUS 60 ANOS DE FUNDAÇÃO
PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI

SUMÁRIO

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Ressalta a inserção da Acit na defesa das causas do município de Tubarão e região.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Cumprimenta os presidentes que atuaram à frente da Acit e fala sobre as grandes bandeiras do sul do estado.

DEPUTADO FEDERAL JORGE BOEIRA - Lembra que a busca do associativismo contribui para a solução dos problemas comuns e que há 60 anos a Acit vem trabalhando dessa forma.

ALAIOR TISSOT - Afirma que foram inúmeras as contribuições da Acit à região e que a Facisc se orgulha de tê-la como filiada.

ARGEMIRO ANTÔNIO NUNES - Em nome dos homenageados agradece, frisa que a Acit sempre foi uma casa de muito trabalho e destaca os desafios que se colocam no caminho do empresariado.

EDUARDO SILVÉRIO NUNES - Enfatiza que a Acit é fruto da união de forças empresariais que atuam em prol de Tubarão.

PREFEITO MANOEL BERTONCINI - Agradece o esforço dos parlamentares para realizar a sessão solene em Tubarão e a todas as pessoas que se esforçaram para construir a Acit.

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Destaca o papel da Acit na promoção da integração, do desenvolvimento comercial e industrial de Tubarão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido o eminente deputado Joares Ponticelli, também proponente desta sessão solene, para conduzir à mesa as autoridades nominadas para compô-la:

Excelentíssimo senhor Manoel Mota, deputado estadual e que representa o sul de Santa Catarina na Assembleia Legislativa;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Haroldo de Oliveira Silva, secretário de estado do Desenvolvimento Regional de Tubarão, neste ato representando o governador João Raimundo Colombo;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Manoel Antônio Bertoncini Silva, prefeito do município de Tubarão;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor vereador João Batista de Andrade, presidente da Câmara Municipal de Tubarão;

(Palmas)

Excelentíssimo desembargador João Batista Góes Ulysséa, neste ato representando o desembargador Cláudio Barreto Dutra, presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Eduardo Silvério Nunes, presidente da Associação Empresarial de Tubarão - Acit;

(Palmas)

Magnífico reitor Ailton Nazareno Soares, da Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Luiz Carlos Brunel Alves, prefeito do município de Capivari de Baixo e presidente da Amurel, neste ato representando todos os prefeitos da região;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Alaior Francisco Tissot, presidente da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina - Facisc;

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, convidados presentes, a presente sessão solene foi convocada por solicitação da Mesa Diretora e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em homenagem à Associação Empresarial de Tubarão, na passagem dos seus 60 anos.

Neste momento teremos a interpretação do Hino Nacional.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Convidamos também para compor a mesa o excelentíssimo senhor Jorge Boeira, deputado federal;

(Palmas)

E o senhor Felipe Luiz Colaço, vice-prefeito de Tubarão.

(Palmas)

A seguir teremos apresentação de um vídeo institucional.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

Queremos registrar a presença das seguintes autoridades:

Senhor Ruy Geraldo dos Reis Costa, presidente da Associação Empresarial de Jaguaruna e Sangão;

Senhor Douglas Saul Garcia, presidente da Associação dos Jovens Empreendedores de Tubarão e vice-presidente do Conselho Estadual do Jovem Empreendedor de Santa Catarina;

Senhor Gelson Padilha, secretário do Desenvolvimento Regional de Braço do Norte;

Senhor Pedro de Souza, diretor-geral da secretaria de Desenvolvimento Regional de Tubarão;

Senhora Sandra Maria Pereira da Cruz, presidente do Sindicato de Fabricantes de Molduras da Região da Amurel;

Senhor Benony Schmitz Filho, diretor-presidente da Federação Tereza Cristina;

Senhor Edson Firmino, secretário de Governo do município de Tubarão;

Irmã Jacira Maria dos Santos, diretora do Hospital Nossa Senhora da Conceição;

Senhor Felipe Antunes Nascimento, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Tubarão;

Senhor Ivan Cardoso, presidente do Convention And Visitors Bureau do município de Tubarão e Região;

Senhor Thomaz Londero Moojen, presidente da Associação Regional de Engenheiros e Arquitetos do Vale do Rio Tubarão;

Senhor Haroldo Fernandes Júnior, conselheiro da Acit;

Senhor José Augusto Ribeiro Mendes, conselheiro estadual da OAB;

Senhor Eli Oliveira de Souza, presidente do Sindicato dos Contabilistas deste município;

Senhor José Roberto Pereira, coordenador da Associação de Tecnologia de Tubarão;

Senhor Luiz Alberto Silvério, presidente da Casa de MicroCrédito deste município;

Senhor Silvio Bez, assessor parlamentar, neste ato representando o deputado federal Edinho Bez;

Senhor Celso Meneghel, secretário do Desenvolvimento Econômico deste município;

Senhor Estener Soratto Júnior, secretário de Gestão do município de Tubarão;

Senhor Fernando Nandi, presidente do Sindicato Patronal dos Lojistas deste município;

Senhora Silvana Zardo Francisco, presidente da subseção da OAB do município de Tubarão;

Senhor Rubens Cesar Reinoso, superintendente da Agência de Desenvolvimento Regional da Amurel;

Senhor Luiz Felipe, neste ato representando a Tractebel;

Senhor José Sílvio Ghisi, presidente do Sinduscom;

Senhora Marta Régis Fogaça, secretária de Turismo, Indústria e Comércio do município de Gravatal;

Senhor Jorge Leonardo Nesi, diretor executivo da Amurel;

Senhor Samir Ahmad, presidente da Associação Empresarial de Laguna;

Senhor Olavo Falchetto, presidente do Partido dos Trabalhadores do município de Tubarão;

Senhor Dionei Veck, conselheiro da Acit;

Senhor José Gonçalves de Souza, titular do escritório regional da Junta Comercial de Tubarão;

Senhor Dionísio Bressan Lemos, vereador do município de Tubarão, neste ato representando o eminente deputado estadual José Milton Scheffer;

Tenente-coronel Angelo Bertoncini, comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar de Tubarão;

Senhor Altair Lucínio Fiamoncini, neste ato representando a diretoria do Sebrae do município de Tubarão;

Senhor Jairo dos Passos Cascaes, vereador do município de Tubarão.

Neste momento convido o sr. deputado Joares Ponticelli, na qualidade de um dos proponente do requerimento que ensejou a presente sessão, para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. deputado José Nei Ascari; eminente colega deputado Manoel Mota; secretário Dura; prefeito Manoel Bertoncini; presidente Batista; presidente Eduardo; nosso querido reitor, porque ele não gosta muito do magnífico.

Quero cumprimentar também o nosso presidente Alaor Tissot, da Facisc; o desembargador João Batista Góes Ulysséa, que aqui representa o Tribunal de Justiça de Santa Catarina; o prefeito Brunel, presidente da Amurel; o deputado federal Jorge Boeira; o vice-prefeito Felipe Colaço; o vereador Dionísio Bressan Lemos, que representa o deputado José Milton Scheffer.

Gostaria de justificar as ausências da deputada Ada De Luca, que ainda hoje fez contato conosco, dos deputados Valmir Comin, Altair Guidi e Dóia Guglielmi.

Nós, que temos empreendido uma ação conjunta, somos 20% da representação da Assembléia. Dos 40 deputados, oito são do sul do estado e a nossa ação tem sido uma ação conjunta, suprapartidária, afinal de contas, a eleição acabou e estamos todos numa só direção, trabalhando em favor do sul catarinense.

Por isso, quero justificar a ausência dos colegas que não puderam comparecer, ao tempo que saúdo também a presença do secretário, quem sabe futuro deputado, Gelson Padilha.

Cumprimento os vereadores, os prefeitos, os ex-presidentes da Acit. Há tantas lideranças presentes, pois esta é uma sessão extremamente concorrida e prestigiada.

Cumprimento a imprensa, e aqui quero invocar o testemunho dos deputados José Nei Ascari e Manoel Mota, para dizer que dificilmente na sede do Parlamento catarinense conseguimos realizar uma

sessão tão concorrida e prestigiada em número de lideranças representativas.

Para nós, da Assembleia Legislativa, é uma honra estar aqui. E aí eu cumprimento a Beta Silveira Brandalise, para lembrar o nosso sempre governador Ivo Silveira, e em nome dela, da Rosana e da Ilka quero cumprimentar todos os servidores da nossa Assembleia, que se esmeraram e dedicaram-se muito na organização desta sessão. A Ilka também tem o umbigo enterrado nesta cidade, é genuína da terra, filha da terra.

A equipe do Poder Legislativo é formada por funcionários abnegados, às vezes tão criticados por alguns setores da grande mídia, que faz comentários extremamente injustos a respeito deles. Assim, esta é uma oportunidade para também dizer dos valores que temos na Alesc, pois são pessoas que se dedicam, que estão aqui fora do horário do trabalho e sem nenhuma compensação por isso. É importante que se diga isso porque se o que não é verdadeiro não for combatido, acaba virando verdade e nós temos um time de funcionários dedicados.

Quero, portanto, em nome de todos, agradecer porque sei há quanto tempo eles estão empenhando para fazer desta uma grande sessão solene. Afinal de contas, não é por uma causa pequena, é para homenagear uma entidade que é sexagenária e na presença de tantos ex-presidentes, especialmente na figura do nosso querido presidente Eduardo, que apresentaram uma folha corrida de muitos serviços prestados, não só a nossa cidade de Tubarão, deputado José Nei Ascari, mas a toda a região.

Muitas das conquistas históricas e recentes do grande sul se deve, presidente Alaor, à participação da nossa Acit. Você, como presidente da Facisc, sabe e é testemunha disso. E eu penso, deputado Manoel Mota e deputado José Boeira, prefeitos, vice-prefeitos e lideranças, que a constituição do Conselho Político e Empresarial, que foi concebido, secretário Padilha e secretário Dura, nessa instituição, talvez tenha sido, nos últimos tempos, o maior trunfo que essa entidade apresentou à sociedade sul catarinense.

É evidente que ela tem as obrigações para as quais foi constituída, ou seja, representar e defender os interesses dos seus associados. Mas muito mais do que isso, ela tem-se envolvido em questões de relevância micro e macrorregional, em temas de interesse do estado de Santa Catarina e até do país.

Por isso, presidente Eduardo, a presença da Assembleia Legislativa hoje é para dizer muito obrigado. Ao senhor, que é o atual presidente, e a todos que fizeram a história vitoriosa dessa instituição. Na verdade, essa é uma concessão que a Assembléia está fazendo, porque já estávamos com as cotas de sessões solenes esgotadas. E aqui vou fazer uma inconfidência. O Poder Legislativo, na pessoa do presidente, deputado Gelson Merisio, da Mesa Diretora, fez uma concessão à Associação Comercial e Industrial de Tubarão, para que estivéssemos aqui hoje para dizer muito obrigado. E não somente em nome dos oito deputados do sul do estado, mas em nome dos 40 deputados de Santa Catarina, da representação do povo catarinense, por aquilo que a Acit tem feito e ainda vai continuar fazendo por Tubarão, pela Amurel, pelo sul e por Santa Catarina.

nense, por aquilo que a Acit tem feito e ainda vai continuar fazendo por Tubarão, pela Amurel, pelo sul e por Santa Catarina.

Parabéns a todos os que construirão, parabéns ao Eduardo e a todos que continuarão construindo a história de sucesso da nossa Acit.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Agradeço ao deputado Joares Ponticelli, a quem aproveito para agradecer por permitir que este parlamentar presidisse esta histórica sessão solene. Mesmo porque tenho convicção de que v.exa. vai ter a oportunidade de presidir muitas sessões naquela Casa Legislativa, com certeza.

Na sequência, convido para fazer uso da palavra o companheiro e caminhoneiro que vem do Arrancadão, deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero primeiramente saudar este companheiro extraordinário que pela primeira vez está na Assembléia Legislativa, o grande parceiro do sul do estado, deputado José Nei Ascari.

Da mesma forma, quero saudar o eminente deputado Joares Ponticelli; o deputado Jorge Boeira, que tem dado a sua contribuição no Congresso Nacional.

Quero saudar o amigo Silvinho Bez, que representa neste ato o deputado federal Edinho Bez, que tem sido um grande companheiro de toda a região, mas em razão do Fórum Parlamentar não pôde estar presente, mas me ligou pedindo que não me esquecesse de transmitir um abraço aos companheiros. E é o que estou fazendo neste instante.

Quero saudar o prefeito Manoel Bertoncini, anfitrião desta sessão solene. Temo-nos cruzado bastante nos últimos dias.

Da mesma forma, quero saudar o vice-prefeito Felipe Luiz Colaço, que participou conosco da viagem e que muito bem cumpre seu papel; saudar da mesma forma o prefeito Luiz Carlos Brunel Alves, presidente da Amurel, e em seu nome saudar todos os prefeitos da região.

Saúdo o dr. Alaor Tissot, presidente da Facisc, que presta relevantes serviços e que hoje deixou a capital para vir prestigiar este evento.

Externo meus cumprimentos ao presidente da Associação Comercial, Eduardo Silvério Nunes, que tem prestado relevantes serviços à cidade e à região, sempre presente em todas as missões relevantes.

Quero cumprimentar o reitor Ailton Nazareno Soares, da Unisul, pois temos muito orgulho da nossa universidade; o desembargador João Batista Góes Ulysséa, que representa o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que é exemplo para o nosso estado.

Quero saudar os nossos vereadores, os secretários de Desenvolvimento Regional; as nossas entidades que representam o comércio; o empresariado, os sindicatos e a imprensa, que têm um importante papel na região e no estado.

Vivemos momentos importantes nesses últimos dias quando, na Assembleia

Legislativa, dois deputados propuseram, e a Casa aprovou, a realização desta sessão solene para homenagear a Acit.

A verdade é que o sul de Santa Catarina perdeu muito ao longo do tempo. Tivemos senadores e deputados federais que representaram a nossa região e que trabalhavam de uma forma diferente: um lutava para trazer e o outro trabalhava para que não fossem atendidos os pleitos, a fim de desestabilizar sua vida política. Com isso a região foi perdendo, a ponto de hoje ser - e dói no coração dizer isto - a segunda mais pobre de Santa Catarina. Dói no coração porque temos um potencial sem limites, somos um gigante adormecido que procura acordar através do Parlamento catarinense.

Os tempos são outros e hoje o deputado Joares Ponticelli e o deputado Manoel Mota são amigos. Nunca tivemos qualquer atrito na vida particular, o respeito sempre foi mútuo. Agora, a defesa do governo é outra história. Quem era oposição fazia o seu papel e quem era governo também.

Entretanto, chegou um momento que entendemos que deveríamos estar todos juntos para tentar salvar a nossa região. E aí eu tenho a honra de dizer que respondo a quatro processos na Polícia Federal e às vezes em que sou chamado para responder ao processo, faço-o com orgulho.

Temos o deputado federal Jorge Boeira, que também dá sua participação a cada instante. S.Exa. nunca deixou de dar o seu apoio, porque se não houvesse ocorrido todas as paralisações da BR-101 não teríamos conseguido sequer a ordem de serviço, porque nem projeto de engenharia existia.

Então, se respondo a quatro processos, poderei responder ao quinto, porque é uma vergonha os lotes 29 e 26. Eu tenho até vergonha de falar! Eu tenho até dor no coração quando eles dizem que é preciso mudar o projeto dos gargalos: Morro do Formigão e ponte da Cabeçuda. Mudar o projeto representa um atraso de cinco anos!

Mas quero dizer a todos vocês que sempre tentei ajudar. O porto de Imbituba é peça fundamental para o nosso desenvolvimento; a BR-101, o porto de Imbituba e o aeroporto de Jaguaruna são o tripé do desenvolvimento do sul do estado.

Conheci uma figura amiga que é hoje uma pessoa muito importante em Santa Catarina. Levei 60 dias para conhecer o Paulo, que é o presidente de uma grande empresa italiana no Brasil. Depois de 60 dias, o Paulo me disse que traria um vídeo do qual eu veria 40 minutos com ele. Eu disse que sim, que assistiria. Quando vi o tamanho da empresa, eu me apaixonei e pensei: o que será que eu faço para levar esse homem para o sul? Aí eu lhe disse: "Você falou que eu perderia 40 minutos e agora quero fazer você perder um dia". Ele respondeu que um dia ele não poderia perder, mas colocava meio dia à minha disposição.

Pois bem: eu o levei a Imbituba e mostrei-lhe o porto. Deputados Joares Ponticelli e José Nei Ascari, o porto de Imbituba deixou a empresa Cimolai encantada! Em seguida levei-o ao aeroporto de Jaguaruna, mostrando-lhe que é um dos melhores aeroportos do sul do Brasil e que

em maio já terá condições de operar. E aí, quando mostrei Tubarão, uma cidade com 100 mil habitantes, eles também se apaixonaram.

Quando voltamos e fomos conversar com o deputado Joares Ponticelli e com o PP, fomos recebidos de uma forma espetacular. E várias pessoas participaram desse processo. O presidente da Acit participou e recebeu todos de uma forma muito carinhosa. Aí ele perguntou: "Todo o povo de Tubarão é assim?" Eu disse que era muito mais do que assim, disse que a cidade era azul de tão linda!

(Palmas)

O resultado daquela visita é que hoje temos uma pendência muito pequena - e o pessoal da Tractebel sabe disso -, estamos aguardando uma decisão. A segunda maior empresa na área de metalurgia do mundo, que tem obras em 127 países do mundo, está decidida a ficar na cidade azul, em Tubarão. Eu fico até meio trêmulo, porque lutamos muito para que isso acontecesse.

Então, quero dizer aos oito deputados do sul que todos os projetos têm mais chance de ser viabilizados quando todos estão juntos. Por isso, quero cumprimentar o deputado José Nei Ascari, o deputado Joares Ponticelli e em seus nomes todos os outros cinco deputados sulistas que não estão aqui.

Quero agradecer ao prefeito e ao vice-prefeito de Tubarão, que abriram as portas para que viabilizássemos a instalação de uma empresa que poderá ajudar muito a economia municipal, regional e estadual, uma vez que se calcula que terá um faturamento de R\$ 1 bilhão.

Estou feliz e realizado porque acho que juntos conseguiremos superar as dificuldades e viveremos dias melhores no sul do estado, garantindo uma melhor qualidade de vida aos nossos filhos e netos.

Por fim, quero cumprimentar toda a classe política e dizer que está na hora de fazermos o nosso papel. O povo espera por isso. Um abraço!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Registramos também a presença nesta cerimônia das seguintes autoridades:

Senhor Paulo de Tarso Althoff Medeiros, neste ato representando o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, que realiza neste momento uma viagem internacional; e

Senhor Genésio Mendes, conselheiro da Associação Comercial e Industrial de Tubarão e presidente do Grupo GAN.

Neste momento, convido para fazer uso da palavra o deputado federal Jorge Boeira.

O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA - Gostaria de iniciar cumprimentando o presidente desta sessão solene da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o deputado José Nei Ascari, e agradeço a deferência por me conceder o direito da fala.

Quero cumprimentar todos os deputados estaduais da região do sul, em nome do deputado Joares Ponticelli e do deputado Manoel Mota.

Cumprimento o sr. Eduardo Silvério Nunes, presidente da Acit, Associação Empresarial de Tubarão.

Gostaria também, e peço permissão à mesa, de cumprimentar a Eliane, da Relojoaria e Ótica Alcicino, que foi minha amiga de adolescência, ao mesmo tempo em que cumprimento Alfredo Piotrovski, que foi meu contemporâneo na Faculdade de Engenharia, somos colegas de profissão e formamo-nos no mesmo ano.

O limite das nossas vidas não termina nos limites do nosso município. A construção de nossas vidas, a construção dos valores que defendemos e a construção da sociedade que defendemos passa pela educação, reitor, passa pela infraestrutura.

Existem algumas obras estruturais que dizem respeito à regional e o deputado Manoel Mota falou de várias delas. Sabemos da importância de todas elas, mas hoje à tarde, juntamente com o deputado José Nei Ascari, estivemos por mais de uma hora conversando com o governador e um dos assuntos que talvez tenha permeado uma boa parte do tempo foi o aeroporto regional de Jaguaruna pela sua importância estratégica, sem, evidentemente, deixar de falar em todos os outros temas.

Por isso, venho a esta sessão em Tubarão exatamente para trazer a minha gratidão, o meu abraço à Acit, pelo seu esforço, pela sua liderança na macrorregião, no sentido de organizar a sociedade para que possamos ir ao encontro das obras de infraestrutura que melhorem a vida das pessoas.

Portanto, Tubarão, que hoje é a cidade azul, deputado Manoel Mota, mas já foi Paragem do Poço Grande, e muitos dos que para cá vieram construíram aqui suas vidas, seus sonhos e, em todos os momentos, Tubarão teve grandes empreendedores.

Há 60 anos foi fundada a Associação Comercial e Industrial de Tubarão, exatamente na lógica da construção de afinidades. A busca do associativismo é exatamente para que consigamos resolver os problemas comuns. E assim Tubarão cresceu e a gente de Tubarão deu a sua contribuição para o crescimento regional.

Portanto, a todos os tubaronenses, a todos aqueles que já presidiram a Acit o nosso abraço e a nossa eterna gratidão.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Muito obrigado, deputado Jorge Boeira.

Convido, neste momento, o sr. Alaor Tissot, presidente da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina, para fazer o seu pronunciamento.

O SR. ALAOR TISSOT - Gostaríamos, em nome do Sistema Facisc, inicialmente de agradecer ao deputado José Nei Ascari, que preside esta sessão solene da Assembleia Legislativa, numa descentralização dos seus atos, e também ao deputado Joares Ponticelli pela iniciativa de solicitar esta homenagem.

Levem, srs. deputados, em nome da Facisc, ao deputado Gelson Merisio, presidente do Poder Legislativo, e aos demais membros da Mesa Diretora o nosso agradecimento por autorizarem a realização desta sessão solene na cidade de Tubarão, tendo como local a sede da nossa Acit.

Deputado Manoel Mota, que bom se tivéssemos um arrancadão para finalizar a BR-101!

Deputado Jorge Boeira, nosso agradecimento por haver encampado a ideia da reforma tributária e por estar batalhando por ela no Congresso Nacional, pois a maioria das pessoas não sabe que a Acit também se envolve nessas ações.

Prefeito Manoel Bertoncini, receba também o nosso agradecimento pela parceria e auxílio a muitos pleitos levantados pela Acit.

Ao secretário do Desenvolvimento Regional, sr. Haroldo de Oliveira Silva, que representa neste ato o governador João Raimundo Colombo, o nosso muito obrigado.

Caro reitor, v.sa. deu uma boa notícia hoje, informando que a Unisul já está em 84 cidades, ou seja, a Unisul não é mais catarinense, passa a ser um braço de Tubarão no Brasil, na área do ensino. Nossos parabéns!

Caro Eduardo, cá estamos depois de muitos anos, depois de muitas idas e vindas, depois de toda aquela ansiedade que o jovem tem de querer tudo para ontem. A verdade é que com o tempo vai-se aprendendo que a burocracia brasileira nada mais é do que uma proteção para evitar esses processos que, via de regra, vêm quando as pessoas querem fazer algo.

Falar dos feitos da Acit é desnecessário, Eduardo e ex-presidentes que aqui estão, pois o vídeo institucional foi bem claro, o deputado Joares Ponticelli falou do restante e há muitas coisas que poderíamos falar evidentemente, mas acho que esta noite não é para isso. Hoje é noite de parabenizarmos a classe política pela presença em Tubarão; parabenizarmos os ex-presidentes, os diretores e os associados que mantêm a Acit de pé; parabenizarmos todas as autoridades que vieram prestigiar este ato.

A Facisc tem muito orgulho de ter esta associação como filial. Espero que daqui a 60 anos o novo presidente venha fazer a mesma coisa na comemoração dos 120 anos e que também tenhamos na Assembleia Legislativa cabeças novas como essas que vão abrindo o Parlamento para o povo.

Muito obrigado a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI

Convido o mestre de cerimônias, Washington Luis Mignoni, para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - Neste momento, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem à Associação Empresarial de Tubarão, na passagem dos seus 60 anos de fundação promovendo a integração, o desenvolvimento comercial e industrial do município, estimulando a livre iniciativa, o associativismo e a união dos associados na prática de ações que beneficiam toda a sociedade.

Convido os srs. deputados Joares Ponticelli e José Nei Ascari para fazerem a entrega da homenagem, em nome do Poder Legislativo, ao sr. Eduardo Silvério Nunes, presidente, neste ato representando a Associação Empresarial de Tubarão.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento, o Poder Legislativo presta homenagem a entidades e personalidades que contribuíram para o fortalecimento e crescimento da Associação Empresarial de Tubarão.

Convido para receber a homenagem o sr. Haroldo de Oliveira Silva, secretário do Desenvolvimento Regional de Tubarão, neste ato representando o governador João Raimundo Colombo.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Paulo de Tarso Althoff Medeiros, neste ato representando o sr. Eduardo Pinho Moreira, vice-governador do estado de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Manoel Bertoncini, prefeito de Tubarão, neste representando o município.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. João Batista de Andrade, presidente da Câmara Municipal, neste ato representando a Câmara de Vereadores.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Alaor Tissot, presidente da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina, neste ato representando a entidade.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir, o Poder Legislativo presta homenagem aos ex-presidentes da Acit, que fizeram parte dos seus 60 anos de funcionamento.

Convido o sr. deputado Manoel Mota para fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o sr. Henrique Balsini, neste ato representando o sr. Tarquínio Balsini, presidente de 1952 a 1954, *in memoriam*.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. André Neves Fernandes e a sra. Elizabete Fernandes Matos, neste ato representando o sr. Felipe Machado, presidente de 1960 a 1961, *in memoriam*.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Cyntia Esteves Delpizzo, neste ato representando o sr. Raul Correa de Souza, presidente de 1962 a 1963, *in memoriam*.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Maria da Graça Zapelini, neste ato representando o sr. Hercílio Zapelini, presidente de 1963 a 1964, *in memoriam*.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Almeri Ávila Souza, neste representando o sr. Jaime Aguiar de Souza, presidente de 1964 a 1965, *in memoriam*.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Maria Elisa Zumblick Gelsa, neste ato representando o sr. Willy Alfredo Zumblick, presidente de 1968 a 1969, *in memoriam*.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Guido Olavo May, presidente de 1969 a 1971.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado José Nei Ascari para continuar a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem a sra. Augusta Victoria Longo, neste ato representando o sr. Admar Longo, presidente de 1971 a 1973, *in memoriam*.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Guido Olavo May, neste ato representando o sr. José Orlando May, presidente de 1973 a 1974.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Michel Miguel Mussi, presidente de 1979 a 1981.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. José Roberto Tournier, presidente de 1981 a 1983 e de 1985 a 1987.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Maurício Bortoluzzi, neste representando o sr. Humberto Ghizzo Bortoluzzi, presidente de 1983 a 1985, *in memoriam*.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Juarez Bittencourt, presidente de 1987 a 1989.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Jorge Freitas, neste ato representando o sr. José Francioni de Freitas, presidente de 1989 a 1992, *in memoriam*.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Joares Ponticelli para continuar a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o sr. Argemiro Antônio Nunes, presidente de 1992 a 1994.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Maria Conceição Favarin Lemos, neste ato representando o sr. Antenor da Silva Lemos, presidente de 1994 a 1996, *in memoriam*.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Alfredo Piotrovski, presidente de 1996 a 1997.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Leda Silvestre Meneghel, presidente de 1997 a 1999.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Marcelo Rocha, presidente de 2000 a 2002.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Eliane Fernandes, presidente de 2003 a 2006.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Eduardo Silvério Nunes, presidente.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. Alaor Tissot, presidente da Facisc, para fazer a entrega da homenagem ao sr. Eduardo Silvério Nunes, presidente da Acit.

O SR. ALAOR TISSOT - Gostaria de fazer um pedido, que o Guido May, representando todos os ex-presidentes aqui presentes, ficasse ao lado do Eduardo.

Quero também agradecer a todos que vieram representar seus entes queridos que, lamentavelmente, já nos deixaram.

(Passa a ler.)

"A Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina homenageia à Acit, Associação Empresarial de Tubarão, pelos seus 60 anos de história.

A entidade traçou seu caminho calcado nos princípios que norteiam o desenvolvimento socioeconômico do município: o crescimento das empresas; a união empresarial através do associativismo; a dedicação voluntária e a contribuição espontânea dos seus associados.

Parabéns por esta data histórica!

Tubarão, 9 de março de 2012.

Alaor Francisco Tissot

Presidente"[sic]

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, o sr. Argemiro Antônio Nunes.

O SR. ARGEMIRO ANTÔNIO NUNES - Quero cumprimentar a mesa já nominada, todos os presentes, os meus colegas ex-

presidentes aqui reunidos ou representados.

Quero dizer que já presidimos e trabalhamos para esta casa e que hoje é uma noite de glória para todos nós. Quero também dizer ao nosso presidente Eduardo, que esta entidade muito nos orgulha, pois cada um de nós colocou um tijolinho na sua construção e que você soube muito bem conduzir esse trabalho que foi bastante difícil para todos nós.

Seu pai, João Eliseu Nunes, a quem quero agradecer, era um homem que cuidava do dinheiro da Acit, por isso esta casa está aqui hoje neste maravilhoso salão, nesta sede de que todos nós nos orgulhamos.

Eu tinha até anotado alguma coisa que acho ser interessante falar aos senhores nesta oportunidade. Não é hora de trabalho, mas não sou homem de muito papo, sou do sentimento, sou daquilo que acontece dentro das nossas empresas, e hoje acho que é uma coisa que devemos também lembrar, porque esta foi sempre uma casa de trabalho.

Nosso país arca hoje com um alto custo, o chamado custo Brasil. Temos uma inflação difícil de combater. Na verdade, temos um combate à inflação à custa do sacrifício das empresas e das pessoas, porque se baseia quase que exclusivamente sobre o aumento das taxas de juros, o que, no meu entender, não é solução, é mais um custo que se impõe aos produtos e aos serviços.

Se você aumenta o custo, automaticamente o que acontece? Você repassa isso para os produtos. O que isso gera? De novo, inflação. Porque não existe nada, não existe nenhum custo que se adicione ao produto ou ao serviço que seja suportado por aquele que absorve os recursos. Esses custos são automaticamente transferidos e quem paga é o consumidor final. Esse é um dos primeiros pontos fortes da questão da inflação.

Nós temos os impostos que são os mais caros do mundo. Creio que o custo do cartão de crédito é o mais caro do mundo também. Vemos países vizinhos onde a taxa do cartão de crédito não alcança um dígito. O nosso passa de três dígitos e se atrasar nem se fala!

Nós temos também um apagão de mão de obra. Não há mão de obra especializada e com isso a nossa produtividade se torna cada vez mais baixa.

Precisamos, na verdade, incentivar o ensino profissionalizante. Precisamos também tirar da rua o famoso menino de rua porque menino de rua não é aquele que mora embaixo de ponte, menino de rua é aquele que circula nas ruas e não pode trabalhar, é proibido trabalhar, não pode estudar porque os pais, por sua vez, não têm recursos para sustentá-lo, e esse menino fica à mercê da marginalidade, que o absorve, pois a única coisa que ele pode fazer que não é proibido é assaltar, entregar droga, porque ele não pode pagar pela droga, então ele tem que pegar uma para ele e uma para vender. Ele é um repassador de droga, de entorpecente.

Creio que temos que tomar uma medida efetiva para tirar esse menino da rua. Creio que a proibição de trabalhar foi um tiro no pé. A proibição do trabalho, para quem já

trabalhou, como eu, desde os oito anos de idade, foi uma medida errada. Acho que a maioria dos grandes empresários que conheço também começou a trabalhar muito cedo. Todos os grandes esportistas do mundo começaram a treinar muito cedo. Então, não existe o milagre de você ser bom em alguma coisa sem ter um treinamento forte, efetivo, ter longas caminhadas de treinamento. Não existe sucesso sem passar por esse caminho.

Creio que essa proibição é um crime que se está cometendo contra esse adolescente. Temos que tomar medidas urgentes. Vemos que a criminalidade é uma coisa que cresce acima de tudo neste país. Não há nada que cresça igual. Não adianta repreensão, pois não resolve. A cadeia não resolve porque você prende hoje e tem que soltar amanhã. Não existe cadeia e nem existe recurso para você prender todos os marginais. É insustentável! A sociedade não pode arcar com esse ônus.

Creio que temos que tomar alguma medida efetiva em cima disso. É humanamente impossível você deixar proliferar como está acontecendo hoje. Temos que tomar medidas urgentes! Espero que um dia isso aconteça, porque não sabemos como se vai viver neste país daqui mais alguns anos.

A questão da segurança está-se tornando um ônus muito pesado para as empresas. As empresas hoje precisam de câmeras de vigilância, e isso tem um alto custo de aquisição e de manutenção; tem que ter gente vigiando outras gentes. É um absurdo isso! Tem que ter guarda de segurança e custa muito caro! Há o custo dos controles gerais dentro da empresa, porque a questão da marginalidade já está dentro das empresas, pois a impunidade incentiva as pessoas a partir para o mundo do crime. Ele não sofre muito por isso. É possível que ele sofra mais trabalhando e ganhando um salário do que cair na marginalidade. Esse deve ser o pensamento dele porque é assim que está acontecendo.

Temos também o custo do controle geral dentro da empresa. Temos que controlar tudo. Tem gente controlando estoque. Tem gente controlando as finanças. Tem gente controlando as prateleiras. Tem gente controlando os balcões. É um absurdo o custo da segurança dentro da empresa!

Você tem também outros custos que são os custos de consumo de combustíveis das empresas que transportam a carga, que no fundo se transformam em produto que são repassados também para eles. Há o custo dos pneus porque as estradas também não são boas. Há ainda o custo da energia, que é a mais cara do mundo, além do custo dos encargos sociais, que é muito violento.

Você tem uma infraestrutura deficiente que encarece também a logística dos produtos. Isso tudo resulta no tão falado custo Brasil.

O Brasil está-se tornando um dos países mais caros do mundo. As pessoas quando querem casar-se pegam um voo e vão para o exterior fazer compras porque acaba tornando-se mais barato que do que se comprarem internamente. A mesma coisa estão fazendo as senhoras, quando vão ter neném, vão ao exterior e compram o enxoval em outros países porque é mais caro comprar aqui. O custo Brasil está-se tornando insuportável.

Então, temos que trabalhar todas essas pequenas coisas porque isso é uma camisa de força. E aí não adianta o governo começar a baixar os preços dos produtos importados porque a nossa inflação não conseguimos exportar e acabamos inflacionando o dólar com a nossa inflação. O dinheiro fica cada vez mais caro e temos que importar a cada dia mais. Alguma coisa terá que ser feita nesse sentido.

Quando é que vocês sonhavam que iríamos um dia, em tão pouco espaço de tempo, ser um dos países mais caros do mundo? Quando se viajava para a Europa, por exemplo, dizia-se que não dava, que era muito caro. Hoje quem está dizendo isso é o europeu, é o norte-americano. Nem falamos na Ásia, porque lá os produtos têm significativamente menores preços que aqui.

Então, o deputado Manoel Mota falou uma coisa muito interessante, que é a integração das associações, dos políticos, para que as posições, juntamente com o governo, tenham uma força única em prol da nossa região, porque é triste sabermos que ela é a segunda região mais pobre de Santa Catarina.

Nós temos uma região turística, uma das regiões mais importantes de Santa Catarina. Se analisarmos bem a nossa localização, veremos que tem das melhores praias do estado; tem um cinturão de águas termais, que começa na região de São Pedro, em Criciúma, e estende-se até Florianópolis. Mas tudo isso não é bem aproveitadas.

Temos também a serra mais bonita de Santa Catarina, talvez do Brasil. E quando vamos a Gramado e vemos toda aquela movimentação turística, aquela coisa linda, ficamos perguntando-nos por que aqui não pode ser assim. A nossa serra é bonita, a natureza foi pródiga conosco, mas não sabemos transformá-la em riqueza, em qualidade de vida.

Temos portos: o de Imbituba vai realmente ganhar corpo, mas o de Laguna está abandonado. Ele que é o único porto pesqueiro do Brasil chama-se de porto pesqueiro. Os barcos do vale do Itajaí vão pescar no sul do Brasil, passam com o pescado na nossa frente e vão descarregar em Itajaí porque a nossa barra não lhes permite descarregar com segurança. Precisamos de um cuidado especial também com aquele porto. Eu até acho que se poderia criar no porto de Laguna um cais para atracação dos grandes transatlânticos.

Acho que a nossa região precisa ser melhor interligada por estradas asfaltadas. Dizem que a estrada de Pedras Grandes a Orleans agora vai sair. Mas a estrada de Tubarão até a Interpraias, apenas nove quilômetros, infelizmente não tem ainda nem as pontes. Não há ônibus para trazer os estudantes para a nossa universidade nem para trazer os trabalhadores. Não se justifica mais não termos asfalto interligando a região. A população de Tubarão, Orleans, Lauro Müller e Braço do Norte frequenta as praias do sul e tem que utilizar a BR-101 e arriscar sofrer acidentes a qualquer momento.

Quanto ao aeroporto, ouvi dizer que em maio será inaugurado. Eu acho que para inaugurar esse aeroporto em maio realmente será preciso fazer um esforço muito grande.

Além disso, para ir de Tubarão ao aeroporto leva-se até cinco horas e acaba-se perdendo o voo.

Vou falar um pouquinho da Acit, a nossa Associação Comercial, que conheço de longa data, ou seja, desde o tempo e que estava estabelecida numa salinha pequena do Willy Zumblick. Era ali que nos reuníamos em uma pequena mesa. Depois a Acit passou para uma sede própria perto da ponte e hoje está aqui nesta sede. Na época nós vendemos e quem tratou da venda fomos eu e Humberto Bortolucci nosso amigo, o homem que carregou a pasta do aeroporto o tempo todo. Humberto foi uma pessoa muito importante e é por isso que o nosso aeroporto leva o seu nome. Na época foi esta casa que está aqui que custeou o projeto daquele aeroporto, porque o poder público não tinha recursos para fazer o projeto.

Então, fizemos uma chamada dos associados e pagamos o projeto do aeroporto. Trouxemos o pessoal da Infraero para fazer o reconhecimento e a vistoria do local. O pessoal ficou hospedado lá nas termas do Gravatá uns 30 dias, se não me engano, para atestar que ali era o melhor local realmente para fazer o aeroporto. Foi bem estudado. Não foi coisa feita por amor. Foi feita por profissionais. E temos certeza de que vamos ter um bom aeroporto, que vai trazer muita alegria e desenvolvimento para a região. Nós com porto, aeroporto e a BR-101 teremos um avanço muito grande.

No entanto, a verdade é que ainda vamos sofrer muito com as filas na BR-101, porque há o problema dos índios para resolver, além do Morro do Formigão e a ponte da Cabeçuda. É uma pena que essa questão não seja tratada com o carinho que precisa, a fim de acabar com o sofrimento das pessoas, de parar de ceifar vidas, já que se fala tanto em qualidade de vida.

Agradeço a oportunidade e quero parabenizá-lo, Eduardo, pela condução da Acit. Você nos orgulha e tenho certeza de que não é só o meu pensamento, mas deve dos demais ex-presidentes e dos associados.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Para falar em nome dos prefeitos da Amurel, convido o prefeito de Tubarão, Manoel Bertoncini.

O SR. PREFEITO MANOEL BERTONCINI - Inicialmente gostaria de cumprimentar o deputado José Nei Ascari, que preside esta sessão solene em nossa cidade, e o deputado Joares Ponticelli, agradecendo a proposição da realização deste evento em Tubarão.

Quero cumprimentar o deputado Manoel Mota, que hoje está mais presente em Tubarão do que na sua terra natal, Araranguá, e agradecer-lhe também pelo esforço que tem feito para consolidar a vinda de não só uma, mas de algumas empresas para a cidade de Tubarão.

Cumprimento o deputado Jorge Boeira, a quem e agradeço a presença; o presidente da Acit, Eduardo Nunes, o reitor, professor Ailton Nazareno Soares; o presidente da Facisc, Alaor Tissot; o vice-prefeito Felipe Luiz Colaço; o desembargador

João Batista Góes Ulysséa; o secretário de Desenvolvimento Regional, Haroldo Silva; e o presidente da Câmara Municipal de Tubarão, vereador João Batista de Andrade.

Quero cumprimentar também os ex-presidentes da Acit aqui presentes; o sr. Jorge Freitas, e com isso estender o cumprimento a todos os familiares dos ex-presidentes que já não estão mais conosco; a sra. Leda e a Eliane, ex-presidentes desta casa, e através delas todas as mulheres, incluindo a irmã Jacira, porque ela preside uma instituição de extrema importância não somente para a cidade de Tubarão, mas para toda a nossa região, o Hospital Nossa Senhora da Conceição.

Cumprimentar ainda todos os funcionários tanto da Assembleia Legislativa como da Acit, a imprensa, as autoridades militares, enfim, todos os presentes.

Acredito que a noite de hoje é uma noite de festa, de comemoração, por toda essa caminhada que a Acit teve nesses 60 anos. Com a colaboração e o esforço de todos de maneira voluntária os tubaronenses conseguiram construir uma entidade que hoje tem importância fundamental na evolução, no progresso e na melhoria de vida das pessoas que vivem não só em Tubarão, mas em toda a região. Por isso, a Acit merece essa consideração que a Assembleia Legislativa teve e que se concretiza nesta sessão solene.

Agradeço ao Eduardo pelo trabalho que tem feito junto com o Poder Público municipal na busca de soluções para tantos problemas que temos em nossa cidade e também em nossa região.

Muitas conquistas já foram conseguidas, Eduardo. O aeroporto, com certeza, sem a participação da Acit teria sido muito difícil de estar prestes a ser inaugurado. Como o sr. Argemiro já disse, essa é uma obra importantíssima para o desenvolvimento da cidade.

A Acit participa não só desses grandes movimentos, mas participa também de ações menores, mas de interesse da população. Como a questão da segurança, que discutimos mais em nível municipal, como a questão das ações da saúde, enfim, ela está presentes em praticamente todas as ações que interessam ao desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Gostaria de deixar também um agradecimento e dar meus parabéns pela coragem a todos os empresários que a cada dia criam uma nova oportunidade de trabalho, pois, como disse o sr. Argemiro, é preciso ter coragem. Mas são os empresários que estão construindo este Brasil que, apesar da burocracia, está crescendo, tanto assim que constantemente, num momento de crise mundial, vemos o interesse da Europa e da América do Norte em nosso país.

Muito obrigado ao Eduardo, muito obrigado a todos que construíram a Acit, pois com ela a cidade de Tubarão, tenho certeza, a cada dia será melhor.

Muito obrigado a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Encerrando os pronunciamentos, convido o sr. Eduardo Silvério Nunes, presidente da Acit, para fazer uso da palavra.

O SR. EDUARDO SILVÉRIO NUNES - Cumprimento o nosso prefeito municipal, os nossos deputados Manoel Mota, Joares Ponticelli e José Nei Ascari e o presidente da minha federação, a Facisc.

Quero cumprimentar o Felipe, do CDL; todos os comerciantes aqui presentes; o Maurício que aqui representa um dos marcos da Acit, o ex-presidente Humberto Bortoluci; e o Jorge Freitas, que está representando Dite Freitas, que foram duas pessoas que fizeram a diferença na Associação Empresarial de Tubarão.

Cumprimento os ex-presidentes aqui presentes, dona Leda, Eliane, Marcelo Rocha, meu grande amigo, Alfredo, Beto, Guido, Michel, que se doaram nesses 60 anos.

Quero dar um boa-noite especial a Henrique Balsini, que iniciou a Acit em 9 de março de 1952. Ser presidente hoje em dia não é fácil, imaginem iniciar todo um processo, construindo uma entidade. Realmente devemos-lhe um obrigado muito grande pela sua doação, pela sua coragem.

A Acit nos últimos anos vem-se envolvendo principalmente em logística, nunca esquecendo, Tissot, dos produtos e serviços aos seus associados.

Mas a infra-estrutura para a nossa região é necessária. O aeroporto regional, sr. Argemiro, desculpe-me porque não o citei como ex-presidente, vai ser inaugurado este ano, tenho certeza disso. A obra está bem adiantada. Temos dúvidas em relação à administração, mas hoje temos poder, em função da carta assinada pelo governo do estado, de decisão. O Murilo hoje está encarregado de trabalhar junto com o governo do estado para definir melhor a questão da administração desse aeroporto, para que ele não seja apenas uma obra física, mas tenha a estrutura adequada para funcionar como negócio. E tem que ser negócio de sucesso, pois a região, com certeza, vai ser a grande vencedora com isso.

Com relação ao porto de Imbituba, todos sabem os investimentos que estão sendo feitos. O projeto da ferrovia litorânea ainda é um sonho, mas ela é necessária para alavancar a economia da região. E temos o problema da BR-101. Realmente, a BR-101 é um caos. Ela

pode ser concluída, mas temos gargalos como o Morro do Formigão, como a ponte da Cabeçada, que mesmo que sejam equacionados, temos pelo menos três anos de afunilamento para serem vividos.

Precisamos do empenho de todos, da classe empresarial, da classe política para que isso realmente seja resolvido.

Eu gostaria de agradecer aos deputados aqui presentes: José Nei Ascari, Joares Ponticelli e Manoel Mota, que participam sempre do Conselho Político Empresarial para o Desenvolvimento da Região, que juntamente da Amurel e as demais Associações Empresariais da região fazem reuniões mensais buscando alternativas de solução. É o envolvimento da classe empresarial e da classe política. Nós, empresários, estamos solicitando que a classe política resolva a situação.

Não vou alongar-me muito, nunca fui de discurso muito longo, na realidade a noite de hoje é somente para agradecer. E gostaria de agradecer a todos os diretores da Associação Empresarial, a todos os colaboradores, a todos os ex-presidentes, enfim, a todos aqueles que construíram nesses 60 anos a história da Acit.

A mola mestre da economia no Brasil, a mola mestre da economia em Santa Catarina, em Tubarão são o comércio, a indústria e os serviços e todos participam da Associação Empresarial.

Para encerrar, gostaria de pedir licença a todos para homenagear não somente os ex-presidentes, mas todos os ex-diretores que aqui estão. E chamo esta homenagem um pouquinho para mim, falando naquela pessoa que me colocou dentro da Acit, que foi diretor e que sempre contribuiu para com ela: meu pai, o empresário João Nunes.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI -

A missão de deputado, colegas Joares Ponticelli e Manoel Mota, missão constitucional e regimental, é legislar e fiscalizar. Mas não podemos limitar-nos a essas atribuições. Precisamos defender o estado e precisamos fazer o que fizemos aqui nesta noite: homenagear e reconhecer o trabalho das

pessoas e das entidades.

Uma região que se preza, uma região que busca o seu desenvolvimento precisa de entidades fortes e a Acit cumpre muito bem esse papel.

Aqui se falou muito que o sul do estado precisa, e todos nós reconhecemos, de muitos investimentos, de parcerias com o poder público estadual e com o poder público federal. Mas tenho a convicção e a certeza de que se aproveitarmos este momento e caminharmos juntos - e aí falo da classe empresarial, da classe política, das lideranças comunitárias, da imprensa -, teremos um futuro promissor.

Nós somos realistas, sabemos das dificuldades, mas também somos otimistas e os indicativos dão conta de que com esse trabalho conjunto vamos superar as dificuldades e voltaremos, deputado Joares Ponticelli, daqui a 40 anos para comemorar numa grande festa, aí, sim, o centenário desta entidade e as conquistas que nesse período com certeza teremos pela frente.

Então, parabéns a todos. Parabéns à Acit, parabéns aos atuais diretores, parabéns àqueles que ao longo de uma história maravilhosa de 60 anos deram sua importante contribuição.

Agradeço aos servidores da Assembleia Legislativa, que aqui mais uma vez fizeram um belo trabalho na organização deste evento.

Quero também agradecer à imprensa, que fez a cobertura deste momento histórico.

Agradeço a presença das autoridades com assento à mesa e a todos aqueles que nos honraram com seu comparecimento e convidou-os a participar de um coquetel, oferecido pela Acit, logo após o término desta sessão, neste mesmo recinto.

Convido todos para, de pé, ouvirem a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão solene, convoca outra, ordinária, para o próximo dia 13, terça-feira, às 14h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 116, de 13 de março de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **MARIA DE FATIMA BARRETO BECKER**, matrícula nº 1402, da função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 02 de março de 2012 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 117, de 13 de março de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **EDUARDO BALDUINO MACHRY**, matrícula nº 0840, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a Função de Assessoria Técnica Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 02 de março de 2012 (Gab Dep Maurício Eskudlark).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 118, de 13 de março de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *atendendo o disposto no artigo 2º do Ato da Mesa nº 268, de 28 de junho de 2006,*

Art. 1º Reajustar o valor do auxílio-educação para R\$ 400,00 (quatrocentos reais), que passa a vigorar a partir de 1º de março de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 119, de 13 de março de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0398/2012,

RESOLVE: *com fundamento no art. 77 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, com redação dada pelo art. 190, da Lei Complementar nº 381, de 2007*

CONCEDER ao servidor **WALMOR BITTENCOURT**

CORREA, matrícula nº 0613, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-52, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE INTERESSES PARTICULARES, por 06 (seis) anos, a partir de 02 de março de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 120, de 13 de março de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0118/2012,

RESOLVE: *com fundamento no art. 1º, § 19, da EC nº 41/2003*

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao

valor da contribuição previdenciária ao servidor **IVENS ANTONIO SCHERER**, matrícula nº 1678, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-64, a contar de 01 de janeiro de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 121, de 13 de março de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0383/2012,

RESOLVE: *com fundamento no art. 2º, § 5º, da Emenda Constitucional nº 41/2003,*

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao

valor da contribuição previdenciária à servidora **SONIA VALDIRA DE CARVALHO BERNARDES**, matrícula nº 1105, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-64, a contar de 1º de novembro de 2011.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 122, de 13 de março de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0459/2012,

RESOLVE: *com fundamento no art. 2º, § 5º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,*

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária ao servidor **ZULMAR HERMOGENES SAIBRO**, matrícula nº 1257, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-56, a contar de 14 de setembro de 2010.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 123, de 13 de março de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2405/2011,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR ao servidor **DIEGO VIEIRA DE SOUZA**, matrícula nº 6302, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 24 de fevereiro de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 124, de 13 de março de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1606/2011,

RESOLVE: *com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011,*

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **TANIA REGINA DE OLIVEIRA GUERREIRO**, matrícula nº 1882, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-44, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 29,17% (vinte e nove vírgula dezessete por cento) da Função de Confiança, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, com eficácia financeira a contar de 10 de fevereiro de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE e VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às quatorze horas do dia 07 de março do ano de dois mil e doze, reuniram-se no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina os Senhores Deputados: Aldo Schneider; José Milton; Narcizo Parizotto; Mauro de Nadal; Dirceu Dresch; Adilor Guglielmi e José Nei Alberton Ascarí, para instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural. Os trabalhos

foram abertos pelo Deputado Narcizo Parizotto o qual, em obediência ao Regimento Interno, solicitou aos membros candidatos a Presidente e Vice-Presidente que fizessem suas inscrições visando concorrer aos cargos. Foi apresentada uma chapa com o nome do Senhor Deputado Aldo Schneider para eleição a Presidente e o Deputado José Milton a Vice-Presidente. Prosseguiu-se a chamada nominal e exerceu o direito de voto todos os membros presentes, tendo sido eleito o Senhor Deputado Aldo Schneider para o cargo de Presidente e o Deputado José Milton para vice-presidente. A posse dos mesmos deu-se em seguida a eleição. Logo após, o Presidente eleito colocou em discussão e votação o Requerimento do Deputado Mauro de Nadal, solicitando uma audiência pública para discutir medidas administrativas no sentido de proteger a cadeia produtiva do Estado de Santa Catarina, frente à importação de leite e derivados oriundos dos países do Uruguai e

Argentina. A data e horário serão combinados conforme disponibilidade da Comissão. Foi aprovada por unanimidade; Seguindo fez a leitura do requerimento do Deputado Dirceu Dresch, solicitando Audiência Pública para debater a situação dos integrados com a Seara Alimentos, Empresa do Grupo Marfrig, que encerrou sua produção de frangos in natura e cortes desossados do complexo agroindustrial de Jaraguá do Sul, trazendo problemas para milhares de avicultores da região do Vale do Itajaí e do Vale do Itapocu. Foi Aprovado por unanimidade; Foi Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia Maria da Silveira Chefe de Secretária lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e demais membros. Florianópolis, 07 de março dois mil e doze.

Deputado Aldo Schneider - Presidente

Deputado José Milton - Vice-Presidente

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Narcizo Parizotto

Deputado Adilor Guglielmi

Deputado José Nei Alberton Ascari

Deputado Mauro de Nadal

*** X X X ***

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia sete de março de dois mil e doze, sob a presidência do **Deputado Marcos Vieira**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Aldo Schneider, Deputado Mauricio Eskudlark, substituindo o Deputado Darci de Matos, Gilmar Knaesel, Deputado Dirceu Dresch substituindo a Deputada Luciane Carminatti, Neodi Saretta, Manoel Mota e Sargento Amauri Soares. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em discussão a ata da 2ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, antes de relatar as matérias em pauta o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Deputado Sílvio Dreveck, que se despiu e deixou agradecimentos, pelos cinco anos que participou desta Comissão com os demais Deputados e comunicou que quem irá substituí-lo será **Deputado Valmir Comin**. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados, para relatarem as matérias em pauta: o **Deputado Neodi Saretta** relatou o PL/0374.6/2010, que dispõe sobre a estadualização da rodovia municipal que liga os municípios de Quilombo e Jardimópolis, e adota outra providência, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, o Deputado Manoel Mota, juntamente com os Deputados Mauricio Eskudlark e Sargento Amauri Soares pediram votos vistas em gabinete. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Wilson Elias Vieira Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, sete de março de dois mil e doze.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

REPUBLICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 600 LICENÇAS DE USO PARA SOLUÇÃO DE SEGURANÇA DE E-MAILS .

DATA: 27/03/2012 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 27 de março de 2012. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 14 de março de 2012.

Lonarte Sperling Veloso

Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISOS DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 274/2012, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 007/2012, (Republicação) obteve o seguinte resultado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 1100 LICENÇAS DE SOLUÇÃO PARA PROTEÇÃO CORPORATIVA CONTRA VÍRUS E OUTROS (INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO COM ATENDIMENTO "ON LINE" E "ON SITE") E 600 LICENÇAS DE USO PARA SOLUÇÃO DE SEGURANÇA DE E-MAILS

Lote Único

Restou deserto.

Florianópolis, 12 de março de 2012

JUÇARA HELENA REBELATTO

PREGOEIRA

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 285/2012, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 009/2012 rep., obteve o seguinte resultado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS E SERVIÇOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "PROGRAMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ENTORNO DA ALESC".

Lote 01 - Restou deserto.

Lote 02 - Vencedora: AMAURI MOTOS

Valor do Último Lance: R\$ 30.780,00

Lote 03 - Restou deserto.

Lote 04 - Restou deserto.

Lote 05 - Restou deserto.

Florianópolis, 14 de março de 2012

ANTONIO HENRIQUE C. BULCÃO VIANNA

PREGOEIRO

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 275/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 010/2012, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTOS (COFFEE BREAK) EM EVENTOS NO ÂMBITO DA ALESC.

Lote 01 -

Vencedora: RL PRODUTOS E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA- ME

Valor do Último Lance: R\$ 69,90

Lote 02 -

Vencedora: RL PRODUTOS E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA- ME

Valor do Último Lance: R\$ 27,90

Florianópolis, 13 de março de 2012

HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO

PREGOEIRO

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n. 328/2012, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 003/2012 3º REP, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE 05 (CINCO) EQUIPAMENTOS RICOH COM FORNECIMENTO DE CONSUMÍVEIS/INSUMOS (TONNER, CILINDROS E PEÇAS DE DESGASTE) PARA UMA FRANQUIA MENSAL DE 200.000 CÓPIAS/IMPRESSÃO P&B TAMANHO A4 e A3 E 100.000 CÓPIAS/IMPRESSÃO COLORIDAS TAMANHO A4 e A3.

LOTE ÚNICO

Restou fracassado.

Florianópolis, 15 de março de 2012

JUÇARA HELENA REBELATTO

PREGOEIRA

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 022/2012

REFERENTE: Inexigibilidade nº 004/2012 celebrado em 02/03/2012.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Cooperfil Produtos e Serviços e Comunicação Ltda.

OBJETO: Inscrição de 10 (dez) servidores da ALESC no evento intitulado de "HUMANIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO" que acontecerá na cidade de Florianópolis nos dias 05 e 06 de março de 2012.

VALOR GLOBAL: R\$ 15.000,00
 FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, I, da Lei nº 8.666/93; Processo Licitatório nº 005/2012-LIC; Autorização Administrativa.
 ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação: 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos)
 Item Orçamentário: 3.3.90.39.31 (Inscrições em Eventos).
 Florianópolis, 09 de março de 2012.
 Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO 023/2012

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 003/2012

Item	Qtd	Un	Produtos	Marca	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	10	UN	DESEMPENADEIRA DE AÇO PARA PINTURA	Momfort	6,53	65,30
2	10	UN	ESPÁTULA COM CABO DE MADEIRA 10 CM DE LÂMINA	Castor	5,37	53,70
3	10	UN	BANDEJA PARA PINTURA	Nacional	3,26	32,60
4	10	UN	CABO PARA ROLO DE PINTURA DE 23 CM	Tigre	3,59	35,90
5	5	UN	GALÃO DE 3,6 LITROS OSMOCOLOR OU SIMILAR, COR IMBUÍDA	Sayerlac	82,50	412,50
6	5	UN	SELADOR PARA ACABAMENTO GALÃO 3,6	Resicolor	67,00	335,00
7	5	LATA	TEXTURA ACRÍLICA 18 LITROS NA COR BRANCA FOSCO	Colorline	72,00	360,00
8	20	UN	PINCEL CHATO Nº 02	Roma	1,26	25,20
9	20	UN	PINCEL CHATO Nº 1/2"	Nacional	1,23	24,60
10	20	UN	PINCEL CHATO Nº 1 1/2"	Nacional	2,12	42,40
11	20	UN	PINCEL CHATO Nº 3"	Nacional	4,95	99,00
12	20	UN	PINCEL CHATO Nº 3 1/2"	Nacional	6,75	135,00
13	20	UN	ROLO DE LÃ PARA PINTURA 15 CM	Dragon	2,99	59,80
14	20	UN	ROLO DE LÃ PARA PINTURA 23 CM	Dragon	5,99	119,80
15	10	UN	ROLO DE ESPUMA PARA PINTURA 9 CM	Dragon	1,01	10,10
16	10	UN	ROLO DE ESPONJA PARA PINTURA 23 CM	Dragon	2,13	21,30
17	5	LATA	TINTA ACRÍLICA FOSCA 18 LITROS NA COR PALHA	Ameritintas	110,00	550,00
18	5	LATA	TINTA ACRÍLICA FOSCA 18 LITROS NA COR MARFIM	Ameritintas	110,00	550,00
19	10	LATA	TINTA ACRÍLICA FOSCA 18 LITROS BRANCO NEVE	Ameritintas	110,00	1.100,00
20	5	LATA	TINTA ACRÍLICA FOSCA 18 LITROS NA COR CONCRETO	Ameritintas	110,00	550,00
21	10	LATA	TINTA ACRÍLICA FOSCA 18 LITROS COD. X-060	Ameritintas	110,00	1.100,00
22	10	GALAO	MASSA CORRIDA 3,6L	Colorline	14,88	148,80
23	10	GALAO	TINTA ACRÍLICA PARA PISO PRETA, 3,6 LITROS	Resicolor	34,64	346,40
24	10	GALAO	TINTA ACRÍLICA PARA PISO VERMELHA, 3,6 LITROS	Resicolor	34,64	346,40
25	10	GALAO	TINTA ACRÍLICA PARA PISO AMARELA, 3,6 LITROS	Resicolor	34,64	346,40
26	10	GALAO	TINTA ESMALTE SINTÉTICO A BASE DE ÁGUA, NA COR BRANCA, 3,6 LITROS	Resicolor	75,50	750,00
27	10	GALAO	TINTA ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO NA COR BRANCA, 3,6 LITROS	Resicolor	47,70	477,00
28	10	UN	DESEMPENADEIRA PARA MASSA CORRIDA, EM AÇO	Castor	8,81	88,10
29	10	LATA	LATA DE THINNER	Gol	5,54	55,40
30	20	LATA	SOLVENTE LATA	Gol	4,67	93,40

Valor Total R\$ 8.334,10

1ª REGISTRADA: AMERITINTAS LTDA

Endereço: Rua Prof. Regina M.S.W. Ramos, 34, Serraria, São José, Santa Catarina.
 CEP 88113/140

Fone/fax (48) 3257-8473 e (48) 3258-1144

e-mail gino@ameritintas.com

CNPJ/MF nº 10.262.999/0001-09

2ª REGISTRADA: FÁBIO ANTÔNIO DOS SANTOS-ME

Florianópolis, 09 de março de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

*** X X X ***

RERRATIFICAÇÃO

EXTRATO Nº 224/2011

Diante de lapso de secretaria rerratifica-se o Extrato CL nº 224/2011, conforme segue:

EXTRATO Nº 224/2011

REFERENTE: Ao Contrato CL nº 034/2009-00

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Quality's Coletas Transportes Serviços Ltda-Me

OBJETO: A presente rerratificação tem por objeto alterar o número do termo aditivo que há época (13/12/2011) foi publicado como se fosse 034/2009-03 quando o correto era 034/2009-04.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; item 4.2 da Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa.

Florianópolis, 14 de março de 2012.

Deputado Gelson Merisio - ALESC

Sócio Administrador- Edson Adilso Heck.

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 016/12

Joinville, 06 de março de 2012
 Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação Joinvilense de Apoio e Inclusão de Crianças Especiais**, de Joinville referente ao exercício de 2011.

Gilmar Kuerten
 Presidente da AJAICE

Lido no Expediente
 Sessão de 14/03/12

OFÍCIO Nº 017/12

Joinville, 06 de março de 2012
 Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Multirão do Amor - Sociedade Beneficente**, de Joinville referente ao exercício de 2011.

Mery Paul
 Presidente

Lido no Expediente
 Sessão de 15/03/12

Ofício nº 012/2012

Exmo. Senhor

Dep. **Gelson Merisio**

Presidente Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Senhor Presidente,

Com meus cumprimentos, comunico Vossa Excelência, de decisão da Bancada de deputados do PMDB, que a partir desta data, fui escolhido para assumir o cargo de "LÍDER DA BANCADA DO PMDB", nesta augusta Casa.

Solicito a Vossa Excelência que determine aos setores competentes (ANAIS e INFORMÁTICA), para fazerem as alterações necessárias nos registros funcionais.

Atenciosamente,

Deputado ALDO Schneider
Lider da Bancada

Lido no Expediente
Sessão de 15/03/12

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 535, de 15 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **SOLANGE MARIA DOS SANTOS**, matrícula nº 9181, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 15 de março de 2012 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 536, de 15 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR SOLANGE MARIA DOS SANTOS, matrícula nº 9181, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 15 de março de 2012 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 537, de 15 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ARILSON MACHADO**, matrícula nº 4908, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 15 de março de 2012 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 538, de 15 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ARILSON MACHADO, matrícula nº 4908, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-74, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 15 de março de 2012 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 539, de 15 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MIRELLE GRABOSKI DOS PASSOS**, matrícula nº 6066, do cargo de Secretário Parlamentar,

código PL/GAB-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 15 de março de 2012 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 540, de 15 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MIRELLE GRABOSKI DOS PASSOS, matrícula nº 6066, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 15 de março de 2012 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 541, de 15 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MAIKO RODRIGO SLOGO, matrícula nº 4439, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-03, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Padre Pedro Baldissera).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 542, de 15 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ROSEMBERG LAUREANO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Serafim Venzon - Lauro Müller).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 543, de 15 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANTONIO QUIRINO GOULART, matrícula nº 5719, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jailson Lima da Silva - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 544, de 15 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**.

Gab Dep Silvío Dreveck

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade	A contar de
5495	PAULO GONCALO RONCONI	RIO NEGRINHO	01/12/2011
6860	ISRAEL ISAAC DA SILVA	SÃO JOSÉ	01/03/2012

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 545, de 15 de março de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **MARCIO LUIZ PAVAN**, matrícula nº 1357, na CGP - Secretaria Executiva de Relações Institucionais.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 092/2012

Institui a obrigatoriedade de mensagem aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial.

Art. 1º As mensagens da publicidade de atos, programas, serviços e campanhas das administrações direta, indireta e fundacional do Estado de Santa Catarina veiculadas na televisão terão tradução simultânea para a linguagem de sinais e serão apresentadas em legendas para os portadores de deficiência auditiva.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente

Sessão de 14/03/12

JUSTIFICATIVA

A necessidade de inclusão social das pessoas portadoras de deficiência é algo que deve ser levado em consideração pelo Poder Público, com ações que propiciem a acessibilidade a todos os portadores de deficiência.

Desde meados dos anos 80 os portadores de deficiência vem exigindo a eliminação de barreiras que existem perante a sociedade e comunidade, sendo elas tanto físicas com as barreiras arquitetônicas, como ambientais relacionadas aos obstáculos existentes em toda conjuntura estrutural de todas as cidades.

Com o início dos anos 90 evidenciou-se a problemática da acessibilidade além das barreiras físicas e arquitetônicas, teríamos também as barreiras no transporte e na comunicação, pontos primordiais para que direito de ir e vir e de liberdade de expressão sejam efetivados a estas pessoas que precisam de um acesso qualificado a todos os pontos de atenção à comunidade.

A implementação de uma sociedade para todos inicia com a garantia de acessibilidade em todas as dimensões, sejam elas, desde o cotidiano da pessoa e seus processos sociais até a formulação de programas e políticas governamentais e institucionais. Podemos em contrapartida, refletir que uma sociedade acessível é pré-requisito para uma sociedade inclusiva, que respeita, reconhece e responde a todas as necessidades de todos os cidadãos.

O decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004 vem regulamentar a lei da acessibilidade no País, proporcionando subsídios para a garantia de acesso a todos os portadores de deficiência tanto em seu atendimento prioritário, acessibilidade arquitetônica, urbanística, de transporte coletivo e o acesso à informação e à comunicação.

Proporcionar um qualificado acesso à informação e à comunicação é contribuir para com o cumprimento da cidadania dos portadores de deficiência.

Assim, solicitamos o acolhimento deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 093/2012

Declara de utilidade pública a Associação de Educação Complementar Puro Amor.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Educação Complementar Puro Amor.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 14/03/12

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação de Educação Complementar Puro Amor.

A presente entidade tem por escopo promover a assistência nas áreas da educação, saúde, infância e adolescência.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados o presente projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 094/2012

Altera a Lei nº 4.756, de 30 de junho de 1972, que declara de utilidade pública a Sociedade Recreativa 3 de Maio.

Art. 1º A Lei nº 4.756, de 30 de junho de 1972, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Associação Três de Maio, de Capivari de Baixo.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Três de Maio, com sede no município de Capivari de Baixo.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Dirce Heiderscheidt

Lido no Expediente

Sessão de 14/03/12

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que visa alterar a Lei nº 4.756, de 30 de junho de 1972, em razão da mudança da denominação, demonstrada nos documentos anexos.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 095/12

Declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Garopaba.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Garopaba, com sede no município de Garopaba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Narcizo Parisotto

Lido no Expediente

Sessão de 14/03/11

JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências o Projeto de Lei que visa declarar de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Garopaba, com sede no município de Garopaba.

Diante da relevância dos propósitos no qual se pauta a referida Associação, que tem por finalidade congregar os aposentados e pensionistas do município, realizar estudos, conferências, cursos visando dar a seus associados conhecimento de seus direitos junto aos órgãos da Previdência e prestar assistência médica em ambulatório, conforme o disposto em seu estatuto, solicito o acolhimento da presente proposição, a qual submeto a apreciação e aprovação dos nobres Deputados, para que a entidade possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 096/2012

Altera a Lei nº 11.221, de 17 de novembro de 1999, que “estabelece a obrigatoriedade para os municípios de manterem banheiros públicos em condições de uso, nas áreas centrais das cidades”.

Art. 1º A ementa da Lei nº 11.221, de 17 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Estabelece a obrigatoriedade para os municípios de manterem banheiros públicos em condições de uso e adota outras providências.”

Art. 2º Os arts. 1º e 2º, da Lei nº 11.221, de 17 de novembro de 1999, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade para os municípios do Estado de Santa Catarina de manterem banheiros públicos em condições de uso.”

§ 1º Os banheiros previstos por esta Lei deverão ter adaptações próprias para utilização por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, observando, entre outras necessidades a serem estabelecidas em regulamentação, a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário e nas edificações.

§ 2º O serviço a ser ofertado deverá observar as condições de higiene e conservação, adotadas conforme normas e padrões estabelecidos pelos órgãos competentes e deverão estar localizados em área de livre acesso às pessoas que transitam nos bens de utilização pública.

Art. 2º Para efeitos da presente Lei, os municípios deverão implementar um banheiro, de utilização gratuita e separados por sexo, para cada contingente de quinze mil habitantes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Aldo Schneider

Lido no Expediente

Sessão de 14/03/12

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresentamos à consideração dos Pares deste Parlamento visa alterar a Lei nº 11.221, de 17 de novembro de 1999, que “estabelece a obrigatoriedade para os municípios de manterem banheiros públicos em condições de uso, nas áreas centrais das cidades”.

Impende registrar que grande parte da população catarinense tem dificuldades em face da enorme carência de banheiros públicos, culminado em problema dramático que afeta quem passa pelas ruas e necessita usar um sanitário, e não verifica disposição. Esta carência tem repercussões negativas, inclusive, ao turismo.

Com muita propriedade a Lei nº 11.221, de 17 de novembro de 1999, prescreveu a obrigatoriedade da disposição em evidência, a qual necessita execução plena, com as adaptações que entendemos relevantes, ora produzidas.

Destarte, em espaços públicos onde não há banheiro público, todo dia pessoas pedem para usar o sanitário de uma loja ou algum estabelecimento, recebendo, por vezes, motivos de aborrecimentos.

O uso de sanitários passa, em algumas situações, a ser cobrado pelas unidades privadas. Por isso, e principalmente considerando as dificuldades encontradas pelos usuários ao acesso, importante estar consignada a gratuidade daquela estrutura pública.

De outro lado, importante ressaltar a necessidade de se impor a adaptação às pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida, como ter piso antiderrapante, rampas de acesso e barras de apoio para deficientes ou idosos. Não adiantaria a um deficiente físico, idoso ou à pessoa com mobilidade reduzida, estrutura carente de acessibilidade, sem atenção às normas técnicas necessárias para atender a essa camada da sociedade.

O problema é sério. A legislação existe e precisa ser cumprida com maiores características.

Outro aspecto é a inserção da observância das condições de higiene e conservação, a serem adotadas conforme normas e padrões estabelecidos pelos órgãos competentes, bem como a localização dessas unidades deverão observar área de livre acesso às pessoas que transitam nos bens de utilização pública.

Ainda, prevemos a separação por sexo e a implantação de uma estrutura a cada quinze mil habitantes, visando alcançar maior número de pessoas.

Assim, solicitamos a aprovação da iniciativa por esta Casa Legislativa.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 097/2012

Dispõe sobre a dispensa tarifária de água e de energia elétrica e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída a dispensa tarifária de água e de energia elétrica às famílias com renda de até um salário mínimo.

Parágrafo único. O benefício de que trata o “caput” deste artigo será concedido ao titular da conta que apresentar consumos não superiores ao estabelecido em regulamentação.

Art. 2º A habilitação ao benefício previsto por esta Lei dependerá de cadastro específico, sendo comprovado, além da renda familiar inferior ao limite, o cumprimento dos demais requisitos exigidos à concessão da dispensa.

§ 1º Poderá ser beneficiada a família que possua renda superior, até o limite de dois salários mínimos, que tenha entre seus membros portadores de doença ou patologia cujo tratamento ou procedimento médico pertinente requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de água e de energia elétrica, nos termos do regulamento.

§ 2º O benefício será aplicado somente a uma única unidade consumidora por família de baixa renda.

Art. 3º Sob pena da perda do benefício, os cadastrados, no caso de mudança de residência, deverão informar o seu novo endereço para as distribuidoras de água e de energia elétrica no prazo de até cinco dias contados da data da mudança.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no “caput” implicará na cobrança dos valores apurados a partir da data da mudança, acrescidos dos encargos legais.

Art. 4º O Poder Executivo promoverá a regulamentação, prevendo, além de outros critérios, as particularidades de visitas de assistente social, dimensões das residências, as condições de fiscalização e as sanções cabíveis em caso de descumprimento desta Lei, no prazo de sessenta dias contados a partir da data da publicação desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Aldo Schneider

Lido no Expediente

Sessão de 14/03/12

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora apresentamos à consideração dos Pares deste Parlamento visa disciplinar a dispensa tarifária de água e de energia elétrica e dá outras providências.

Com efeito, constantemente se verifica a existência de pessoas, com ínfimas rendas, passando por dificuldades financeiras que chegam a atingir carências de cunho alimentar. As obrigações decorrentes das tarifas de serviço público, que tem o seu peso em qualquer orçamento familiar, ensejam especial preocupação do Poder Público. É destaque, então, a instituição de sistematização que venha possibilitar melhores condições de vida, economia e subsistência.

Importante enfatizar que o histórico das pessoas menos favorecidas financeiramente leva à conclusão de necessidade de criação de mais regras de valor social, que possam efetivamente dar estabilidade ao ininterrupto alcance aos serviços públicos, evitando desgastes familiares e os constantes cortes de fornecimento, estes dificultando ainda mais a vida.

De outro lado, não seria aconselhável a criação de sistematização sem a efetiva fiscalização e o correto controle, para que venha a atender efetivamente aqueles cidadãos que tem reais dificuldades financeiras. Por isso, além das normas propostas na iniciativa em condão, o Poder Executivo promoverá a regulamentação, identificando condições e dosimetrias a serem respeitadas para concreção da espécie.

Destarte, a matéria também vai ajudar na economia de energia e de água, a partir do estabelecimento de limite de consumo às famílias beneficiadas certamente incentivará o uso racional, o que é fundamental nos dias de hoje, visto serem bens comuns e precisam ser usados com consciência. Segundo a Organização Mundial de Saúde, a quantidade mínima para atender necessidades básicas, como alimentação e higiene pessoal, são de 50 litros por pessoa, cujo critério certamente será utilizado para a conclusão da regulamentação.

Portanto, vislumbramos a proposta como um instrumento de grande impacto social, que fará justiça também a pessoas com deficiências e suas famílias.

Assim, solicitamos aos Pares desta Casa a aprovação da iniciativa que ora apresentamos.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI 098/2012

Revoga a Lei nº 12.020, de 14 de dezembro de 2001, que declara de utilidade pública a Associação da Terceira Idade e Assistencial São José Operário, de Blumenau.

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 12.020, de 14 de dezembro de 2001, que declarada de utilidade pública a Associação da Terceira Idade e Assistencial São José Operário, de Blumenau.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Romildo Titon

Lido no Expediente

Sessão de 14/03/12

JUSTIFICATIVA

Por meio do processado nos autos do Ofício nº 0586.1/2001, ficou constatado que a Associação da Terceira Idade e Assistencial São José Operário do Município de Blumenau, está inativa desde o ano de 2006, pois não existem relatórios anuais de movimentação financeira ou de atividades exercidas.

Assim sendo, diante do não cumprimento dos dispositivos contidos no art. 3º da Lei nº 15.125, de 2010, e contatada a inatividade da entidade é que apresento o presente Projeto de Lei revogatório da Lei nº 12.020, de 14 de dezembro de 2001.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI Complementar Nº 0005/2012

Altera dispositivos da Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002, cria cargos e modifica a estrutura dos órgãos e serviços auxiliares de apoio técnico e administrativo do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 3º da Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.3º.....

II -

d) a Coordenadoria de Informação Social.

III - nas Subprocuradorias-Gerais de Justiça:

a) o Gabinete do Subprocurador-Geral de Justiça;

b) a Assessoria do Subprocurador-Geral de Justiça; e

c) a Gerência de Acompanhamento dos Fundos Especiais.

IV -

d) a Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas, compreendendo:

1. a Gerência Operacional de Tramitação e Informação de Processos.

e) a Coordenadoria-Geral Administrativa, a qual estão subordinadas:

1. a Coordenadoria de Finanças e Contabilidade,

compreendendo:

1.1. a Gerência de Finanças;

1.2. a Gerência de Contabilidade; e

1.3. a Gerência de Execução Orçamentária.

2. a Coordenadoria de Operações

Administrativas, compreendendo:

2.1. a Gerência de Almoxarifado;

2.2. a Gerência de Compras;

2.3 a Gerência de Transportes;

2.4. a Gerência de Patrimônio; e

2.5. a Gerência de Contratos.

3. a Coordenadoria de Recursos Humanos,

compreendendo:

3.1. a Gerência de Legislação de Pessoal;

3.2. a Gerência de Cadastro e Informações Funcionais;

3.3. a Gerência de Desenvolvimento de Pessoas;

3.4. a Gerência de Estágio; e

3.5. a Gerência de Atenção à Saúde.

4. a Coordenadoria de Pagamento de Pessoal,

compreendendo:

4.1. a Gerência de Remuneração Funcional.

5. a Coordenadoria de Tecnologia de

Informação, compreendendo:

5.1. a Gerência de Rede e Banco de Dados;

5.2. a Gerência de Desenvolvimento;

5.3. a Gerência de Suporte; e

5.4. a Gerência de Processos Jurídicos Digitais.

6. a Coordenadoria de Planejamento, compreendendo:

6.1. a Gerência de Informações e Projetos.

7. a Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura,

compreendendo:

7.1. a Gerência de Manutenção; e

7.2. a Gerência de Logística.

.....
X - no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional o Gabinete do Diretor, compreendendo:

1. a Gerência de Publicações e Revisões;

2. a Gerência de Capacitação e Aperfeiçoamento;

3. a Gerência de Biblioteca; e

4. a Gerência de Arquivo e Documentos.”

Art. 2º Fica acrescido o Parágrafo Único ao artigo 3º da Lei Complementar n. 223, de 2002, nos seguintes termos:

“Art. 3º.....

Parágrafo Único. Ficam criadas na estrutura do Centro de Apoio Operacional de Informações e Pesquisas:

1. a Gerência de Análise Contábil; e

2. a Gerência de Análise Multidisciplinar.”

Art. 3º Ficam criados no Anexo I da Lei Complementar n. 223, de 2002, os seguintes cargos, nível inicial “7” e referência inicial “F”, de provimento efetivo do grupo Ocupacional de Atividades de Nível Superior - ANS, do Quadro de Pessoal do Ministério Público:

I - 1 (um) cargo de Analista em Pedagogia;

II - 1 (um) cargo de Analista em Psicologia;

III - 1 (um) cargo de Analista em Serviço Social;

IV - 1 (um) cargo de Analista em Arquitetura;

V - 2 (dois) cargos de Analista em Administração;

VI - 13 (treze) cargos de Analista em Tecnologia da Informação;

VII - 1 (um) cargo de Analista de Geoprocessamento;

VIII - 2 (dois) cargos de Analista em Letras;

IX - 2 (dois) cargos de Analista em Arquivologia; e

X - 2 (dois) cargos de Analista do Ministério Público.

Art. 4º Ficam criados no Anexo II da Lei Complementar n. 223, de 2002, os seguintes cargos, nível inicial “6” e referência inicial “A”, de provimento efetivo do Grupo Ocupacional de Atividades de Nível Médio - ANM, do Quadro de Pessoal do Ministério Público:

I - 34 (trinta e quatro) cargos de Técnico em Informática; e

II - 14 (catorze) cargos de Técnico do Ministério Público.

Art. 5º Ficam criados no Anexo IV da Lei Complementar n. 223, de 2002, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - 13 (treze) cargos de Assessor Jurídico, nível CMP-2;

II - 1 (um) cargo de Assessor em Comunicação, nível CMP-3;

III - 7 (sete) cargos de Assessor de Gabinete, nível CMP-4;

IV - 1 (um) cargo de Gerente de Contratos, nível CMP-5;

V - 1 (um) cargo de Gerente de Logística, nível CMP-5;

VI - 1 (um) cargo de Gerente de Cadastro e Informações Funcionais, nível CMP-5;

VII - 1 (um) cargo de Gerente de Desenvolvimento de Pessoas, nível CMP-5;

VIII - 1 (um) cargo de Gerente de Estágio, nível CMP-5;

IX - 1 (um) cargo de Gerente de Publicações e Revisões, nível CMP-5;

X - 1 (um) cargo de Gerente de Capacitação e Aperfeiçoamento, nível CMP-5;

XI - 1 (um) cargo de Gerente de Acompanhamento dos Fundos Especiais, nível CMP-5;

XII - 1 (um) cargo de Gerente de Análise Contábil, nível CMP-5;

XIII - 1 (um) cargo de Gerente de Análise Multidisciplinar, nível CMP-5;

XIV - 1 (um) cargo de Gerente Operacional de Tramitação e Informação de Processos, nível CMP-5;

XV - 1 (um) cargo de Gerente de Execução Orçamentária, nível CMP-5;

XVI - 1 (um) cargo de Gerente de Remuneração Funcional, nível CMP-5;

XVII - 1 (um) cargo de Gerente de Atenção à Saúde, nível CMP-5; e

XVIII - 1 (um) cargo de Coordenador de Informação Social, nível CMP-6.

Art. 6º Fica extinto no Anexo IV e XV da Lei Complementar n. 223, de 2002, o cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, nível CMP-6.

Art. 7º Ficam transformados 9 (nove) cargos de provimento em comissão de Assessor de Coordenador, integrante do Quadro de Pessoal do Ministério Público, nível CMP-4, previsto no Anexo IV e XV da Lei Complementar n. 223, de 2002, em cargos de provimento em comissão de Assessor de Gabinete, nível CMP-4.

Art. 8º Ficam transformados 2 (dois) cargos de provimento em comissão de Jornalista, integrante do Quadro de Pessoal do Ministério Público, nível CMP-3, previsto no Anexo IV e XV da Lei Complementar n. 223, de 2002, em cargos de provimento em comissão de Assessor em Comunicação, nível CMP-3.

Art. 9º Ficam transformados 6 (seis) cargos de provimento em comissão de Secretário Executivo, integrante do Quadro de Pessoal do Ministério Público, nível CMP-3, previsto no Anexo IV e XV da Lei Complementar n. 223, de 2002, em cargos de provimento em comissão de Assessor de Gabinete, nível CMP-4.

Art. 10 O cargo de provimento em comissão de Coordenador-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio

Técnico e Administrativo, integrante do Quadro de Pessoal do Ministério Público, previsto no Anexo IV e XV da Lei Complementar n. 223, de 2002, passa a denominar-se Coordenador-Geral Administrativo.

Art. 11. O cargo de provimento em comissão de Coordenador de Planejamento e Estratégias Organizacionais, integrante do Quadro de Pessoal do Ministério Público, previsto no Anexo IV e XV da Lei Complementar n. 223, de 2002, passa a denominar-se Coordenador de Planejamento.

Art. 12. Ficam transformados 15 (quinze) cargos de provimento efetivo de Analista de Sistemas, integrantes do Quadro de Pessoal do Ministério Público, previsto no Anexo I da Lei Complementar n. 223, de 2002, em Analista em Tecnologia da Informação.

Art. 13. Ficam excluídas as atribuições do cargo efetivo de Analista de Sistemas fixadas no Anexo XVII da Lei Complementar n. 223, de 2002.

Art. 14. As atribuições dos cargos efetivos fixadas no Anexo XVII da Lei Complementar n. 223, de 2002, ficam acrescidas das atribuições dos cargos de Analista em Pedagogia, Analista em Letras, Analista em Arquivologia e Analista em Tecnologia da Informação.

Art. 15. Ficam substituídos os Anexos I, II, III, IV, XV e XVIII, da Lei Complementar n. 223, de 2002, na forma prevista nesta Lei Complementar.

Art. 16. Fica acrescido o Parágrafo Único ao artigo 16 da Lei Complementar nº 223, de 2002, nos seguintes termos:

“Art. 16.....

Parágrafo Único. Serão destinados, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos cargos de provimento em comissão de natureza administrativa aos servidores efetivos do Quadro de Pessoal do Ministério Público de Santa Catarina.”

Art. 17. Ficam acrescidos os artigos 31-A e 31-B à Lei Complementar nº 223, de 2002, nos seguintes termos:

“Art. 31-A. Fica criada gratificação destinada aos policiais que prestam serviços ao Ministério Público, com valor a ser fixado por ato do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 31-B. Fica criada gratificação aos servidores que prestam apoio às Comissões de Concurso do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, a ser regulamentada por ato do Procurador-Geral de Justiça.”

Art. 18. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta do orçamento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 19. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, __ de março de 2012.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

ANEXO I

(Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002)

QUADRO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS

CARGOS (*1)	NÍVEL REFERÊNCIA INICIAL	NÍVEL REFERÊNCIA FINAL	N. DE CARGOS
Analista em Administração	7F	11J	05
Analista de Geoprocessamento	7F	11J	02
Analista em Tecnologia da Informação	7F	11J	28
Analista do Ministério Público	7F	11J	34
Analista em Arquitetura	7F	11J	04
Analista em Serviço Social	7F	11J	16
Analista em Auditoria	7F	11J	05
Analista em Biblioteconomia	7F	11J	05
Analista em Biologia	7F	11J	03
Analista em Contabilidade	7F	11J	13
Analista em <i>Design</i> Gráfico	7F	11J	01
Analista em Economia	7F	11J	01

Analista em Engenharia Agrônômica	7F	11J	02
Analista em Engenharia Civil	7F	11J	04
Analista em Engenharia Sanitária	7F	11J	01
Analista de Dados e Pesquisas	7F	11J	01
Analista em Geologia	7F	11J	01
Analista em Psicologia	7F	11J	04
Analista em Pedagogia	7F	11J	01
Analista em Letras	7F	11J	02
Analista em Arquivologia	7F	11J	02
TOTAL		135	

(*1) - HABILITAÇÃO: Portador de curso superior com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional, se houver.

Nível/Ref.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
7						5,2269	5,3575	5,4915	5,6288	5,7695
8	5,9137	6,0616	6,2131	6,3684	6,5276	6,6908	6,8581	7,0295	7,2053	7,3854
9	7,5700	7,7593	7,9533	8,1521	8,3559	8,5648	8,7789	8,9984	9,2234	9,4540
10	9,6903	9,9326	10,1809	10,4354	10,6963	10,9637	11,2378	11,5187	11,8067	12,1019
11	12,4044	12,7145	13,0324	13,3582	13,6921	14,0344	14,3853	14,7449	15,1136	15,4914

ANEXO II

(Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002)
QUADRO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO: ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO - ANM

CARGOS	NÍVEL REFERÊNCIA INICIAL	NÍVEL REFERÊNCIA FINAL	N. DE CARGOS
Motorista Oficial II (*1)	6A	10J	21
Oficial de Diligência (*1)	6A	10J	28
Programador de Computador (*2)	6A	10J	14
Técnico Contábil (*2)	6A	10J	10
Técnico em Editoração Gráfica (*2)	6A	10J	01
Técnico em Informática (*2)	6A	10J	58
Técnico do Ministério Público (*1)	6A	10J	207
TOTAL		339	

(*1) - HABILITAÇÃO: Portador de certificado de conclusão de 2º grau. com curso técnico na área de atuação.

(*2) - HABILITAÇÃO: Portador de certificado de conclusão de 2º grau.

Nível/Ref.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
6	3,6090	3,6992	3,7917	3,8865	3,9836	4,0832	4,1853	4,2899	4,3972	4,5071
7	4,6198	4,7353	4,8537	4,9750	5,0994	5,2269	5,3575	5,4915	5,6288	5,7695
8	5,9137	6,0616	6,2131	6,3684	6,5276	6,6908	6,8581	7,0295	7,2053	7,3854
9	7,5700	7,7593	7,9533	8,1521	8,3559	8,5648	8,7789	8,9984	9,2234	9,4540
10	9,6903	9,9326	10,1809	10,4354	10,6963	10,9637	11,2378	11,5187	11,8067	12,1019

ANEXO III

(Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002)
QUADRO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO: ATIVIDADES DE NÍVEL BÁSICO - ANB

CARGOS	NÍVEL/REFERÊNCIA INICIAL	NÍVEL/REFERÊNCIA FINAL	N. DE CARGOS
Auxiliar Técnico do Ministério Público I (*1)	5A	9J	24
Auxiliar Técnico do Ministério Público II (*2)	5A	9J	68
Motorista Oficial I (*1)	5A	9J	9
Telefonista (*2)	5A	9J	3
TOTAL		104	

(*1) - HABILITAÇÃO: Portador de certificado de conclusão da 4ª série do 1º grau. (*2) - HABILITAÇÃO: Portador de certificado de conclusão do 1º grau.

Nível/Ref.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
5	2,8193	2,8898	2,9620	3,0361	3,1120	3,1898	3,2695	3,3513	3,4351	3,5209
6	3,6090	3,6992	3,7917	3,8865	3,9836	4,0832	4,1853	4,2899	4,3972	4,5071
7	4,6198	4,7353	4,8537	4,9750	5,0994	5,2269	5,3575	5,4915	5,6288	5,7695
8	5,9137	6,0616	6,2131	6,3684	6,5276	6,6908	6,8581	7,0295	7,2053	7,3854
9	7,5700	7,7593	7,9533	8,1521	8,3559	8,5648	8,7789	8,9984	9,2234	9,4540

ANEXO IV
(Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002)

QUADRO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - CMP

CARGOS	NÍVEL	COEFICIENTE	N. DE CARGOS	NATUREZA DA ATIVIDADE
Coordenador-Geral Administrativo	CMP-7	15,44	1	Administrativa
Coordenador de Finanças e Contabilidade	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Operações Administrativas	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Processos e Informações Jurídicas	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Planejamento	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Recursos Humanos	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Tecnologia da Informação	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Comunicação Social	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Auditoria e Controle	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Engenharia e Arquitetura	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Serviços Administrativos e de Controle Disciplinar	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Acompanhamento Funcional	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Pagamento de Pessoal	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Coordenador de Informação Social	CMP-6	14,41	1	Administrativa
Gerente de Finanças	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Contabilidade	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Patrimônio	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Almoxarifado	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Transportes	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Manutenção	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Compras	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Biblioteca	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Arquivo e Documentos	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Informações e Projetos	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Legislação de Pessoal	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Suporte	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Rede e Banco de Dados	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Desenvolvimento	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Processos Jurídicos Digitais	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Contratos	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Logística	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Cadastro e Informações Funcionais	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Desenvolvimento de Pessoas	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Estágio	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Atenção à Saúde	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Publicações e Revisões	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Capacitação e Aperfeiçoamento	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Acompanhamento dos Fundos Especiais	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Análise Contábil	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Análise Multidisciplinar	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente Operacional de Tramitação e Informação de Processos	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Execução Orçamentária	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Gerente de Remuneração Funcional	CMP-5	10,29	1	Administrativa
Secretário Administrativo do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público	CMP-4	9,05	1	Administrativa
Assessor de Gabinete	CMP-4	9,05	22	Administrativa
Assessor em Comunicação	CMP-3	8,60	3	Administrativa
Assessor Jurídico	CMP-3	8,60	21 (*)	Jurídica
Assessor Jurídico	CMP-2	6,05	47 (*)	Jurídica
Assistente de Procuradoria de Justiça	CMP-1	5,20	50	Jurídica
Assistente de Promotoria de Justiça	CMP-1	5,20	348	Jurídica
TOTAL		535		

(*) Os cargos de Assessor Jurídico CMP-3, quando vagarem, ficam transformados em Assessor Jurídico - CMP-2 (Lei Complementar n. 276, de 27 de dezembro de 2004).

ANEXO XV
(Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002)
QUADRO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - CMP

DENOMINAÇÃO	NÍVEL	COEFICIENTE
Coordenador-Geral Administrativo	CMP-7	15,44
Coordenador de Finanças e Contabilidade	CMP-6	14,41
Coordenador de Operações Administrativas	CMP-6	14,41
Coordenador de Processos e Informações Jurídicas	CMP-6	14,41
Coordenador de Planejamento	CMP-6	14,41
Coordenador de Recursos Humanos	CMP-6	14,41

Coordenador de Tecnologia da Informação	CMP-6	14,41
Coordenador de Comunicação Social	CMP-6	14,41
Coordenador de Auditoria e Controle	CMP-6	14,41
Coordenador de Engenharia e Arquitetura	CMP-6	14,41
Coordenador de Serviços Administrativos e de Controle Disciplinar	CMP-6	14,41
Coordenador de Acompanhamento Funcional	CMP-6	14,41
Coordenador de Pagamento de Pessoal	CMP-6	14,41
Coordenador de Informação Social	CMP-6	14,41
Gerente de Finanças	CMP-5	10,29
Gerente de Contabilidade	CMP-5	10,29
Gerente de Patrimônio	CMP-5	10,29
Gerente de Almoxarifado	CMP-5	10,29
Gerente de Transportes	CMP-5	10,29
Gerente de Manutenção	CMP-5	10,29
Gerente de Compras	CMP-5	10,29
Gerente de Biblioteca	CMP-5	10,29
Gerente de Arquivo e Documentos	CMP-5	10,29
Gerente de Informações e Projetos	CMP-5	10,29
Gerente de Legislação de Pessoal	CMP-5	10,29
Gerente de Suporte	CMP-5	10,29
Gerente de Rede e Banco de Dados	CMP-5	10,29
Gerente de Desenvolvimento	CMP-5	10,29
Gerente de Processos Jurídicos Digitais	CMP-5	10,29
Gerente de Contratos	CMP-5	10,29
Gerente de Logística	CMP-5	10,29
Gerente de Cadastro e Informações Funcionais	CMP-5	10,29
Gerente de Desenvolvimento de Pessoas	CMP-5	10,29
Gerente de Estágio	CMP-5	10,29
Gerente de Atenção à Saúde	CMP-5	10,29
Gerente de Publicações e Revisões	CMP-5	10,29
Gerente de Capacitação e Aperfeiçoamento	CMP-5	10,29
Gerente de Acompanhamento dos Fundos Especiais	CMP-5	10,29
Gerente de Análise Contábil	CMP-5	10,29
Gerente de Análise Multidisciplinar	CMP-5	10,29
Gerente Operacional de Tramitação e Informação de Processos	CMP-5	10,29
Gerente de Execução Orçamentária	CMP-5	10,29
Gerente de Remuneração Funcional	CMP-5	10,29
Secretário Administrativo do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público	CMP-4	9,05
Assessor de Gabinete	CMP-4	9,05
Assessor em Comunicação	CMP-3	8,60
Assessor Jurídico	CMP-3	8,60
Assessor Jurídico	CMP-2	6,05
Assistente de Procuradoria de Justiça	CMP-1	5,20
Assistente de Promotoria de Justiça	CMP-1	5,20

ANEXO XVII

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EFETIVOS

(Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002)

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ANALISTA EM LETRAS**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Desenvolver atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo a assessoria e a execução de programas e atividades em que os conhecimentos da formação superior em letras estejam envolvidos.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. revisar textos de diversas áreas do conhecimento, para uso em mídia impressa, audiovisual e digital, incluindo Internet;

2. participar, dentro de sua especialidade, em equipes multiprofissionais, na elaboração, análise e criação de programas, projetos e materiais instrucionais destinados ao aperfeiçoamento das atividades institucionais;

3. revisar textos, com atenção às expressões utilizadas, sintaxe, ortografia e pontuação para assegurar-lhes correção, clareza, concisão e harmonia, bem como torná-las inteligíveis ao usuário da publicação;

4. elaborar e acompanhar estudos, planos, programas e

projetos, dentro de sua especialidade, na área de capacitação e treinamento de membros e servidores;

5. realizar a revisão de produções textuais de membros e servidores do Ministério Público;

6. revisar os documentos oficiais produzidos pela Instituição (Plano Geral de Atuação, Relatórios, Informativos, Atos, Portarias, entre outros);

7. coordenar, supervisionar e executar atividades de revisão e de produção de textos nos setores em que elas se inserem;

8. elaborar pareceres, pesquisas e demais trabalhos de complexidade de sua área de atuação; e

9. executar outras atividades compatíveis com o cargo.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão de curso superior em Letras, com habilitação em Português, reconhecido pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo órgão fiscalizador.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ANALISTA EM PEDAGOGIA**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Desenvolver atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo a assessoria e a execução de programas

e atividades em que os conhecimentos da formação superior em pedagogia estejam envolvidos.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. participar, dentro de sua especialidade, em equipes multiprofissionais, na elaboração, análise e criação de programas e projetos de capacitação e treinamento de membros e servidores;

2. implementar, avaliar, coordenar e planejar o desenvolvimento de projetos pedagógicos/instrucionais nas modalidades de ensino presencial e/ou a distância, aplicando metodologias e técnicas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem;

3. atuar em treinamentos, cursos, *workshops*, grupos de autodesenvolvimento e eventos institucionais para atender as necessidades dos alunos, acompanhando e avaliando os processos educacionais;

4. elaborar e acompanhar estudos, planos, programas e projetos na área de capacitação e treinamento institucional;

5. elaborar políticas e diretrizes para a área de capacitação de membros e servidores;

6. desenvolver novas tecnologias educacionais nas diversas áreas do conhecimento;

7. coordenar e supervisionar as atividades de pedagogia ou os setores em que elas se inserem;

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ANALISTA EM ARQUIVOLOGIA

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Desenvolver atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo a assessoria e a execução de atividades relacionadas à seleção, classificação e acervo de documentos, bem como outras atividades em que os conhecimentos arquivológicos estejam envolvidos.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. planejar, organizar e supervisionar serviços de Arquivo;
2. planejar, orientar e acompanhar o processo documental e informativo;
3. planejar, orientar e supervisionar as atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;
4. planejar, organizar e supervisionar serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;
5. planejar, organizar e supervisionar serviços de microfilmagem aplicada a arquivos;
6. orientar o planejamento da automação e operar os

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ANALISTA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Desenvolver atividades de nível superior na área de informática, de grande complexidade, envolvendo a análise, o projeto e a execução dos sistemas de processamento de dados, estudando as necessidades, as possibilidades e os métodos referentes àqueles, para assegurar a exatidão e rapidez dos diversos tratamentos de informações, definição de estratégias e de novas metodologias a serem utilizadas para processamento, arquivamento e recuperação automática de informações; atendimento a usuários dos sistemas; emissão de pareceres técnicos; elaboração de despachos, informações, relatórios e ofícios.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. Atuar em matérias relativas à organização e arquitetura de computadores, componentes de computador (*hardware* e *software*), sistemas de entrada e saída, sistemas de numeração e codificação, aritmética computacional, princípios de sistemas operacionais, características dos principais processadores do mercado, ambientes Windows, Linux, Novell e UNIX, virtualização e inglês técnico, contemplando as seguintes áreas:

1.1 PROGRAMAÇÃO - Realizar atividades voltadas à programação de sistemas. Planejar, coordenar e executar projetos de sistemas de informação, que envolvam o processamento de dados ou utilização de recursos de informática e automação.

1.2 SUPORTE - Realizar atividades voltadas ao planejamento, desenvolvimento e a execução do adequado processamento automático de informações, visando aprimoramento quantitativo e qualitativo dos procedimentos técnicos administrativos. Implantação e manutenção dos sistemas informatizados; processamento de informações; definição de estratégias e de novas metodologias a serem utilizadas.

1.3 REDE - Realizar atividades voltadas à administração de redes, meios de transmissão, topologias, arquiteturas, técnicas

8. produzir e difundir o conhecimento científico-tecnológico do campo educacional;

9. planejar, coordenar e elaborar diagnósticos e avaliações de resultados, utilizando recursos pedagógicos e técnicas especiais;

10. operar equipamentos disponíveis e os sistemas e recursos informatizados na execução de suas atividades;

11. elaborar pareceres e trabalhos de complexidade em sua área de atuação;

12. prestar assessoria e consultoria técnica em assuntos de natureza pedagógica; e

13. executar outras atividades compatíveis com o cargo.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão de curso superior em Pedagogia, reconhecido pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo órgão fiscalizador.

equipamentos disponíveis e os sistemas e recursos informatizados na execução das atividades aplicadas aos arquivos;

7. orientar quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;

8. orientar a avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;

9. promover as medidas necessárias à conservação de documentos;

10. elaborar pareceres e trabalhos de complexidade em sua área de atuação;

11. assessorar os trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;

12. desenvolver estudos sobre documentos culturalmente importantes; e

13. executar outras atividades compatíveis com o cargo.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão de curso superior em Arquivologia, reconhecido pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo órgão fiscalizador.

básicas de comunicação, técnicas de comutação de circuitos, pacotes e células, protocolos de redes de comunicação, elementos de interconexão de redes de computadores, Qualidade de serviço - QoS, aplicações de voz e imagem sobre redes, redes de longa distância, redes ATM e redes MPLS.

1.4 DATACENTER - Realizar atividades voltadas à administração de datacenter nas soluções de armazenamento, *clusters* de servidores, balanceamento de carga, contingência, continuidade de negócios, em sistemas operacionais e em sistemas de virtualização.

1.5 SISTEMAS - Realizar atividades voltadas à análise de sistemas, na especificação de sistemas voltados a programação orientada a objetos, metodologia de desenvolvimento, ciclo de vida de um projeto, técnicas de levantamento de requisitos, especificações suplementares, análise de projeto, digrama de caso de uso, diagrama de classes, diagrama de sequência, diagrama de atividades, diagrama de estado, gerência de projetos, plano de desenvolvimento de software, plano de iteração, lista de riscos, teste de software e a gerência de configuração e mudanças.

1.6 BANCO DE DADOS - Realizar atividades voltadas à administração de banco de dados, na organização de arquivos, em métodos de acesso, na manipulação de dados em SGBDs relacionais, na administração de usuários e perfis de acesso, no controle de proteção, no controle de integridade, na realização de *backup* e na restauração de dados, na monitoração e otimização de desempenho do banco de dados, no suporte em instalação, administração e configuração e na busca para ampliar a performance e detecção de problemas.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão de curso superior específico na área de informática, reconhecido pelo Ministério da Educação, e inscrição no respectivo órgão fiscalizador, se houver.

ANEXO XVIII

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS COMISSIONADOS

(Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002)

DENOMINAÇÃO DO CARGO: COORDENADOR-GERAL ADMINISTRATIVO**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. coordenar e monitorar o desenvolvimento das ações planejadas do Ministério Público;
2. monitorar o sistema de Gerenciamento de Informações Municipais - GIM;
3. apresentar proposta de alteração dos fluxos de trabalho e de áreas ligadas aos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo;
4. propor melhorias relacionadas à funcionalidade de sistemas, *layout* e ergonomia;
5. coordenar o processo de desenvolvimento funcional dos servidores do Ministério Público;
6. participar do Conselho de Administração do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Ministério Público;
7. monitorar os indicadores de programas, as metas das ações e os prazos de tarefas programados;

DENOMINAÇÃO DO CARGO: COORDENADOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. programar, avaliar, coordenar, acompanhar, controlar, executar e autorizar os serviços executados por suas Gerências;
2. coordenar, dirigir e supervisionar os assuntos relativos à contabilidade, executando e registrando os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério Público;
3. controlar o fluxo orçamentário, financeiro e contábil do Ministério Público e dos Fundos vinculados;
4. autorizar as ordens de pagamentos;
5. autorizar o envio das declarações de Rendimento de Pessoa Física e Jurídica;
6. autorizar o envio dos relatórios de informação da GFIP/INSS para o INSS e do ISQN/ISS para a Prefeitura Municipal;
7. elaborar os demonstrativos financeiros exigidos pelas Leis Federais n. 4320/64 e 101/00;
8. propor alterações orçamentárias de acordo com a necessidade;
9. assinar empenhos, balancetes, balanços e Relatórios de Gestão Fiscal e de Execução Orçamentária;
10. prestar outras informações e orientações relacionadas às atribuições da Coordenadoria;
11. receber, conferir e manter atualizado o arquivo de documentos emitidos por todas as unidades do Ministério Público, relativos a orçamentos, pagamentos e prestação de contas;
12. manifestar-se, nos processos de efetivação de despesas de alienação, cessão ou recebimento de bens, direitos e obrigações, que envolvam execução orçamentária ou extra-orçamentária, bem como definir a classificação contábil da despesa;
13. acompanhar, na Secretaria de Estado da Fazenda, o repasse dos recursos financeiros necessários à execução das metas anuais

DENOMINAÇÃO DO CARGO: COORDENADOR DE OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Coordenadoria de Operações Administrativas.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. planejar a execução das medidas que visem a assegurar o pleno desenvolvimento das atividades relacionadas com a administração de material, compras, patrimônio, transportes e telefonia do Ministério Público;
2. manter sob seu controle as locações de imóveis;
3. emitir pareceres sobre assuntos técnicos e administrativos;
4. propor normas e instruções relativas à utilização e manutenção de veículos, bens patrimoniais, manutenção predial e locação, fiscalizando o seu cumprimento;
5. elaborar estudos, especificações, instruções e procedimentos a serem aplicados, visando à otimização dos serviços e à redução de grandes investimentos em estoques;
6. solicitar a instauração de processo licitatório, após aprovação do

8. monitorar os resultados verificados nos relatórios de Gestão Fiscal;

9. apresentar relatório anual das atividades desenvolvidas pelos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo;

10. programar a execução das atividades relacionadas às Coordenadorias vinculadas à Coordenadoria-Geral;

11. sugerir medidas para a racionalização e simplificação dos procedimentos de rotina;

12. sugerir a realização de programas de treinamento e aperfeiçoamento para os servidores subordinados;

13. sugerir nomes de servidores para ocuparem cargos comissionados, funções gratificadas e integrem comissões, no âmbito da Coordenadoria-Geral;

14. propor a criação ou alteração de normas e procedimentos administrativos; e

15. executar outras atividades correlatas que lhe forem conferidas pelo Secretário-Geral do Ministério Público.

da Instituição, e as alterações das regulamentações legais;

14. elaborar cronograma financeiro de desembolso mensal e anual;

15. emitir empenhos autorizados;

16. autorizar pagamentos de pessoal, fornecedores, prestadores de serviços, e seus encargos;

17. emitir ordens de pagamentos e cheques, movimentando as contas-correntes da Instituição, em conjunto com a Secretaria-Geral do Ministério Público;

18. efetuar, quando devido e mediante autorização da autoridade competente, o pagamento de diárias e/ou ressarcimentos de despesas de membros e servidores da Instituição;

19. solicitar a prestação de contas de adiantamentos concedidos a terceiros;

20. elaborar a prestação de contas da Instituição dentro dos prazos legais;

21. elaborar balancetes e balanço geral do Ministério Público e de seus Fundos;

22. propor a realização de auditoria econômica e financeira;

23. emitir todos os demonstrativos necessários à consolidação do balanço geral do Ministério Público;

24. participar da elaboração de atos ligados às normas de execução orçamentária, financeira e contábil;

25. analisar, classificar e contabilizar os documentos recebidos decorrentes das operações realizadas;

26. transmitir os arquivos de folha de pagamento para os bancos;

27. autorizar a transmissão das ordens bancárias;

28. controlar e elaborar demonstrativos e gráficos referentes à execução orçamentária e financeira do Ministério Público;

29. prestar outras informações e orientações relacionadas às atribuições da Coordenadoria; e

30. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

objeto pelo Secretário-Geral do Ministério Público;

7. remeter processo licitatório à Secretaria-Geral do Ministério Público, para que determine a análise do conteúdo pela Assessoria Jurídica;

8. acompanhar a execução dos processos de licitação pela Gerência de Compras;

9. fiscalizar e acompanhar as atividades desenvolvidas pelas gerências e interceder naquelas, sempre que necessário;

10. adotar as providências com vistas à formalização de contratos, atas de registro de preço, convênios e termos de cooperação, elaborando os respectivos instrumentos e encaminhando-os para assinatura das partes;

11. acompanhar a execução dos contratos, atas de registro de preços, convênios e termos de cooperação, emitindo as devidas manifestações;

12. supervisionar a publicação dos extratos de contratos, atas de registro de preços, convênios, termos de cooperação e editais de licitação;

13. solicitar a emissão relatórios de acompanhamento da execução

dos contratos, atas de registro de preços, convênios e termos de cooperação; e

14. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: COORDENADOR DE PROCESSOS E INFORMAÇÕES JURÍDICAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. supervisionar, coordenar e prestar auxílio à Gerência sob sua coordenação;
2. elaborar a escala mensal de representação do Ministério Público nas Câmaras de Julgamento do Tribunal de Justiça;
3. consultar a Coordenadoria de Recursos Humanos para identificar o Procurador de Justiça que ficará afastado da distribuição de processos em cada mês;
4. identificar na escala os dias do mês e da semana em que ocorrerão as sessões das Câmaras;
5. elaborar a escala observando o rodízio de Procuradores de Justiça nas sessões de julgamento das Câmaras do Tribunal de Justiça;
6. assistir aos Órgãos de Execução do Ministério Público;
7. elaborar rotinas de trabalho que visem ao aperfeiçoamento das atividades;
8. receber, registrar, distribuir, encaminhar e controlar a entrada e

saída de autos judiciais, representações, expedientes, procedimentos, documentos e papéis afetos aos Órgãos de Execução de 2ª instância;

9. prestar informações sobre a distribuição e o andamento interno dos autos de processos judiciais;
10. prestar aos Órgãos de Execução de 2ª instância os demais serviços administrativos necessários ao desempenho de suas funções, tais como: digitação de pareceres e revisão;
11. manter registro das designações de data para a realização de atos processuais;
12. realizar as diligências solicitadas pelos superiores;
13. organizar e manter atualizados os arquivos de pronunciamiento;
14. acompanhar o andamento de processo, no Tribunal de Justiça, quando solicitado por Promotores de Justiça e/ou Procuradores de Justiça;
15. administrar o Sistema de Automação do Judiciário - Procuradoria-Geral de Justiça (SAJ/PGJ); e
16. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: COORDENADOR DE PLANEJAMENTO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Coordenadoria de Planejamento.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. remeter à administração superior proposta de formulação ou revisão do planejamento estratégico;
2. operacionalizar os objetivos e as metas pretendidas, decorrentes da visão e da missão do Ministério Público, estabelecidas pelo planejamento estratégico, com definição de responsabilidades, recursos necessários e cronograma esperado;
3. assistir e assessorar o Coordenador-Geral Administrativo no desempenho das atividades de planejamento, orçamento, pesquisa, acompanhamento e avaliação;
4. planejar, programar, organizar, coordenar, dirigir e controlar a execução das atividades e projetos de planejamento do Ministério Público;
5. elaborar planos e programas gerais bem como promover sua integração e compatibilização, tendo em vista as diretrizes estabelecidas pelos órgãos do Ministério Público;
6. estudar e estabelecer mecanismos de captação de cooperação técnica e financeira;
7. detalhar os investimentos e fixar normas para a execução orçamentária;

8. supervisionar e orientar, no âmbito do Ministério Público, a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual;

9. estudar permanentemente o sistema orçamentário da Instituição, propondo as devidas alterações em função de novas necessidades de atualização e aumento da eficiência;
10. participar das comissões, quando designado;
11. articular-se com o Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento do Estado para a elaboração e controle dos atos normativos referentes ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à elaboração, o acompanhamento e a avaliação do Orçamento Anual;
12. preparar anteprojeto da proposta orçamentária anual e plurianual e remetê-lo ao Coordenador-Geral Administrativo para apreciação dos valores quantitativos e qualitativos dos programas;
13. acompanhar, controlar e avaliar, de período a período, a execução dos programas de orçamento da Instituição, analisar os desvios verificados e seus reflexos no alcance das metas finais;
14. analisar pedidos de anulação e suplementação de dotações orçamentárias, emitir parecer sobre eles e, posteriormente, remetê-lo ao Coordenador-Geral Administrativo para aprovação; e
15. executar outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Coordenadoria de Recursos Humanos.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. coordenar e delegar as atividades de Recursos Humanos às gerências e subordinados;
2. elaborar propostas de diretrizes e normas, bem como planejar suas execuções para o atendimento específico do Ministério Público e sua política de Recursos Humanos;
3. manter intercâmbio com áreas de Recursos Humanos de outros órgãos;
4. atender diligências do Tribunal de Contas do Estado, bem como prestar informações necessárias às instruções judiciais, quando solicitadas;
5. supervisionar a coleta de matéria de interesse da Coordenadoria de Recursos Humanos em publicações oficiais;
6. coordenar, orientar, controlar e promover a correta aplicação da legislação referente a Recursos Humanos;
7. propor normas, instruções e regulamentos para a seleção de candidatos aos cargos existentes, de acordo com a legislação em vigor;
8. promover estudos no sentido de aperfeiçoar os instrumentos de avaliação de desempenho;
9. supervisionar o controle dos servidores em estágio probatório, providenciando a avaliação de acordo com a legislação em vigor;

10. elaborar normas, diretrizes e programas de proteção à saúde ocupacional e segurança do trabalho dos membros e servidores do MPSC;

11. coordenar as atividades relativas à segurança e saúde ocupacional de acordo com a legislação vigente;
12. processar a progressão funcional, as revisões e alterações dos respectivos atos;
13. coordenar a Gestão por Competências;
14. atuar no desenvolvimento profissional dos servidores em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional;
15. supervisionar rotinas, fluxos e procedimentos de registros funcionais de membros, servidores e estagiários do Ministério Público nos sistemas disponíveis e nas pastas funcionais;
16. elaborar levantamento das necessidades de recursos humanos, com base em dados fornecidos pelas demais áreas, quando requisitado pela Administração Superior do Ministério Público;
17. prestar informações às comissões de concurso público para preenchimento das vagas dos cargos de membros e servidores efetivos;
18. coordenar as providências voltadas à nomeação e exoneração dos servidores;
19. controlar a operacionalização dos programas de estágio do Ministério Público, propondo normas de acordo com a legislação em vigor;
20. colaborar no processo de socialização de novos servidores e

estagiários;

21. analisar os pedidos de movimentação dos servidores efetivos e estagiários;

22. fornecer informações para a elaboração da folha de pagamento;

23. realizar estudos, prestar informações e controlar os processos de aposentadoria de membros e servidores;

24. encaminhar os documentos necessários para a publicação oficial;

25. supervisionar a expedição dos atos administrativos próprios do

DENOMINAÇÃO DO CARGO: COORDENADOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Coordenadoria de Tecnologia da Informação.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. participar na elaboração do Plano Diretor de Informática;
2. fazer cumprir a política de padronização de *softwares*;
3. estabelecer e fazer cumprir a metodologia de vistoria, zeladoria e auditoria, visando ao uso correto dos equipamentos de informática;
4. elaborar, juntamente com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, treinamento específico pelos usuários de *softwares* criados ou a serem criados;
5. promover a divulgação das técnicas de sistematização e

DENOMINAÇÃO DO CARGO: COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Coordenadoria de Comunicação Social.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. planejar, coordenar e monitorar a implementação de políticas de comunicação social da Instituição;
2. elaborar projetos e coordenar ações de comunicação institucional;
3. assessorar o Procurador-Geral de Justiça e os demais Órgãos da Administração Superior, de Execução e Auxiliares, nos assuntos afetos à comunicação social;
4. redigir e divulgar informações de interesse público;
5. pesquisar informações de interesse da Instituição, nos meios de comunicação impressos e eletrônicos, organizando e mantendo arquivo permanente para consulta interna;
6. atender, recepcionar e orientar os profissionais dos meios de comunicação que recorrem à Instituição em busca de informações de interesse público;
7. promover o intercâmbio entre os membros da Instituição e os dirigentes e profissionais dos meios de comunicação e das entidades representativas do setor;
8. organizar e monitorar cadastro dos veículos de comunicação social de Santa Catarina;

DENOMINAÇÃO DO CARGO: COORDENADOR DE AUDITORIA E CONTROLE

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Coordenadoria de Auditoria e Controle.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. exercer no âmbito do Ministério Público a verificação dos sistemas contábil, financeiro, de execução orçamentária, patrimonial, operacional e de pessoal, além de dar suporte técnico aos órgãos de execução do Ministério Público;
2. emitir relatórios e pareceres sobre auditorias realizadas;
3. elaborar e executar roteiros e programas de auditoria;
4. avaliar o controle interno das coordenadorias e gerências do Ministério Público;
5. emitir parecer em relatórios elaborados por outras áreas, sempre que a lei determinar;
6. analisar e emitir relatório de processos/procedimentos encaminhados por membros do Ministério Público;
7. realizar perícias e cálculos em processos encaminhados pela administração e por membros do Ministério Público;
8. realizar trabalho de análise na prestação de contas de fundações, sempre que solicitado;

DENOMINAÇÃO DO CARGO: COORDENADOR DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

serviço;

26. acompanhar o desenvolvimento e aprimoramento de sistemas de recursos humanos;

27. coordenar a utilização e melhoria do sistema de ponto eletrônico do Ministério Público;

28. acompanhar a gestão dos contratos das empresas prestadoras de serviço, fornecer orientação técnica, quando solicitada; e

29. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

processamento de dados, objetivando lograr melhor comunicação e fluxo das informações;

6. participar, como membro efetivo, da Comissão Especial de Informática;

7. participar da Comissão de Recebimento de Materiais, quando houver equipamentos ou suprimentos relativos à área;

8. manter estatística dos serviços prestados pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação;

9. especificar os equipamentos a serem adquiridos; e

10. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

9. implementar, administrar, monitorar e manter atualizado sistema de gerenciamento de conteúdo dinâmico, ao qual foi atribuído o nome Portal MPSC, e que está na Gerência de Rede da Coordenadoria de Tecnologia da Informação;

10. promover o treinamento permanente de colaboradores do mencionado sistema Portal MPSC;

11. promover a cobertura fotográfica e audiovisual de eventos institucionais, com equipamento próprio ou mediante a contratação de serviço de terceiros;

12. planejar e coordenar a criação de programas audiovisuais, para veiculação na mídia eletrônica;

13. planejar e coordenar a criação e editoração de documentos para impressão interna e externa;

14. planejar, coordenar e monitorar projeto de identidade visual da Instituição, no que tange aos documentos e programas audiovisuais;

15. coordenar o processo de desenvolvimento funcional dos servidores lotados na Coordenadoria de Comunicação Social;

16. apresentar relatório anual das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Comunicação Social;

17. sugerir medidas para a racionalização, simplificação e ampliação do alcance dos procedimentos de rotina; e

18. exercer outras atividades que lhe forem conferidas por superior.

9. normatizar o acompanhamento, a sistematização e a padronização dos procedimentos de auditoria;

10. acompanhar, em visitas posteriores, a implementação das recomendações aprovadas pelo Secretário-Geral do Ministério Público;

11. solicitar, quando necessário, parecer técnico a profissional comprovadamente habilitado sobre questões que exijam conhecimento específico, para fundamentar seu parecer;

12. examinar a observância das normas ditadas pela legislação federal aplicável, da legislação estadual específica e das normas correlatas;

13. disciplinar, acompanhar e controlar as contratações de obras e serviços, observadas as normas pertinentes às licitações, previstas na legislação específica;

14. elaborar o Plano Anual de Auditoria Interna, que deverá ser apresentado até o final da segunda quinzena do mês de dezembro do ano em curso, para os trabalhos que serão realizados no ano seguinte; e

15. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

1. planejar a execução das medidas que visem a assegurar o pleno desenvolvimento das atividades de engenharia, arquitetura e de manutenção no âmbito do Ministério Público;

2. verificar a necessidade de locação, construção, reforma,

adaptação física e manutenção predial das instalações do Ministério Público;

3. emitir pareceres sobre assuntos de engenharia e arquitetura;
4. propor normas e instruções relativas a projetos, manutenção predial, reformas, obras e serviços gerais, fiscalizando o seu cumprimento;
5. elaborar estudos, especificações, instruções e procedimentos a serem aplicados visando à otimização das atividades desenvolvidas e buscando garantir a qualidade das mesmas;
6. coordenar e planejar, em conjunto com as demais unidades administrativas serviços de construção, reforma, mudanças de endereço referentes a serviços de engenharia e arquitetura e manutenção das edificações ocupadas pelo Ministério Público;
7. acompanhar os processos licitatórios vinculados a obras e serviços de engenharia e serviços gerais;
8. pesquisar, desenvolver e aplicar novas tecnologias de construção civil;
9. orientar sobre investimentos na área de edificações do Ministério Público;

DENOMINAÇÃO DO CARGO: COORDENADOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E DE CONTROLE DISCIPLINAR

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Coordenadoria de Serviços Administrativos e de Controle Disciplinar.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. autuar, numerar e ordenar os processos e expedientes referentes aos procedimentos administrativos preliminares, procedimentos para anotação de mérito funcional, pedidos de explicação, sindicâncias e processos disciplinares;
2. distribuir processos e procedimentos à Assessoria;
3. prestar informações sobre o trâmite dos processos e supervisionar e coordenar o andamento dos mesmos;
4. movimentar em sistema informatizado o deslocamento dos processos, controlando os prazos e os procedimentos a serem cumpridos;
5. providenciar autos suplementares dos procedimentos disciplinares em trâmite na Corregedoria-Geral, supervisionando o acesso aos mesmos e mantendo-os atualizados;
6. elaborar quadro virtual com informações dos processos em andamento na Corregedoria-Geral, mantendo-o disponível e atualizado para acesso e consulta do Corregedor-Geral;
7. zelar pela guarda de papéis, autos e arquivos da Corregedoria-Geral, observadas as cautelas de sigilo, segurança e acesso restrito de suas informações.
8. supervisionar o expediente e o funcionamento da recepção do gabinete do Corregedor-Geral, acompanhando as atividades ali desenvolvidas;
9. consultar e elaborar a escala de férias dos funcionários da CGMP;

DENOMINAÇÃO DO CARGO: COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Coordenadoria de Acompanhamento Funcional.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. elaborar relatórios que possibilitem ao Corregedor-Geral prestar informações ao Conselho Superior do Ministério Público, para fins de promoção e remoção, providenciando a respectiva ficha e fazendo as anotações devidas;
2. receber e processar as fichas de conceito relativas aos estagiários do Ministério Público, mantendo registro atualizado e controlando os procedimentos de estágio em andamento, com expedição do respectivo certificado;
3. promover o suporte administrativo e o de informações para a realização de correições e inspeções;
4. supervisionar o registro e controle das correições e inspeções realizadas;
5. elaborar registro de dados estatísticos das atividades ministeriais;
6. manter registro e controle atualizados dos Promotores de Justiça em estágio probatório, controlando o recebimento de informações a eles relativos;
7. coordenar o recebimento dos trabalhos trimestrais dos Promotores de Justiça em estágio probatório e providenciar seu encaminhamento para análise da Assessoria;
8. providenciar o encaminhamento das fichas de conceito relativas à avaliação trimestral de estágio probatório aos Promotores de

10. estabelecer um plano de obras junto à Administração Superior e acompanhar sua execução;
11. manter intercâmbio de informações e reuniões com o Tribunal de Justiça para tratar de reformas, obras e manutenções nos espaços ocupados pelo Ministério Público nas dependências do Poder Judiciário;
12. fiscalizar e acompanhar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas e interceder sempre que necessário;
13. planejar, coordenar e fiscalizar as atividades de manutenção e conservação das instalações elétricas, telefônicas, lógica, hidrossanitárias, equipamentos para prevenção de incêndio e zeladoria, inclusive dos contratos de prestação de serviços;
14. elaborar projetos arquitetônicos visando à construção e/ou adequação das unidades do Ministério Público;
15. propor padrões e adequações ao mobiliário que contemplem requisitos de ergonomia e se mostrem viáveis do ponto de vista orçamentário e financeiro; e
16. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

10. coordenar o registro de atos, portarias e recomendações da Corregedoria-Geral;

11. supervisionar e acompanhar a inserção, nos assentos funcionais, das anotações de cunho disciplinar dos membros do Ministério Público;

12. coordenar a elaboração de ofícios e cumprimento a despachos e determinações do Corregedor-Geral e do secretário da Corregedoria-Geral;

13. auxiliar a secretaria da Corregedoria-Geral na coleta de dados para a confecção do relatório anual da Corregedoria-Geral e do relatório anual de atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça;

14. supervisionar e coordenar o recebimento e encaminhamento de correspondências, utilizando o registro de protocolo da Corregedoria-Geral;

15. registrar, autuar e controlar os expedientes recebidos pela Corregedoria-Geral que visem à apuração da conduta funcional disciplinar dos Promotores de Justiça;

16. prestar assistência direta e imediata ao Secretário da Corregedoria-Geral no desempenho de suas atribuições;

17. organizar o armazenamento, em pasta virtual específica, dos documentos digitalizados;

18. administrar o Sistema de Informatização e Gestão do Ministério Público - SIG/MPSC no que se refere às informações relativas aos procedimentos que tramitam na Corregedoria-Geral; e

19. executar outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

Justiça avaliados;

9. receber, processar e manter controle dos relatórios mensais e anuais das Promotorias de Justiça, participando ao Secretário da Corregedoria-Geral qualquer erro, omissão ou irregularidade que constatar;

10. auxiliar a Secretaria da Corregedoria-Geral na coleta de dados para a confecção do Relatório Anual da Corregedoria-Geral e do Relatório Anual de Atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça;

11. coordenar a elaboração de ofícios e cumprimento a despachos e determinações do Corregedor-Geral e do Secretário da Corregedoria-Geral;

12. autuar, numerar e ordenar os processos e expedientes referentes às inspeções, correições, consultas, anotações de mérito funcional, PVPs, PVAs e PARE;

13. prestar informações sobre o trâmite desses processos e supervisionar e coordenar o andamento dos mesmos;

14. distribuir processos e procedimentos à Assessoria;

15. movimentar em sistema informatizado o deslocamento dos processos, controlando os prazos e os procedimentos a serem cumpridos;

16. supervisionar e acompanhar a inserção, nos assentos funcionais, das anotações de mérito dos membros do Ministério Público;

17. autuar, registrar e dar suporte administrativo aos Programas de Cooperação Especial;

18. arquivar e zelar pela guarda e expedientes e processos relativos à Corregedoria-Geral;
19. administrar o Sistema de Informatização e Gestão do Ministério Público - SIG/MPSC, no que se refere às informações de ordem funcional, administrativa e de dados estatísticos;
20. prestar assistência direta e imediata ao Secretário da Corregedoria-Geral no desempenho de suas atribuições;

21. classificar e efetuar a triagem das mensagens eletrônicas na caixa de correio da CGMP e organizá-las nas pastas correspondentes;
22. manter atualizada a página da Corregedoria-Geral na Internet e Intranet; e
23. executar outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: COORDENADOR DE PAGAMENTO DE PESSOAL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Coordenadoria de Pagamento de Pessoal.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. coordenar, controlar e efetuar a execução das atividades relacionadas ao pagamento dos membros e servidores, ativos e inativos, estagiários, pensionistas/herdeiros, e do pessoal à disposição do Ministério Público;
2. criar, organizar e manter atualizada a ficha financeira individual dos membros e servidores, ativos e inativos, estagiários, pensionistas/herdeiros, e do pessoal à disposição do Ministério Público;
3. organizar as folhas e os processos de pagamento de pessoal e consignatários, elaborar relações dos descontos obrigatórios e facultativos bem como emitir os comprovantes de rendimentos e os extratos dos lançamentos feitos em folha;
4. proceder à averbação e à classificação dos descontos, conferir os valores averbados, classificados, apurados, descontados, e expedir relatórios de créditos correspondentes aos descontos autorizados;
5. preparar as relações de aviso de crédito, os demonstrativos de descontos e as consignações a recolher e remetê-las à Coordenadoria responsável pela Execução Orçamentária e Financeira;
6. criar novos códigos de pagamentos ou de descontos, atendendo a demanda, e proceder ao devido enquadramento dos mesmos quanto as suas composições de cálculo e execuções orçamentárias;
7. elaborar o relatório mensal dos encargos e das despesas previdenciárias com membros e servidores, ativos e inativos, inclusive de herdeiros/pensionistas, para encaminhamento à área

competente;

8. atender as diligências do Tribunal de Contas do Estado;
9. manter atualizado o registro de averbações, descontos e dos benefícios;
10. fornecer informações ou expedir certidões e declarações relativas ao pagamento de pessoal;
11. realizar projeções relativas às despesas em Folha, referentes as remunerações e proventos, para a elaboração da proposta orçamentária e para o encaminhamento de projetos de leis;
12. revisar os pagamentos efetuados;
13. providenciar a elaboração de cálculos de vencimentos, subsídios, proventos e demais vantagens de valores atrasados;
14. elaborar relatórios periódicos e avisos relativos ao pagamento de pessoal;
15. instruir processos relativos a pessoal que versem sobre dados e cálculos de subsídios, vencimentos, vantagens e descontos;
16. acompanhar o desenvolvimento da vida funcional dos membros e servidores do Ministério Público;
17. pesquisar e acompanhar a edição de instruções normativas e regulamentos pertinentes à área de pagamento de pessoal, mantendo e atualizando os registros e tabelas financeiras dos descontos compulsórios previstos em lei;
18. manter intercâmbio com áreas de remuneração funcional de outros Órgãos;
19. solicitar informações ao Instituto de Previdência do Estado relativo ao cadastramento e pagamento de pensionistas do Ministério Público;
20. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: COORDENADOR DE INFORMAÇÃO SOCIAL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Coordenadoria de Informações Sociais.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. coordenar, monitorar e propor melhorias no painel de controle da Sala de Situação do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e nos sistemas que o integram;
2. planejar, organizar e supervisionar a disseminação das informações estratégicas do Ministério Público, sempre atendendo às determinações do Procurador-Geral de Justiça quanto ao nível de acesso de cada grupo de interesse;
3. promover a prospecção contínua de novas tecnologias, produtos e serviços relativos ao tema;
4. administrar e zelar pela preservação da integridade das informações contidas nos sistemas que integram a Sala de Situação do Ministério Público;
5. coordenar a integração do Ministério Público com os diversos *stakeholders* no âmbito de sua atuação institucional;

6. facilitar o fluxo de informações entre o Ministério Público e seus *stakeholders*;

7. acompanhar e coordenar a integração aos sistemas dos indicadores de programas, das metas das ações e dos prazos de tarefas programados;
8. apresentar ao Procurador-Geral de Justiça relatórios sistematizados com informações relevantes à atuação do Ministério Público, sejam internas ou integradas aos sistemas ministeriais, oriundas dos sistemas de informação dos *stakeholders*;
9. facilitar a leitura e interpretação das informações estratégicas do MPSC pelo Procurador-Geral de Justiça e por pessoas por ele determinadas;
10. planejar, administrar, monitorar e avaliar as informações georreferenciadas de acesso público e as de acesso privativo do Ministério Público; e
11. executar outras atividades e tarefas que lhe sejam determinadas pelo Procurador-Geral de Justiça.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE FINANÇAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Finanças.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. acompanhar e conferir saldos orçamentários e financeiros;
2. elaborar o fluxo de despesas diariamente;
3. receber autorizações para empenho;
4. observar o prévio empenho;
5. providenciar boletins de execução orçamentária;
6. promover e emitir nota de empenho;
7. remeter empenhos à Gerência de Contabilidade;
8. efetuar a liquidação da despesa empenhada;
9. selecionar os pagamentos, de acordo com os critérios de antiguidade e prazos estabelecidos em Lei;
10. elaborar o cálculo da retenção do IR e INSS dos prestadores de serviços;
11. elaborar as ordens de pagamentos;

12. controlar as aplicações financeiras e efetuar aplicações ou resgates;

13. elaborar quinzenalmente o registro e o preenchimento dos formulários referentes ao recolhimento do ISS;
14. elaborar, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, a declaração da fonte do imposto sobre serviço;
15. recolher as contribuições previdenciárias ao INSS até o dia 2 (dois) do mês subsequente;
16. elaborar e entregar, até o dia 7 (sete) de cada mês, a guia de Recolhimento do FGTS e Informação à Previdência Social - GFIP para a Caixa Econômica Federal;
17. preparar a guia de recolhimento e plano de assistência e remetê-la mensalmente ao IPREV; e
18. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE CONTABILIDADE

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Contabilidade.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. promover a execução dos registros de atos e fatos relacionados ao Ministério Público e aos Fundos a ele vinculados;
2. receber os documentos de natureza orçamentária, financeira, patrimonial e operacional;
3. efetuar os registros e controles dos documentos de natureza orçamentária, financeira, patrimonial e operacional;
4. receber e conferir notas fiscais, além de anexá-las aos empenhos;
5. promover, manter e vistoriar a guarda dos documentos fiscais e processos administrativos (licitação, contratos, acordos e convênios);
6. elaborar e remeter, até o dia 28 (vinte e oito) de fevereiro do exercício subsequente, a Declaração Rendimentos de Pessoa Física e Jurídica;
7. realizar a juntada dos documentos pertinentes aos processos;
8. informar da receita e gerar o boletim financeiro, diariamente;
9. analisar o saldo do boletim financeiro, conciliá-lo e confrontá-lo com o extrato bancário, com a finalidade de manter a exatidão dos seus registros;
10. gerar, conferir e liberar os *slips*;
11. emitir relatórios (relatório de exceção, demonstrativos bancários, fichas do razão, entre outros) para conferência;
12. elaborar o balancete mensal e enviar até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente para o Tribunal de Contas e a Secretaria de Estado da Fazenda;
13. elaborar o balanço anual e enviar até o dia 30 (trinta) de janeiro do ano subsequente ao fim do exercício para o Tribunal de Contas e Secretaria de Estado da Fazenda;

14. promover a tomada de contas referentes à prestação de contas dos adiantamentos e remetê-la à Auditoria Interna para análise;
15. fazer registro e controles auxiliares;
16. elaborar tabelas e quadros orçamentários, financeiros, contábeis e estatísticos;
17. elaborar os demonstrativos financeiros exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e remetê-los à Coordenadoria-Geral Administrativa;
18. prestar outras informações e orientações relacionadas à contabilidade pública;
19. remeter mensalmente as informações dos balancetes mensais e anual, via ACP, ao TCE e também as informações da LRF no *site* do TCE;
20. emitir parecer prévio, dos processos licitatórios e de adiantamentos concedidos a técnicos, sobre o atendimento das normas legais;
21. analisar os balanços;
22. analisar o comportamento das receitas;
23. determinar a capacidade econômico-financeira do Órgão;
24. analisar as variações orçamentárias;
25. conciliar as contas;
26. revisar balanços, contas ou quaisquer demonstrações ou registros contábeis;
27. planificar as contas, com a descrição das suas funções e do funcionamento dos serviços contábeis;
28. elaborar cálculos, análises e interpretação de amostragens aleatórias ou probabilísticas;
29. elaborar e analisar projetos, inclusive quanto à viabilidade econômica; e
30. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE PATRIMÔNIO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Patrimônio.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. cadastrar e manter atualizado o material permanente e os equipamentos adquiridos pelo Ministério Público, no sistema informatizado, controlando a sua movimentação;
2. providenciar o arrolamento dos bens inservíveis, através da Comissão de Patrimônio, observando a legislação específica;
3. providenciar a incorporação de bens patrimoniais doados por terceiros;
4. programar, executar, coordenar e controlar as atividades de tombamento, movimentação e baixa dos bens móveis classificados como patrimoniais;
5. promover a fiscalização constante e direta dos bens patrimoniais, sugerindo providências a serem tomadas com relação a irregularidades encontradas;

6. realizar inventários físicos-patrimoniais de acordo com a periodicidade devidamente aprovada;
7. estudar a possibilidade, na Coordenadoria de Operações Administrativas, de acordo com a legislação vigente, de efetuar seguros contra sinistros dos imóveis e móveis da instituição;
8. relacionar os bens contabilizados mensal e anualmente bem como as baixas ou transferências, informando à Gerência de Contabilidade;
9. tornar disponível, para cada setor, os bens que estão sob sua responsabilidade;
10. incorporar os bens de consumo nos bens patrimoniais, visando a sua atualização técnica e financeira;
11. emitir relatórios de *hardwares* e *softwares* que integram os equipamentos de informática; e
12. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE ALMOXARIFADO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Almoarifado.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. fixar níveis de estoque mínimo, máximo e ponto de pedido de materiais;
2. manter atualizado o Catálogo de Materiais, preocupando-se com a padronização, especificação e codificação de todos os itens de estoque, facilitando a requisição pela Coordenadoria de Operações Administrativas;
3. definir, juntamente com as lotações usuárias, os itens a serem mantidos em estoque, estabelecendo níveis de segurança e lotes de reposição, submetendo-os à apreciação e aprovação superior;
4. zelar pelo cumprimento da política de controle de estoques definida pela Coordenadoria de Operações Administrativas;
5. efetuar inventários físicos, periódicos, de materiais em almoxarifado, com preparação especial para itens perecíveis, remetendo relatórios à Coordenadoria de Operações Administrativas, que após os repassará à Coordenadoria-Geral;
6. desenvolver estudos e propor alienação de itens em estoques considerados obsoletos ou inservíveis;
7. controlar as atividades de recebimento, conferência, guarda,

conservação, distribuição, transferência e entrega de materiais adquiridos pela instituição;

8. efetuar os serviços de recebimento e inspeção dos materiais e/ou equipamentos, examinando a documentação que os acompanha, a fim de evitar falhas na remessa, conferindo qualitativa e quantitativamente, procedendo à devolução quando eles não estiverem de acordo com as especificações solicitadas;
9. registrar as entradas e saídas de material de consumo e permanente, transmitindo à Gerência de Patrimônio os dados técnicos e financeiros relativos aos bens permanentes;
10. manter devidamente ordenados os materiais estocados;
11. realizar, em conjunto com as Coordenadorias afetas, o inventário anual de materiais, bem como fazer cumprir a realização dos inventários periódicos, conforme estabelecido em normas específicas;
12. enviar o resumo financeiro das movimentações da Gerência de Almoarifado à Gerência de Contabilidade;
13. manter atualizados relatórios de consumo, bem como informar a Coordenadoria de Operações Administrativas das irregularidades encontradas; e
14. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE TRANSPORTES**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Transportes.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. executar, coordenar e controlar as atividades de transporte do Ministério Público;
2. manter registros que permitam o controle individual das despesas com veículos, produzindo relatórios periódicos;
3. fiscalizar a execução de serviços de manutenção corretiva de veículos nas oficinas, elaborando demonstrativos das despesas correspondentes;
4. estabelecer programas de manutenção preventiva, evitando a paralisação de veículos e prevenindo custos excessivos;
5. providenciar a regularização dos veículos de acordo com a legislação em vigor;

6. propor à Coordenadoria de Operações Administrativas a aquisição de veículos;
7. coordenar e controlar os trabalhos dos motoristas;
8. estudar possibilidades e propor melhor alocação dos veículos por remanejamento e escalas de atividades;
9. autorizar o abastecimento de combustível e lubrificantes dos veículos, controlando e registrando o seu consumo;
10. supervisionar e fiscalizar a aplicação das normas relativas à utilização, manutenção, conservação e controle de veículos, bem como o cumprimento dos dispositivos e das normas legais de trânsito;
11. manter atualizado o cadastro de veículos; e
12. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE MANUTENÇÃO**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Manutenção.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. verificar, periodicamente, o estado dos bens móveis, imóveis e equipamentos, adotando as providências para a sua manutenção, substituição ou baixa na Gerência de Patrimônio;
2. zelar pelo bom funcionamento do serviço de elevadores e instalações em geral;
3. fiscalizar a execução dos contratos de prestação de serviços relativos às unidades do Ministério Público na Grande Florianópolis;
4. manter, em perfeito estado de funcionamento, as instalações telefônicas, elétricas, hidráulicas, de esgoto e os equipamentos para prevenção de incêndios;
5. promover a instalação, a troca e o remanejamento de paredes divisórias, armários modulados, balcões, painéis de cortina, acessórios para banheiro, instalação de portas e execução de

- pequenos reparos, montagens e desmontagens de móveis, aberturas e consertos de fechaduras em geral e outros serviços na área de zeladoria;
6. em relação ao serviço de copa:
 - a) coordenar, controlar e fiscalizar a execução do serviço de copa;
 - b) zelar pela correta utilização dos mantimentos, bem como dos aparelhos e utensílios; e
 - c) controlar a requisição do material consumido por cada copa;
 7. em relação aos serviços gerais:
 - a) promover, coordenar e controlar a retirada do lixo interno e as atividades relativas à limpeza do prédio;
 - b) coordenar e executar as mudanças de móveis, equipamentos de informática e outros, em colaboração com a Gerência de Patrimônio, atualizando-se o cadastro de bens permanentes; e
 8. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE COMPRAS**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Compras.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. planejar a execução das medidas que visem a assegurar o pleno desenvolvimento das atividades relacionadas com o levantamento de orçamentos, sejam eles prévios, por estimativa ou compra direta;
2. emitir e manter o controle de emissão de passagens para deslocamento de membros e servidores;
3. organizar e manter atualizados os cadastros de fornecedores e material;
4. manter o controle de assinaturas;
5. dar continuidade aos processos licitatórios instaurados, acompanhando toda sua execução;
6. negociar preços, condições e prazos de pagamentos nos processos de compra e serviços;
7. acompanhar e manter o controle dos prazos de entrega dos

- processos de compra direta;
8. realizar pesquisas legislativas, procurando atualizar os processos licitatórios e contratos;
 9. organizar e manter atualizado arquivo de legislação pertinente ao serviço;
 10. realizar pesquisas de preços;
 11. fazer observar, nos pedidos de aquisição de materiais, as especificações necessárias a sua perfeita identificação;
 12. acompanhar o desempenho das empresas inscritas no cadastro de fornecedores, no que concerne ao cumprimento das obrigações assumidas.
 13. elaborar as autorizações de despesa, a qual contém todos os detalhes das solicitações de compras e serviços (objeto, fornecedor, item orçamentário, valor, dotação, entre outros), para posterior autorização da COAD, COFIN e SGMP; e
 14. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE BIBLIOTECA**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Biblioteca.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. reunir e conservar livros, periódicos, documentos e informações de interesse do Ministério Público;
2. elaborar e manter atualizado o sistema de acompanhamento das publicações de leis, decretos, resoluções, deliberações, portarias e outros atos de interesse do Ministério Público;
3. manter serviços de consultas e empréstimos de material bibliográfico;
4. manter intercâmbio com outras bibliotecas;
5. efetuar pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência, quando solicitadas;
6. reunir, classificar e conservar a documentação de trabalhos realizados pelo Ministério Público;
7. controlar o recebimento e promover a indexação de livros e periódicos;
8. desenvolver atividades técnicas inerentes à seleção, aquisição,

- registro, catalogação, classificação, referenciação, indexação, elaboração de bibliografias, ao arranjo, à divulgação, ao empréstimo e à conservação das obras;
9. atender a requisições de materiais, pedidos de cópias de documentos e consultas, prestando informações quanto ao uso das obras de referência e dos mecanismos de recuperação de dados;
 10. providenciar anualmente a encadernação das publicações;
 11. solicitar a renovação das assinaturas de revistas, jornais e periódicos para fonte de pesquisa, além de controlá-las;
 12. solicitar a aquisição de obras para o acervo;
 13. elaborar e propor projetos de incentivo à leitura;
 14. propor mudanças de procedimentos, aquisição de equipamentos, entre outras medidas de modernização da Biblioteca;
 15. atender ao público interno;
 16. elaborar estatística mensal relativa à movimentação de empréstimo de livros e periódicos; e
 17. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE ARQUIVO E DOCUMENTOS**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da

Gerência de Arquivo e Documentos.
DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. receber, conferir, classificar e indexar toda documentação dos órgãos que compõem o Ministério Público;
2. zelar pela preservação e segurança dos documentos destinados à guarda intermediária e permanente;
3. praticar a higienização dos documentos e do local em que eles se encontram, com metodologias e técnicas adequadas;
4. prestar atendimento à pesquisa;
5. controlar os empréstimos e as devoluções de documentos;
6. instruir o usuário com relação ao manuseio dos documentos e às regras de higiene local;
7. preparar a documentação para análise do prazo de vigência, precaução e prescricional;
8. orientar o arquivamento de documentos das promotorias;
9. descartar documentos sem valor arquivístico, observando a Tabela de Temporalidade Documental;
10. orientar a execução das decisões registradas na Tabela de Temporalidade Documental (eliminação, transferência, recolhimento) nos arquivos setoriais;

11. supervisionar as eliminações de documentos ou o recolhimento ao Arquivo Geral, de acordo com o estabelecido na Tabela de Temporalidade Documental;
12. propor critérios de organização, racionalização e controle da gestão de documentos de arquivos;
13. coordenar o trabalho de seleção e preparação de material dos conjuntos documentais a serem eliminados, deixando-os disponíveis para eventuais verificações;
14. presenciar a eliminação dos documentos, lavrando a respectiva ata;
15. propor mudanças de procedimentos, aquisição de equipamentos entre outras medidas, visando à modernização do Arquivo;
16. digitalizar e conferir os documentos, tornando-os disponíveis via Internet; e
17. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE INFORMAÇÕES E PROJETOS
DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Informações e Projetos.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. planejar, coordenar e orientar a elaboração e o desenvolvimento de projetos visando à melhoria nas diversas áreas da Instituição;
2. elaborar o Plano Plurianual e sua revisão, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual do Ministério Público;
3. efetuar os ajustes de recursos financeiros das Ações da Instituição;
4. acompanhar regularmente o sistema orçamentário do Estado;
5. analisar mensalmente a evolução da receita e despesa da Instituição, verificando os possíveis desvios existentes e seus reflexos na obtenção das metas determinadas;
6. assessorar as demais áreas da Instituição na elaboração de procedimentos, fluxos, ações e tarefas, visando à racionalização e à qualidade dos processos;
7. realizar pesquisas e estudos com a finalidade de criar e aperfeiçoar sistemas e métodos de trabalho na área administrativa, com vistas à padronização;
8. participar, em ação conjunta com a Coordenadoria de Planejamento e Estratégias Organizacionais, na elaboração de programas de Qualidade e Produtividade, Planejamento Estratégico, bem como de outros que se fizerem necessários;
9. manter atualizado o Sistema de Controle de Valores e Índices - CVI, visando auxiliar nas pesquisas e nos cálculos baseados nos principais indicadores econômicos;
10. em relação à qualidade e produtividade:
 - a) desenvolver o planejamento estratégico da qualidade;
 - b) divulgar informações sobre o Programa de Qualidade;
 - c) estabelecer fluxos permanentes de informações entre os diferentes órgãos da Instituição, visando à racionalização dos processos e coordenação das atividades;
 - d) realizar estudos e pesquisas com a finalidade de criar e aperfeiçoar sistemas e métodos de trabalho na área de planejamento, com vistas à padronização;
 - e) orientar as demais Coordenadorias na elaboração de normas e procedimentos;

- f) manter intercâmbio com instituições correlatas, visando à troca de informações e experiências e, dessa forma, elevar os níveis técnico-administrativo e operacional da Instituição;

- g) efetuar acompanhamento permanente de trabalhos administrativos criados e propor modificações sempre que os atuais se apresentarem incompletos, inadequados e/ou desatualizados;
- h) estudar e elaborar regulamentos, manuais, normas e outros instrumentos que disciplinem e/ou racionalizem as rotinas e os procedimentos administrativos dos Órgãos Auxiliares do Ministério Público; e

- i) manter contato com unidades de Qualidade e Produtividade de outros órgãos afins e do Estado, visando ao intercâmbio e a troca de experiências;

11. em relação ao acompanhamento e controle:

- a) elaborar programas e realizar estudos de natureza econômico-fiscal que sirvam de instrumento de gerenciamento para a política tributária estadual;

- b) elaborar e supervisionar projetos de atos legislativos ou normativos referentes à organização, reorganização ou modernização administrativa no âmbito do Ministério Público;

- c) acompanhar, controlar e avaliar o impacto das despesas sobre a receita corrente líquida da Lei de Responsabilidade Fiscal e sobre a receita corrente disponível fixada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias;

- d) efetuar o controle, o acompanhamento e a avaliação das ações do Ministério Público, de acordo com as metas estabelecidas no Plano Plurianual, bem como acompanhar e avaliar a execução orçamentária do Órgão, providenciando as alterações e correções que se fizerem necessárias;

- e) realizar estudos e pesquisas com o objetivo de criar métodos e sistemas operacionais mais adequados;

- f) revisar, analisar e/ou elaborar formulários, fluxos de normas e rotinas, propondo alterações necessárias à modernização e racionalização das atividades do Ministério Público; e

- g) acompanhar o histórico dos indicadores e demais informações econômicas de interesse da Instituição; e

12. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL
DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Legislação de Pessoal.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. estudar, orientar, controlar, coordenar e promover a correta aplicação da legislação, das normas e dos procedimentos pertinentes à área de recursos humanos, instruindo processos administrativos relativos aos direitos, deveres e às vantagens de membros e servidores do Ministério Público;
2. realizar estudos sobre legislação da área de pessoal;
3. emitir informações em processos que versem sobre legislação de pessoal;
4. analisar, preparar e acompanhar os processos de aposentadoria dos membros e servidores do Ministério Público;
5. orientar as demais áreas quanto à concessão de direitos e deveres dos servidores;
6. atender diligências do Tribunal de Contas;
7. acompanhar as publicações oficiais, coletando matéria de

- interesse da Coordenadoria de Recursos Humanos;

8. prestar informações necessárias às instruções de ações judiciais, quando solicitadas;

9. prestar assistência às demais unidades do Ministério Público, no tocante à aplicação de normas específicas;

10. acompanhar e pesquisar a edição de normas e regulamentos pertinentes à área de recursos humanos, mantendo seu registro e a atualização sistemática dos entendimentos vigentes;

11. pesquisar, catalogar, divulgar e arquivar informações referentes à legislação, jurisprudência e doutrina relativas à área de recursos humanos;

12. fornecer informações sobre processos referentes a pessoal;

13. propor a edição de regulamentos e normas relativas a recursos humanos, sempre que detectada a sua necessidade;

14. emitir certidões referentes à vida funcional e tempo de serviço;

15. elaborar apostilas sobre alteração de dados funcionais de membros e servidores do Ministério Público; e

16. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas

por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE SUPORTE

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Suporte.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. oferecer manutenção e suporte técnico no *hardware* e *software* criado, mantendo estatística de atendimento;
2. elaborar e manter atualizado cadastro de instalação e manutenção de equipamentos;
3. manter atualizado cadastro de licenças de *softwares* instalados;
4. elaborar e manter controle de qualidade dos serviços, de acordo com os procedimentos técnicos confeccionados pela Gerência de Suporte;
5. organizar e manter atualizada a biblioteca de manuais técnicos

dos equipamentos de informática;

6. controlar o atendimento técnico de empresas contratadas para a manutenção de *hardware*;

7. proceder, sempre que solicitado, a substituição ou instalação de equipamentos de informática, obedecendo as normas e especificações técnicas fornecidas pelo fabricante;

8. definir e adotar procedimentos, analisar as falhas de *hardware* e *software* e sugerir alternativas de solução;

9. subsidiar a tomada de decisão pelo Coordenador de Tecnologia da Informação, por meio de relatórios e pareceres técnicos; e

10. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE REDE E BANCO DE DADOS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Rede e Banco de Dados.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. configurar *hardware* e *software* de serviços da rede;
2. manter áreas de armazenamento setorial e compartilhado da rede para arquivos de dados e aplicativos;
3. estabelecer e manter sistema de segurança da rede;
4. estabelecer e manter serviço de impressão em rede;
5. proteger os dados, garantindo a integridade e a sua proteção;
6. estabelecer procedimento de auditoria do sistema;
7. fazer cópia de segurança dos dados armazenados nos servidores e equipamentos de rede, pela manutenção de processo sistemático de *backup* e recuperação de dados;
8. estabelecer e manter atualizada a documentação da rede;
9. monitorar os serviços em produção e exercer controle operacional da rede, apresentando correções e submissões de

procedimentos de forma a elevar a capacidade de prevenção, controle e recuperação de dados e informações;

10. administrar e manter os provimentos Internet e Intranet;

11. subsidiar a tomada de decisão pelo Coordenador de Tecnologia da Informação, por meio de relatórios e pareceres técnicos;

12. instalar e atualizar o servidor do banco de dados e de ferramentas administrativas;

13. criar estruturas primárias de armazenamento do banco de dados e de objetos primários;

14. modificar a estrutura do banco de dados;

15. administrar os usuários do banco de dados;

16. controlar e monitorar o acesso dos usuários no banco de dados;

17. monitorar e otimizar a performance do banco de dados; e

18. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE DESENVOLVIMENTO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Desenvolvimento.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. coordenar as atividades referentes a projeto, análise, desenvolvimento, criação e treinamento de sistemas, de acordo com as diretrizes, normas e prioridades estabelecidas pela Comissão Especial de Informática;
2. elaborar e manter atualizados cadastro e documentação dos sistemas desenvolvidos;
3. acompanhar o desenvolvimento, a criação e o treinamento dos

softwares elaborados por terceiros;

4. informar aos usuários responsáveis pelos sistemas desenvolvidos, por meio de comunicados, todas as alterações que impliquem mudanças de procedimentos;

5. estabelecer cronograma de desenvolvimento com o usuário;

6. subsidiar para a tomada de decisão pelo Coordenador de Tecnologia da Informação, por meio de relatórios e pareceres técnicos;

7. manter o Portal do Ministério Público atualizado; e

8. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE PROCESSOS JURÍDICOS DIGITAIS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Processos Jurídicos Digitais.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. quanto aos sistemas de processos jurídicos digitais dedicados às atividades dos Órgãos de Administração Superior, Órgãos de Administração, Órgãos de Execução e Centros de Apoio Operacional:
 - a) acompanhar o desenvolvimento dos sistemas;
 - b) planejar e coordenar mudanças, atualizações e correções que se fizerem necessárias ao bom funcionamento dos sistemas;
 - c) testar e simular as funcionalidades das novas versões dos sistemas antes de liberá-las em ambiente de produção;
 - d) localizar erros e inconsistências em ambiente de produção encaminhando solicitação de correções à Coordenadoria de Tecnologia da Informação ou, quando for o caso, a empresa terceirizada;
 - e) realizar implantação dos sistemas e de novos módulos ou funcionalidades de sistemas;
 - f) analisar e acompanhar o desenvolvimento e implantação de integrações entre os sistemas de processos jurídicos digitais, desses sistemas com outros do Ministério Público e desses com sistemas de outras instituições;
 - g) atualizar versões dos sistemas em ambiente de produção mediante autorização da Coordenadoria de Tecnologia da Informação;
 - h) prestar suporte aos usuários no que tange especificamente ao

uso desses sistemas ou às rotinas de trabalho que envolvem os sistemas, mantendo dados estatísticos sobre o suporte;

i) propor boas práticas operacionais e funcionais aos usuários;

j) gerenciar as solicitações de melhoria feitas pelos usuários, mantendo os solicitantes informados sobre o andamento de suas solicitações;

k) apoiar, com dados e informações técnicas, a Coordenadoria de Tecnologia da Informação na administração e gerenciamento da infra-estrutura dos sistemas, especialmente dos servidores de aplicação e das bases de dados;

l) pesquisar novas soluções e propor novas funcionalidades para aperfeiçoamento dos sistemas;

m) preparar material para treinamento dos usuários, seja no modo presencial ou à distância;

n) realizar treinamentos presenciais e acompanhar treinamentos à distância dos usuários dos sistemas;

o) a partir dos dados estatísticos de suporte, preparar material e realizar atividades presenciais ou à distância para melhorar práticas e rotinas que mais demandam suporte em relação aos sistemas; e

p) realizar, quando solicitado, estudos, análises, vistorias e auditorias sobre os dados e funcionalidades dos sistemas.

2. analisar, avaliar e propor padronização de rotinas de trabalho relacionadas aos sistemas de processos jurídicos digitais para Órgãos da Administração Superior, Órgãos de Administração, Órgãos de Execução e Centros de Apoio Operacional, de forma a aperfeiçoar as atividades e aprimorar a comunicação entre os órgãos do Ministério Público.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE CONTRATOS**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Contratos.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. assegurar a gestão dos procedimentos inerentes à celebração dos instrumentos contratuais (contratos, atas de registro de preços, convênios e termos de cooperação) e suas respectivas alterações (aditivos, reajustes, re-equilíbrio e demais alterações) de forma a atender ao ordenamento jurídico, garantindo a legalidade desses procedimentos, em consonância com a legislação vigente e as normas internas do Ministério Público do Estado de Santa Catarina;
2. planejar a execução das medidas que visem a assegurar o pleno desenvolvimento das atividades relacionadas com os instrumentos contratuais firmados pelo Ministério Público;
3. assegurar o controle sistemático do cumprimento das obrigações pactuadas em instrumentos contratuais, mediante consulta periódica aos gestores dos contratos e convênios;
4. interagir com as áreas do Ministério Público para a celebração dos instrumentos contratuais e seus aditamentos;
5. controlar os prazos de vigência dos contratos e convênios para a promoção de suas prorrogações, termos aditivos ou rescisão dentro dos parâmetros de sua vigência;
6. manter sob seu controle as locações de imóveis;
7. publicar, resumidamente, extratos de contratos, atas de registro de preços, convênios, termos de cooperação, aditivos e demais

alterações contratuais que forem realizadas;

8. resguardar o interesse do Ministério Público na relação entre custo e benefício, tanto nas contratações efetuadas como nos reajustes concedidos;
9. controlar os contratos e convênios no que concerne a prazos, reajustes, re-equilíbrios e sanções administrativas;
10. preparar ofícios, despachos e demais documentos necessários para a instrução de processos e encaminhamento de procedimentos necessários à formalização e alteração dos instrumentos contratuais;
11. notificar as empresas quando não houver correto cumprimento dos contratos e convênios;
12. colaborar, dentro de sua área de atuação, com os gestores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos de prestação de serviços e convênios;
13. emitir relatórios de acompanhamento de todos os instrumentos contratuais da área administrativa realizados pelo Ministério Público.
14. controlar o arquivo dos processos licitatórios que originarem contratos ou atas de registro de preços enquanto estiverem vigentes e, posteriormente, controlar o envio à Gerência de Arquivo e Documentos, assim como os processos referentes a convênios; e
15. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE LOGÍSTICA**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Logística.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. executar, coordenar e controlar as atividades de logística da Instituição;
2. organizar os pedidos de coleta e expedição de bens permanentes e/ou de consumo recebidos das unidades administrativas;
3. definir o meio de transporte a ser utilizado na execução das solicitações;
4. planejar as rotas de viagem visando eficiência, eficácia e economicidade de recursos no atendimento de todos os pedidos;
5. alocar junto à Gerência de Transportes o veículo adequado para a execução dos serviços;
6. providenciar o correto acondicionamento dos bens permanentes e/ou de consumo para o transporte, bem como o seu carregamento e descarregamento do veículo;
7. executar a montagem e desmontagem dos bens móveis transportados, tanto na entrega quanto na coleta;
8. manter o sistema de planejamento de distribuição atualizado com as informações de expedição e recebimento dos bens;
9. receber todas as correspondências, periódicos e encomendas dirigidas aos órgãos da Procuradoria-Geral de Justiça, fazendo os

devidos registros e a entrega aos destinatários;

10. expedir correspondências, processos administrativos, encomendas e documentos diversos que lhe são encaminhados pelos órgãos da Procuradoria-Geral de Justiça;
11. manter o controle diário e a prestação de contas dos serviços de correio, elaborando relatórios mensais;
12. interagir junto as operadoras de telefonia fixa e móvel, solicitando reparos e configurações de serviços, bem como a instalação de novas linhas, transferências e cancelamentos;
13. prestar suporte e orientações aos usuários, mantendo atualizado o Sistema de Controle de Telefonia e controlando a correta divulgação dos números no portal da Instituição;
14. gerir o funcionamento dos equipamentos de telefonia nos aspectos de controle, acesso, configuração, operacionalização e manutenção;
15. controlar o faturamento e a tarifação dos serviços telefônicos prestados pelas operadoras, assim como o agrupamento e o desagrupamento das linhas em efetivo uso pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina;
16. fiscalizar a execução dos contratos de transportes, serviços postais e de telefonia da Instituição; e
17. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE CADASTRO E INFORMAÇÕES FUNCIONAIS**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Cadastro e Informações Funcionais.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. analisar, preparar e acompanhar os procedimentos para nomeação e exoneração dos membros e servidores efetivos e comissionados;
2. elaborar editais de convocação dos candidatos aprovados em concurso público;
3. emitir relatórios sobre os quadros de pessoal;
4. auxiliar as comissões para concurso público no preenchimento das vagas dos cargos de membros e servidores efetivos;
5. manter atualizado o controle de provimento e vacância de cargos;
6. controlar rotinas, fluxos e procedimentos de registros funcionais de membros e servidores nos sistemas disponíveis e/ou nas pastas funcionais;
7. providenciar a elaboração de portarias e atos oficiais delegados

pela Administração Superior;

8. registrar os afastamentos dos membros e servidores;
9. controlar e fiscalizar os períodos referentes aos afastamentos por atestados médicos e pela perícia médica, para fins de licença para tratamento de saúde;
10. orientar sobre os procedimentos a serem adotados para caracterização de acidente de trabalho junto à Perícia Médica;
11. emitir declarações de vínculo institucional;
12. controlar a confecção de crachás e carteiras de identificação funcionais;
13. administrar o ponto eletrônico e adequar o relatório do ponto eletrônico aos pedidos de horário especial;
14. orientar os servidores em relação aos procedimentos necessários à distribuição do vale-transporte;
15. zelar pelas pastas funcionais dos membros e servidores;
16. encaminhar atos e portarias para publicação; e
17. exercer outras atividades delegadas pela Coordenadoria.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Desenvolvimento de Pessoas.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. planejar, captar, desenvolver e avaliar, nos diferentes níveis da

organização, as competências necessárias à consecução dos objetivos institucionais;

2. identificar as competências técnicas e comportamentais necessárias para a execução das atividades de um cargo/função;
3. promover ações permanentes de desenvolvimento, visando o

aperfeiçoamento profissional e o alcance das competências do cargo ocupado;

4. organizar e controlar o processo das avaliações do estágio probatório, bem como aquelas atinentes às progressões nas modalidades aperfeiçoamento, merecimento, tempo de serviço e especial, juntamente com a comissão constituída para este fim;
5. realizar estudos acerca da descrição e análise de cargos, carreiras e salários;
6. buscar o aprimoramento e a aprendizagem organizacional, por meio da promoção da gestão do conhecimento;

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE ESTÁGIO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Estágio.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. coordenar os programas de estágio para estudantes do ensino de nível médio e superior, assim como para estudantes de cursos de pós-graduação;
2. prestar apoio técnico aos membros e aos servidores do Ministério Público com o intuito de operacionalizar o processo seletivo, o de admissão e o acompanhamento dos estagiários;
3. executar rotinas, fluxos, controles e procedimentos de registros dos estagiários do Ministério Público;
4. manter atualizado o controle de vacância das funções, bem

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE ATENÇÃO À SAÚDE

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Atenção à Saúde.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. promover a prestação de assistência médica e odontológica aos membros e servidores, e aos seus dependentes e, ainda, o atendimento, em casos emergenciais, que estejam na área de abrangência da Gerência de Atenção à Saúde, incluindo neste os estagiários, terceirizados e visitantes;
2. participar da elaboração de normas, diretrizes e programas de proteção à saúde ocupacional e segurança do trabalho dos membros e servidores do MPSC;
3. implantar e gerenciar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho - CIPA; 4. propor programas de treinamento sobre segurança e saúde no trabalho para os componentes das CIPAs;
5. propor e participar de programas e campanhas de conscientização sobre medicina preventiva e alternativas, desenvolvendo a prevenção primária, por meio de atividades educativas e informativas, sobre temas como LER, álcool, fumo e outras drogas;
6. coordenar inspeções nos ambientes de trabalho da Instituição, visando a análise de riscos ocupacionais do tipo físico, químico, biológico e ergonômico;

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE PUBLICAÇÕES E REVISÕES

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Publicações e Revisões.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. reunir e conservar livros, periódicos, documentos e informações de interesse do Ministério Público;
2. elaborar e manter atualizado o sistema de acompanhamento das publicações de leis, decretos, resoluções, deliberações, portarias e outros atos de interesse do Ministério Público;
3. manter serviços de consultas e empréstimos de material bibliográfico;
4. manter intercâmbio com outras bibliotecas;
5. efetuar pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência, quando solicitadas;
6. reunir, classificar e conservar a documentação de trabalhos realizados pelo Ministério Público;
7. controlar o recebimento e promover a indexação de livros e periódicos;
8. desenvolver atividades técnicas inerentes à seleção, aquisição,

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Capacitação e Aperfeiçoamento.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. propor, acompanhar e supervisionar a realização de cursos de formação, qualificação e aperfeiçoamento profissional dos

7. atuar em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, no tocante à capacitação dos membros e servidores;
8. exarar parecer técnico acerca dos pedidos de permuta, lotação e relocação dos servidores efetivos e estagiários;
9. acompanhar o desenvolvimento e aprimoramento de sistemas informatizados de gestão por competências;
10. desenvolver estudos para o aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação de desempenho no estágio probatório e nas ocasiões de promoção por merecimento; e
11. exercer outras atividades delegadas pela Coordenadoria.

como dos afastamentos dos estagiários e de suas avaliações;

5. elaborar portarias, termos de convênio, termos de compromisso e outros documentos pertinentes à operacionalização dos programas de estágio;
6. providenciar e controlar as publicações das portarias e dos comunicados oficiais;
7. prestar assessoramento aos órgãos do Ministério Público do Estado de Santa Catarina aos quais estão vinculados os estagiários;
8. realizar a gestão de contrato das empresas prestadoras de serviço de acordo com os contratos firmados; e
9. exercer outras atividades delegadas pela Coordenadoria.

7. coordenar e inspecionar os serviços contratados de limpeza, higienização e descarte de resíduos provenientes da atividade médica;

8. fiscalizar a efetividade e a qualidade de atendimento dos serviços da área médica, odontológica, ambulatorial e demais profissionais;
9. providenciar a aquisição e atualização de equipamentos e materiais de consumo;
10. propor e coordenar ações de integração multidisciplinar para fins terapêuticos e preventivos;
11. realizar visitas domiciliares aos servidores e familiares em situações de afastamento por motivo de doença e/ou para assistir familiar doente e emitir parecer técnico, quando necessário;
12. relacionar, articular e manter atualizado um cadastro de Recursos Institucionais e Sociais (entidades terapêuticas), objetivando facilitar o encaminhamento do servidor e dependentes, com vistas na complementação de atendimento e/ou solução de situações sociais emergentes;
13. apresentar relatórios à Coordenadoria de Recursos Humanos, referentes a dados, análises e estudos da Gerência de Atenção à Saúde;
14. estabelecer indicadores de saúde para membros e servidores do Ministério Público do Estado de Santa Catarina; e
15. exercer outras atividades delegadas pela Coordenadoria.

registro, catalogação, classificação, referência, indexação, elaboração de bibliografias, arranjo, divulgação, empréstimo e conservação das obras;

9. atender a requisições de materiais, pedidos de cópias de documentos e consultas, prestando informações quanto ao uso das obras de referência e dos mecanismos de recuperação de dados;
10. providenciar anualmente a encadernação das publicações;
11. solicitar a renovação das assinaturas de revistas, jornais e periódicos para fonte de pesquisa, além de controlá-las;
12. solicitar a aquisição de obras para o acervo;
13. elaborar e propor projetos de incentivo à leitura;
14. propor mudanças de procedimentos, aquisição de equipamentos, entre outras medidas de modernização da Biblioteca;
15. atender ao público interno;
16. elaborar estatística mensal relativa à movimentação de empréstimo de livros e periódicos; e
17. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

membros e servidores do Ministério Público, inclusive opinando sobre os pedidos, nesse sentido, formulados pelos órgãos da Administração Superior, Subprocurador-Geral, bem como pelos Centros de Apoio Operacional;

2. promover ou apoiar a realização de simpósios, congressos, seminários, oficinas e eventos congêneres, de interesse

institucional, inclusive, sempre que possível, dando suporte às iniciativas dos Núcleos de Estudos Regionais e de entidades afins (Associação Catarinense do Ministério Público, Associação dos Servidores da Procuradoria-Geral de Justiça etc);

3. propor, opinar, supervisionar e acompanhar a realização de eventos de interesse cultural, incluindo concertos, exposições de artes, lançamentos literários e espetáculos teatrais;

4. promover visitas a órgãos, instituições e empresas que, pela natureza de suas atividades ou do seu acervo, se revelem de interesse institucional;

5. desenvolver outras atividades voltadas à motivação e congraçamento dos integrantes do Ministério Público, para melhor difundir a imagem institucional perante os mais diversos segmentos da sociedade.

6. elaborar e acompanhar a execução de programas de treinamento e desenvolvimento de membros e servidores (cursos, seminários, palestras, *workshops*, cursos de ingresso/integração de novos membros e servidores, grupos operativos, entre outras atividades), visando a otimização dos recursos humanos;

7. elaborar e executar o levantamento de necessidades de treinamento de membros e servidores;

8. elaborar planejamento anual para o treinamento e desenvolvimento de membros e servidores, com base no levantamento de necessidades e no planejamento estratégico da Instituição;

9. elaborar e executar a avaliação dos treinamentos realizados, em

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE ACOMPANHAMENTO DOS FUNDOS ESPECIAIS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Acompanhamento dos Fundos Especiais.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. planejar a execução de medidas que visem assegurar o atingimento dos objetivos do Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados - FRBL e do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público - FERMP, articulando-se com parceiros internos ou externos na busca de soluções que visem efetividade na arrecadação e aplicação dos recursos inerentes a cada fundo;

2. auxiliar os Presidentes do FRBL e do FERMP na elaboração de minutas de normas expedidas pelos Fundos, bem como sugerir a emissão de novas normas quando necessário;

3. estudar permanentemente as normas do FRBL e do FERMP, bem como sua organização, visando sugerir aos seus presidentes medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços, apresentando propostas de modernização de procedimentos, objetivando maior dinamização dos trabalhos na sua área de atuação;

4. prestar atendimento técnico aos interessados em obter informações acerca do FRBL e FERMP;

5. prestar informações às demais áreas do Ministério Público do Estado de Santa Catarina acerca das previsões orçamentárias do FRBL e do FERMP, bem como acompanhar seus saldos orçamentários e financeiros, mantendo seus presidentes ou gestores informados;

6. acompanhar a arrecadação de recursos do FRBL e FERMP, fiscalizando o cumprimento das normas pertinentes a cada um

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE ANÁLISE CONTÁBIL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Análise Contábil.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. planejar, coordenar e orientar a elaboração das pesquisas e o atendimento das solicitações de apoio contábeis recebidas;

2. sugerir, por meio da apresentação dos respectivos planos de projetos, aquisições de equipamentos ou ferramentas, bem como a contratação de pessoal e respectivas capacitações técnico-científicas, visando ao melhoramento contínuo das atividades de assessoramento técnico;

3. zelar pela otimização dos recursos físicos, humanos e financeiros, visando ao incremento da qualidade dos trabalhos e à minimização dos prazos de atendimento;

4. identificar e propor indicadores para o monitoramento do desempenho das atividades;

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE ANÁLISE MULTIDISCIPLINAR

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Análise Multidisciplinar.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

seus quatro níveis: reação, aprendizagem, mudança de comportamento e resultados, visando identificar o impacto dos treinamentos sobre os objetivos estratégicos da Instituição;

10. elaborar relatórios acerca das atividades propostas e desenvolvidas pela área;

11. realizar pesquisas visando a construção e ampliação do conhecimento teórico e aplicado na área de Treinamento, Desenvolvimento e Educação;

12. acompanhar a formulação e implantação de projetos de mudanças nas organizações, com o objetivo de facilitar ao pessoal a absorção das mesmas;

13. estabelecer parcerias com a área de recursos humanos da Instituição no desenvolvimento de programas e projetos específicos;

14. autuar, analisar e opinar nos pedidos de bolsas de estudos e auxílios financeiros, para a realização de atividades de aprimoramento cultural e profissional, formulados por membros e servidores do Ministério Público do Estado de Santa Catarina;

15. acompanhar e supervisionar os processos de auxílios financeiros de membros e servidores do Ministério Público;

16. supervisionar a celebração de convênios, acordos de cooperação técnica, financeira, cultural, profissional e científica entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e outras entidades; e

17. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

deles e buscando formas de ampliá-la;

7. manter controle dos convênios, contratos ou compras firmados pelo FRBL e FERMP e seus prazos;

8. preparar e secretariar as reuniões dos Conselhos do FRBL e FERMP, bem como manter controle e organização das atas, certidões, correspondências, processos e demais documentos pertinentes a tais fundos;

9. analisar projetos apresentados ao FRBL, verificando o cumprimento da legislação pertinente e acompanhar sua tramitação nos termos da normativa do Fundo;

10. prestar assessoria aos Presidentes dos Conselhos do FRBL e FERMP, fazendo cumprir suas determinações, bem como aos Conselheiros dos Fundos quando requisitado;

11. elaborar a minuta dos convênios a serem firmados pelo FRBL, acompanhar e fiscalizar a execução e emitir pareceres técnicos quanto à execução dos mesmos e a aplicação dos recursos;

12. coordenar o cadastro de peritos do FRBL, assim como atuar em todo o processo de contratação de perícias, desde a autuação dos processos, coleta de orçamentos, até a efetiva contratação dos peritos, acompanhamento da execução dos serviços e o pagamento dos mesmos;

13. manter atualizadas as informações sobre o FRBL e FERMP divulgadas no Portal do Ministério Público;

14. acompanhar a execução financeira e orçamentária do FRBL e FERMP; e

15. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

5. constantemente realizar o monitoramento do desempenho no atendimento às demandas, elaborando relatórios demonstrativos do desempenho da área, propondo, sempre que necessárias, as devidas medidas corretivas;

6. zelar pelo registro, organização e correta priorização das demandas;

7. monitorar, em conjunto com os demais servidores, os prazos de atendimento determinados para cada solicitação;

8. realizar a distribuição das solicitações, considerando as devidas competências técnicas e a respectivas cargas de trabalho de cada servidor;

9. zelar pela manutenção dos equipamentos e ferramentas disponíveis, propondo, sempre de forma justificada, suas atualizações; e

10. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

1. planejar, coordenar e orientar a elaboração das pesquisas e o atendimento das solicitações de apoio multidisciplinar recebidas;

2. sugerir, por meio da apresentação dos respectivos planos de projetos, aquisições de equipamentos ou ferramentas, bem como a

contratação de pessoal e respectivas capacitações técnico-científicas, visando ao melhoramento contínuo das atividades de assessoramento técnico;

3. zelar pela otimização dos recursos físicos, humanos e financeiros, visando ao incremento da qualidade dos trabalhos e à minimização dos prazos de atendimento;

4. identificar e propor indicadores para o monitoramento do desempenho das atividades;

5. constantemente realizar o monitoramento do desempenho no atendimento às demandas, elaborando relatórios demonstrativos do desempenho da área, propondo, sempre que necessárias, as devidas medidas corretivas;

6. zelar pelo registro, organização e correta priorização das demandas;

7. monitorar, em conjunto com os demais servidores, os prazos de atendimento determinados para cada solicitação;

8. realizar a distribuição das solicitações, considerando as devidas competências técnicas e a respectivas cargas de trabalho de cada analista;

9. zelar pela manutenção dos equipamentos e ferramentas disponíveis, propondo, sempre de forma justificada, suas atualizações; e

10. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE OPERACIONAL DE TRAMITAÇÃO E INFORMAÇÃO DE PROCESSOS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência Operacional de Tramitação e Informação de Processos.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. supervisionar, gerenciar e prestar auxílio aos funcionários sob sua gerência;

2. elaborar rotinas de trabalho que visem o aperfeiçoamento das atividades;

3. receber, registrar, encaminhar e controlar a entrada e saída de

autos judiciais, representações, expedientes, procedimentos, documentos e papéis afetos aos Órgãos de Execução de 2ª instância;

4. prestar informações sobre a distribuição e o andamento interno dos autos de processos judiciais;

5. administrar o Sistema de Informação e Gestão do Ministério Público - SIG/MPSC; e

6. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Execução Orçamentária.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. planejar, organizar, dirigir, gerenciar e controlar as atividades de administração orçamentária nelas compreendidas a execução orçamentária;

2. acompanhar e conferir saldos orçamentários;

3. orientar e supervisionar a execução orçamentária;

4. elaborar o fluxo orçamentário de despesas periodicamente;

5. receber autorizações para verificação de disponibilidade orçamentária;

6. observar a disponibilidade para a execução orçamentária;

7. promover e emitir relatórios de execução orçamentária;

8. emitir pareceres conclusivos de matérias afetas a sua esfera de competência;

9. acompanhar o fluxo das fontes de recursos;

10. articular junto ao coordenador a necessidade de promover adequações orçamentárias;

11. realizar remanejamento orçamentário quando necessário;

12. promover em conjunto com a Coordenadoria de Finanças e Contabilidade e Administração Superior a aplicação do Superávit apurado ao final de cada exercício financeiro;

13. articular com o Instituto de Previdência e Coordenadoria de Finanças e Contabilidade sobre a melhor utilização dos recursos orçamentários disponíveis para o pagamento de inativos;

14. articular com a Coordenadoria de Finanças e Contabilidade sobre a melhor utilização dos recursos para cobertura de déficit previdenciário para o pagamento de inativos; e

15. acompanhar e auxiliar juntamente com o setor competente a elaboração do Plano Plurianual de Investimentos - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: GERENTE DE REMUNERAÇÃO FUNCIONAL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. planejar, administrar, monitorar e avaliar as atividades da Gerência de Remuneração Funcional.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. promover alterações gerais e individuais em Folha de Pagamento de acordo com a legislação vigente e determinações específicas;

2. elaborar cálculos de valores atrasados e manter atualizados os registros mensais das alterações promovidas em folha de pagamento;

3. emitir relatórios e realizar projeções quando solicitadas pela Coordenadoria de Planejamento, com vistas a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

4. prestar informações em diligências e procedimentos administrativos, relativas ao pagamento de pessoal;

5. manter atualizadas as tabelas dos descontos compulsórios e facultativos incidentes em folha;

6. realizar as alterações nas tabelas de vencimentos e subsídios em cumprimento a legislação específica;

7. efetuar os procedimentos necessários em folha de pagamento com vistas a cumprir as determinações judiciais relativas às

pensões alimentícias;

8. controlar o fluxo mensal de entrada dos dados necessários a elaboração da folha de pagamento, observando o prazo estabelecido para o processamento da folha;

9. promover a elaboração e proceder a conferência dos dados relativos a DIRF, disponibilizando os comprovantes para a Declaração Anual de Rendimentos, cumprindo o prazo legal;

10. solicitar as adequações necessárias no Sistema de Folha de Pagamento, com vistas a sistematizar procedimentos, buscando maior eficiência;

11. emitir certidões e declarações de recolhimento contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS e ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina;

12. emitir certidões e declarações remuneratórias; e

13. emitir relatórios, solicitar bloqueios de pagamentos, informar restituições extra-folha, e encaminhar as informações necessárias às alterações a serem procedidas pela Coordenadoria de Finanças e Contabilidade na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GEFIP).

DENOMINAÇÃO DO CARGO: SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA E DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. assessorar as atividades relacionadas ao Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. prestar informações e efetuar pesquisas para os Conselheiros em matérias pertinentes ao Conselho Superior do Ministério Público;

2. registrar, atuar e remeter procedimentos aos órgãos competentes;

3. remeter aos Centros de Apoio Operacional os acórdãos proferidos nas reuniões do Conselho Superior do Ministério Público;

4. inserir no programa de protocolo os dados referentes ao andamento de feitos;

5. arquivar documentos;

6. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas pelo Conselho Superior do Ministério Público;

7. em relação à movimentação na carreira:

a) controlar a vacância das Promotorias, o interstício dos Promotores de Justiça,

b) remanescimento de lista e o preenchimento do quinto constitucional;

c) editar e expedir os editais de movimentação na carreira;

d) atuar, controlar e finalizar os processos referentes à movimentação no quadro;

e) editar, numerar e publicar os atos de movimentação na carreira; e

f) editar certidão nos processos de movimentação;

8. em relação às reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público:

- a) elaborar o edital de convocação, a súmula e ata das reuniões; e
- b) confeccionar os votos e o mapa de controle da movimentação na carreira;

9. em relação à informatização:

- a) alterar a lista de antiguidade dos membros do Ministério Público na Intranet;
- b) informar a Coordenadoria de Tecnologia e Informação e Gerência de Rede das alterações de lotação de membros para que seja

atualizado o banco de dados;

- c) atualizar a página da Secretaria do Conselho Superior no Portal do Ministério Público; e
- d) atualizar as atribuições das Promotorias no Portal institucional.

10. em relação aos processos:

- a) receber, autuar, registrar e distribuir;
- b) editar e expedir ofícios;
- c) arquivar documentos; e
- d) prestar informações aos membros e interessados.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ASSESSOR DE GABINETE

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. assessorar nas atividades relacionadas a unidade administrativa que estiver vinculado.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. prestar assessoria nos assuntos de sua área de atuação;
2. minutar despachos, documentos e expedientes em geral;
3. elaborar relatórios e emitir pareceres em assuntos de sua área de especialização;

4. responder pelo protocolo da área em que atua;

5. cuidar da agenda da chefia imediata;

6. prestar informações sobre as atividades da área;

7. manter registro atualizado das ações executadas e dos indicadores de programas, quando houver; e

8. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ASSESSOR EM COMUNICAÇÃO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. assessorar nas atividades relacionadas à Coordenadoria de Comunicação Social.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. planejar e monitorar a implementação de políticas de comunicação social da Instituição;
2. elaborar projetos e coordenar ações de comunicação institucional;
3. assessorar o Procurador-Geral de Justiça e os demais Órgãos da Administração Superior, de Execução e Auxiliares, nos assuntos afetos à comunicação social;
4. redigir e divulgar informações de interesse público;
5. pesquisar informações de interesse da Instituição, nos meios de comunicação impressos e eletrônicos, organizando e mantendo arquivo permanente para consulta interna;
6. atender, recepcionar e orientar os profissionais dos meios de comunicação que recorrem à Instituição em busca de informações de interesse público;
7. promover o intercâmbio entre os membros da Instituição e os dirigentes e profissionais dos meios de comunicação e das entidades representativas do setor;
8. organizar e monitorar cadastro dos veículos de comunicação

social de Santa Catarina;

9. monitorar e manter atualizado sistema de gerenciamento de conteúdo dinâmico;

10. promover o treinamento permanente de colaboradores do mencionado sistema;

11. promover a cobertura fotográfica e audiovisual de eventos institucionais, com equipamento próprio ou mediante a contratação de serviço de terceiros;

12. planejar e coordenar a criação de programas audiovisuais, para veiculação na mídia eletrônica;

13. planejar e coordenar a criação e editoração de documentos para impressão interna e externa e para publicação na web;

14. planejar e monitorar projeto de identidade visual da Instituição, no que tange aos documentos e programas audiovisuais;

15. sugerir medidas para a racionalização, simplificação e ampliação do alcance dos procedimentos de rotina; e

16. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão de curso superior em Relações Públicas ou Jornalismo ou Publicidade, reconhecido pelo Ministério da Educação, e registro no respectivo órgão fiscalizador, se houver.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ASSESSOR JURÍDICO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. assessorar nas atividades jurídicas relacionadas ao órgão ou unidade administrativa a que estiver vinculado.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. prestar assessoria nos assuntos de sua área de atuação;
2. minutar despachos, documentos e expedientes em geral;
3. elaborar relatórios em assuntos de sua área de especialização;
4. emitir pareceres;

5. acompanhar publicações de natureza jurídica e manter atualizado repositório de jurisprudências;

6. elaborar minuta de peças processuais;

7. fazer pesquisas; e

8. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão de curso superior em Direito.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ASSISTENTE DE PROCURADORIA DE JUSTIÇA

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. assessorar nas atividades jurídicas relacionadas à Procuradoria de Justiça na qual esteja vinculado.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. prestar assistência nos assuntos de sua área de atuação;
2. minutar despachos, documentos e expedientes em geral;
3. elaborar relatórios em assunto de sua área de especialização;
4. acompanhar publicação de natureza jurídica e manter atualizado

repositório de jurisprudências;

5. elaborar minutas de peças processuais;

6. fazer pesquisas;

7. realizar triagem do atendimento ao público; e

8. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão de curso superior em Direito.

DENOMINAÇÃO DO CARGO: ASSISTENTE DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

1. assessorar nas atividades jurídicas relacionadas à Promotoria de Justiça na qual esteja vinculado.

DESCRIÇÃO EXEMPLIFICATIVA:

1. prestar assistência nos assuntos de sua área de atribuição;
2. minutar despachos, documentos e expedientes em geral;
3. elaborar relatórios em assunto de sua área de atuação;
4. acompanhar publicação de natureza jurídica e manter atualizado repositório de jurisprudências;
5. elaborar minutas de peças processuais;
6. fazer pesquisas;
7. realizar triagem do atendimento ao público; e
8. exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas por superior.

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Conclusão de curso superior em Direito.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Tenho a honra de submeter, à apreciação dessa egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do art. 127, § 2º, da Constituição Federal, o anexo Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a necessidade de ampliação da estruturação administrativa do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

O Projeto de Lei Complementar ora encaminhado trata da ampliação da estrutura administrativa de apoio aos órgãos auxiliares, superiores e de execução da Instituição, visando atender

à crescente demanda da sociedade aos serviços do Ministério Público e para assegurar o préstimo de serviços condignos com os reclamos da sociedade catarinense.

Note-se, ainda, que o Poder Judiciário, com o qual o Ministério Público guarda algumas semelhanças, recentemente aumentou significativamente o número de Varas e ampliou os cargos administrativos. Isso acaba repercutindo no Ministério Público, forçando-nos a também estender nossas estruturas para dar vazão às demandas por eles geradas.

A ampliação proposta contempla a criação de 110 cargos, sendo 74 efetivos e 36 comissionados, a extinção de 1 cargo comissionado, a adequação de denominação de 2 cargos comissionados e a transformação de 32 cargos, sendo destes, 17 comissionados e 15 efetivos.

Os dados numéricos crescentes da atuação ministerial impõem para a Administração Superior, a presente adequação na estrutura de pessoal, que será implementada quando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, assim o permitir, bem como, a disponibilidade financeira e orçamentária contemplarem dotações para a efetivação da ampliação da estrutura que está sendo criada.

A previsão decorre do planejamento das ações institucionais, e o presente Projeto de Lei, contempla as necessidades de estrutura e de pessoal para médio prazo. A simples criação de cargos não importa de imediato uma repercussão financeira, contudo, a implementação dos mesmos por concurso público, ou indicação no caso de comissionados, será autorizada, quando cumpridos os requisitos anteriormente mencionados.

O projeto contempla a destinação de, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos cargos de provimento em comissão de natureza administrativa aos servidores efetivos do Quadro de Pessoal do Ministério Público de Santa Catarina, em atenção ao disposto no inciso V, do art. 37, da Constituição Federal.

Merece destaque, a criação da Coordenadoria de Informação Social, que fornecerá aos membros da instituição e a administração superior, uma nova leitura da sociedade catarinense, com indicadores de resultados, estruturados para ampliar a atuação ministerial preventiva, e de suporte a atuação extrajudicial.

Será criada a Gerência de Atenção à Saúde, visando o acompanhamento à saúde dos servidores e membros, análise dos atestados e laudos médicos por estes apresentados e orientação geral quanto à manutenção da saúde, de forma a garantir-lhes a capacidade laborativa.

As novas Gerências criadas visam suprir a necessidade de adequação do organograma da estrutura administrativa, atendendo a critérios de logística e organização de métodos, de forma que fiquem identificadas as responsabilidades e a interação das estruturas internas da Instituição.

As gratificações criadas têm por objetivo remunerar de forma diferenciada os policiais que prestam serviços ao Ministério Público, a exemplo do que ocorre junto aos demais Poderes e Órgãos, com valor a ser fixado por ato do Procurador-Geral de Justiça; e aos servidores que prestam apoio às Comissões de Concurso do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, em jornada extra e especial, em regra executada em feriados ou finais de semana, sendo regulamentadas por ato do Procurador-Geral de Justiça.

Cumprir destacar que a repercussão financeira e a adequação aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, estão sendo observados, conforme demonstram os documentos anexos, lembrando que a implementação deverá ocorrer dentro das disponibilidades financeiras e orçamentárias, e no momento definido pela Administração Superior do Ministério Público.

Assim, ao submeter o presente PLC à apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa do Estado, a Instituição, espera a devida atenção dos senhores parlamentares, e conta com sua aprovação.

Florianópolis, 12 de março de 2012.

LIO MARCOS MARIN

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº PL/0327.0/2010

O Projeto de Lei nº 0327.0/2010 passa a ter a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR PLC/0004.0/2012

Estabelece requisito temporal para remoção a pedido na Magistratura estadual.

Art. 1º O art. 44 da Lei Complementar nº 367, de 7 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 44. O candidato à remoção deverá comprovar o interstício mínimo de dois anos de exercício na entrância ou da última remoção e integrar a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo, com relação a este último requisito, se não houver quem aceite o lugar vago. (NR)

§ 1º Fica assegurado aos integrantes dos quadros da carreira da magistratura ao tempo desta lei, que ainda não tenham completado interstício exigido no *caput*, o direito a uma única remoção pela regra anteriormente em vigor.

§ 2º É vedada a remoção voluntária em caso de acúmulo injustificado de processos na vara ou gabinete que estejam sob a jurisdição do magistrado."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão

Deputado Romildo Titon

APROVADO EM TURNO

Em Sessão de 13/03/12

*** X X X ***

REQUERIMENTO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

REQUERIMENTO Nº 002/12

REQUERIMENTO RQS/0064.6/2012

Os Deputados que este subscrevem, com amparo no artigo 40 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, **REQUEREM** a criação de Fórum Parlamentar do qual serão membros os Deputados Antônio Aguiar, Volnei Morastoni, Jailson Lima, Sargento Amauri Soares, Valmir Comin, Jorge Teixeira, Mauro de Nadal, Dado Cherem, Serafim Venzon e Aldo Schneider para tratar da questão das cirurgias eletivas no âmbito do Estado de Santa Catarina, matéria objeto do Projeto de Lei nº 0311.2/2011, que pretende criar programa permanente neste sentido em determinadas especialidades, assegurando listagem de prioridades, como forma de evitar congestionamentos no sistema público estadual de saúde.

Sala das Sessões, em

Deputado Antônio Aguiar

Deputado Jailson Lima

Deputado Amauri Soares

Deputado Mauro de Nadal

Deputado Serafim Venzon

Deputado Volnei Morastoni

Deputado Valmir Comin

Deputado Jorge Teixeira

Deputado dado Cherem

Deputado Aldo Schneider

APROVADO

Em Sessão de 14/03/12

*** X X X ***